

MARIA ELIZABETH FONSECA SARAIVA
JANICE HELENA CHAVES MARINHO
Organizadoras

ESTUDOS DA LÍNGUA EM USO

RELAÇÕES INTER E INTRA-SENTENCIAIS



A Faculdade de Letras da UFMG dá continuidade à série de publicações iniciada em 2003 com este volume da área dos estudos lingüísticos *Estudos da língua em uso relações inter e intra sentenciais*, organizado pelas professoras Maria Elizabeth Fonseca Saraiva e Janice Helena Chaves Marinho. Dentre as variadas abordagens da linguagem a que se dedicam nossos professores/pesquisadores encontram-se os estudos da língua em uso em que se ancoram os trabalhos desta coletânea. Nestes, segundo as organizadoras, a prioridade é dada ao "estudo da língua portuguesa do Brasil em seu uso efetivo, em diferentes situações de interlocução".

Alegra-nos que a FALE/UFMG proporcione aos pesquisadores da linguagem textos atuais vinculados às correntes funcionalistas e discursivas do tratamento de fenômenos da linguagem. Não menos relevante o fato de seus *corpora* de análise serem constituídos por dados do português brasileiro, contribuindo assim para o aumento da divulgação do que efetivamente se produz sobre a língua portuguesa brasileira em uso, por estudiosos que se agregam em Núcleos de Estudo e de Grupos de Pesquisa, em consonância com a nova estrutura da FALE inaugurada em 2003 e já consolidada.

A presente coletânea oferece artigos que abordam questões intra sentenciais de maneira a evidenciar também suas relações inter-sentenciais, em análises que realmente desvendam e tornam claros os liames existentes entre língua e discurso, entre língua e função comunicativa.

ESTUDOS DA LÍNGUA EM USO

relações inter e intra-sentenciais

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
Janice Helena Chaves Marinho
Organizadoras

ESTUDOS DA LÍNGUA EM USO
relações inter e intra-sentenciais

Belo Horizonte
Núcleo de Estudos da Língua em Uso
Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem
Faculdade de Letras da UFMG
2005

Copyright © 2005 by Maria Elizabeth F. Saraiva e Janice H. Chaves Marinho.

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Diretora: Profa. Eliana Amarante de Mendonça Mendes
Vice-Diretora: Profa. Veronika Benn-Ibler

Coordenadora da Câmara de Pesquisa da FALE/UFMG:
Profa. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Marco Antônio e Alda Durães
Capa: Francisco Carlos de Carvalho Marinho

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE/UFMG

E83

Estudos da língua em uso : relações inter e intra-sentenciais / Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, Janice Helena Chaves Marinho organizadoras . – Be lo Horizonte : Núcleo de Estudos da Língua em Uso, Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.
221 p.

ISBN: 85-87470-70-1

1. Língua padrão. 2. Língua portuguesa – Português falado.
3. Gêneros textuais. I. Saraiva, Maria Elizabeth Fonseca. II. Marinho, Janice Helena Chaves.

CDD: 469.8

Núcleo de Estudos da Língua em Uso - NELU
Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem - GREF
Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 3499-6007
Tel/Fax: (31) 3499-5120
<http://www.lettras.ufmg.br>

Para os professores amigos,
Mário Alberto Perini
e
Antônio de Abreu Rocha
(*in memoriam*)

SUMÁRIO

Apresentação	9
A atuação do <i>onde</i> na articulação discursiva <i>Janice Helena Chaves Marinho</i>	13
Instanciação e interpretação das relações causais em função do gênero de texto <i>Iaci de Nazaré Silva Abdon</i>	29
Estrutura argumental preferida em enunciados ressoantes <i>Maria Elizabeth Fonseca Saraiva</i>	49
O papel do artigo na construção referencial do texto: um estudo sobre o uso do artigo no português falado <i>Juliana Alves Assis</i>	71
Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal <i>Luiz Francisco Dias</i>	101
Reexame da incorporação nominal em narrativas orais do português <i>Maria Elizabeth Fonseca Saraiva</i>	123
O adjetivo no discurso narrativo oral do português <i>Luciana Camara Fernandes d'Araujo</i>	153
Colaboradores	221

APRESENTAÇÃO

O presente volume contém quatro ensaios de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG, filiados ao NELU – Núcleo de Estudos da Língua em Uso – e ao GREF – Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem –, bem como três trabalhos de ex-alunas do Programa.

Na variedade de temas abordados, alguns focalizando aspectos das relações intersentenciais, outros voltando-se para os domínios intra-oracionais, sobleva um ponto de convergência: a prioridade dada ao estudo da língua portuguesa do Brasil em seu uso efetivo, em diferentes situações de interlocução.

Logo os *corpora* são constituídos de enunciados coletados em textos de diversos gêneros, cobrindo de artigos acadêmicos, artigos de opinião e notícias jornalísticas a narrativas orais de experiência pessoal e conversações espontâneas.

Também o referencial teórico-metodológico em que se apóiam os vários ensaios representa abordagens que têm como principal interesse a explicitação do modo como as pessoas se comunicam eficientemente por meio da língua. Há, ainda, o consenso de que as formas da língua são, em grande parte, motivadas pelas funções que exercem na comunicação em situação social.

Este volume, assim, além de trazer para discussão diferentes abordagens que têm como objeto de estudo a língua em uso, possibilita novas perspectivas de reflexão sobre tal objeto no que tange as relações inter e intra-sentenciais.

No primeiro texto, *A atuação do **onde** na articulação discursiva*, Janice Helena Chaves Marinho analisa a atuação do conector *onde* na articulação discursiva em textos acadêmicos escritos. Inicialmente, aborda o tratamento tradicional dado a esse conector e, em seguida,

apresenta outros estudos que visam a mostrar os seus diferentes usos e a descrever a sua atuação também no âmbito do discurso. Finalmente, propõe que o seu funcionamento, quer como relativo, quer como articulador em contextos argumentativos, pode ser depreendido em função da aplicação de instruções por ele contidas; instruções de base, aplicadas em todos os seus usos, e as consideradas de segundo nível, aplicadas no seu uso argumentativo.

Em *Instanciação e interpretação das relações causais em função do gênero de texto*, Iaci Abdon, partindo do pressuposto funcionalista preconizado por Sweetzer (1990) de que o significado que emerge da combinação de cláusulas pode ser interpretado em diferentes domínios semânticos (do conteúdo, epistêmico, conversacional), investiga as relações causais instanciadas em enunciados em diferentes gêneros de texto (conversação com tema pré-fixado, notícia jornalística, artigo de opinião e artigo científico). A hipótese confirmada é a de que o gênero é um fator que não só restringe ou autoriza a instanciação de relações causais no texto, mas também contribui para criar o efeito de sentido de que o significado do enunciado causal tem relevância ou no domínio da representação de mundo ou no das idéias que se propõem sobre o mundo.

Em *Estrutura argumental preferida em enunciados ressoantes*, Maria Elizabeth Fonseca Saraiva procede, inicialmente, à apresentação dos principais aspectos do modelo *Sintaxe Dialógica*, formulado por Du Bois (2001), dando destaque à noção de *ressonância*. Em seguida, procura identificar os conjuntos de enunciados ressoantes num trecho de conversação espontânea do português do Brasil, examinando-os quanto aos tipos de estrutura que instanciam e com referência aos padrões da *Estrutura Argumental Preferida*.

Em *O papel do artigo na construção referencial do texto: um estudo sobre o uso do artigo no português falado*, Juliana Alves Assis discute algumas conclusões de pesquisa que investiga as condições de uso do artigo no português falado, a partir de um *corpus* constituído de dez relatos de um filme, produzido para esse fim, e de uma conversa espontânea com trinta minutos de duração. Orientada por uma

abordagem funcional-discursiva, a pesquisa se ocupa das funções do artigo (artigo definido, artigo indefinido e artigo-zero) no discurso, considerando o papel do ouvinte na construção referencial do texto. Além disso, examina as ocorrências de demonstrativo fórico, tendo em vista estabelecer uma comparação com o emprego anafórico do artigo definido.

Em *Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal*, Luiz Francisco Dias, primeiramente, aborda os fundamentos do conceito de transitividade verbal desde as gramáticas brasileiras do final do século passado até as gramáticas atuais. Nesse sentido, ele trata dos problemas advindos das noções de *completude* e *necessidade*, que embasam o conceito de transitividade nas gramáticas analisadas. A seguir, ele aponta os principais desafios a serem enfrentados pelo pesquisador que toma a língua em uso como objeto de análise. Finalmente, com base numa semântica da enunciação, o autor esboça uma análise de enunciados correntes no cotidiano, no sentido de apontar uma nova perspectiva de análise do fenômeno da transitividade verbal.

Em outro texto, *Reexame da incorporação nominal em narrativas orais do português*, Maria Elizabeth Saraiva retoma a análise das construções com *incorporação nominal em português* (inicialmente investigadas em Saraiva (1997; 2001)) sob o prisma da abordagem funcionalista dos estudos lingüísticos, em sua vertente norte-americana. Seu objetivo é defender uma categorização com base na noção de protótipo e demonstrar que as características formais do objeto incorporado estão em sintonia com as funções discursivo-pragmáticas que desempenha. Para isso, considera as ocorrências desse elemento em narrativas orais espontâneas.

Por fim, em *O adjetivo no discurso narrativo oral do português*, Luciana d'Araujo investiga alguns aspectos dos usos atributivo e predicativo do adjetivo em narrativas orais do português, verificando sua frequência, sua distribuição nas categorias de *Figura* e *Fundo* e, sobretudo, suas funções discursivas. A análise revela uma convergência de características, que constituem um padrão de uso: o adjetivo

predicativo é utilizado no *Fundo*, para predicar uma qualidade de um referente já estabelecido no discurso, acrescentando-lhe informação extra, não necessária para sua delimitação enquanto participante do discurso. Já o adjetivo atributivo tende a ser utilizado, na *Figura* ou *Fundo*, para delimitar um participante que está sendo introduzido (mais freqüentemente) ou um participante que está sendo retomado (menos freqüentemente), contribuindo, em ambos os casos, para a delimitação precisa desse participante.

Belo Horizonte, julho de 2004

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
& Janice Helena Chaves Marinho

A atuação do *onde* na articulação discursiva

Janice Helena Chaves Marinho
UFMG

Os conectores têm suscitado grande interesse dos lingüistas, já há algum tempo, por pertencerem a categorias gramaticais variadas (conjunções de coordenação, conjunções de subordinação, advérbios, locuções adverbiais) e desempenharem importante papel na junção dos elementos do discurso. Essas expressões lingüísticas, também chamadas de conectores pragmáticos, têm por função “significar uma relação (donde o termo *conector*), relação que se estabelece entre entidades lingüísticas ou contextuais (donde o termo *pragmático*)” (Rossari, inéd., p.4).

Eles são tratados por um número importante de descrições e de teorias. A Pragmática os trata com especial atenção, já que os considera “um dos mecanismos essenciais da persuasão da linguagem” (Maingueneau, 1996, p. 63). A Pragmática integrada de Ducrot os concebe como morfemas que possuem uma significação instrucional e não conceitual, ou seja, que contêm instruções que conduzem o interpretante a procurar, na situação de discurso, um ou outro tipo de informação e de utilizá-la de determinada maneira para reconstruir o sentido almejado pelo locutor. A Pragmática cognitiva os considera elementos que desempenham papel no nível da facilitação do tratamento da informação e no nível da interpretação. Para essa recente corrente dos estudos da linguagem, os conectores pragmáticos funcionam como guias para a interpretação, cuja função é minimizar os esforços cognitivos do interlocutor. O modelo genebrino de análise modular do discurso os define como marcadores de relações discursivas,

que têm por função sinalizar a estrutura do discurso e indicar a função do constituinte no qual eles aparecem. Enfim, os conectores têm sido vistos como expressões lingüísticas que, podendo atuar tanto na estrutura oracional quanto fora dela, ou seja, no âmbito textual, desempenham importante função na articulação do discurso.

O uso inadequado dos conectores ou a sua ausência num texto pode constituir um problema na produção e recepção de textos. O emprego inadequado dos conectores pode levar a dificuldades na leitura, na medida em que interfere no estabelecimento de inferências bem como na formulação de previsões, processos que fazem parte da compreensão da linguagem. Como afirma Coscarelli (1999, p. 62), “a presença de um conectivo indicando a relação entre as partes do texto orienta o trabalho de construção de uma representação coerente do texto pelo leitor, facilitando a compreensão. A falta de conectivos, por outro lado, ou seja, a ausência de marcas ostensivas da intenção do autor, provavelmente será um fator dificultador da leitura.”

Em muitos gêneros textuais,¹ o uso de marcas lingüísticas serve para que se possa expressar as relações existentes entre as informações contidas e/ou ativadas no texto, já que elas podem não ser sempre evidentes. É o que ocorre, ou tende a ocorrer com maior freqüência, em textos científicos assim como em textos de divulgação científica ou ainda em textos acadêmicos, gêneros em que predominam aspectos como a objetividade e a impessoalidade da linguagem. Operações como, por exemplo, de estruturação tópica, de condensação de idéias, de supressão de redundâncias e ambigüidades, de explicitação dos tipos de relações entre os elementos lingüísticos e as informações ativadas no texto, de reformulação ou reorganização da sua seqüência argumentativa, etc. são freqüentemente realizadas nesses textos escritos. Essas operações não seriam propriamente marcas de textos escritos, mas, sim, dos tipos discursivos (regularidades de organização lingüística e de marcas lingüísticas) que constituem esses textos.²

¹ Os gêneros textuais “constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas” (Marcuschi, 2002, p. 23).

² Para aprofundamento da questão, v. Bronckart (1999).

No trabalho com textos acadêmicos, textos produzidos como atividade acadêmica, que abordam temas referentes a essa atividade e que apresentam predominantemente a forma de uma dissertação, observa-se haver com frequência, em função de uma preocupação com um certo rigor técnico-formal,³ o emprego de uma linguagem dita técnica e científica em seu nível padrão, ou seja, uma linguagem objetiva, direta e que tende a seguir as normas gramaticais. Nesse gênero textual, os conectores pragmáticos costumam ser usados, evidenciando a escolha que se faz por formulações marcadas, que explicitam as relações textuais e discursivas, embora possam ser encontradas também formulações não-marcadas, sem a explicitação dessas relações.

Interessa-me, neste trabalho, tratar da atuação do conector *onde* na articulação discursiva em textos acadêmicos, atuação que venho investigando com o objetivo de buscar uma descrição do uso desse conector no texto acadêmico escrito. São várias as ocorrências em textos desse gênero em que ele, à primeira vista, parece mais dificultar do que guiar a compreensão da relação existente entre os segmentos que articula. O *onde*, como descrito tradicionalmente, atua na articulação de orações, com a função de introduzir uma subordinada adjetiva, cujo antecedente é locativo. Mas ele também atua na articulação do discurso, sendo responsável pelo seqüenciamento de segmentos discursivos entre os quais, pode-se afirmar, existe uma conexão argumentativa.

O estudo do *onde*

O *onde* é classificado nas gramáticas da língua portuguesa como advérbio relativo de lugar ou como pronome relativo, que introduz uma oração subordinada adjetiva, cujo antecedente é locativo. Em algumas gramáticas, ele está arrolado ainda entre os advérbios

³ A preocupação com um rigor quanto à linguagem empregada nas produções acadêmicas é transmitida nas aulas de português já desde as séries iniciais.

interrogativos que indicam circunstâncias de lugar. Não existe uma consistência na sua classificação tampouco se tecem, nas gramáticas, comentários sobre os seus diferentes empregos. Os autores, de modo geral, se limitam a incluírem-no em listas de advérbios ou de pronomes relativos e a apresentarem alguns poucos exemplos – frases isoladas – em que ele pode ser empregado, acrescentando, se muito, pequenas observações, como faz Bechara (s/d., p. 154), por exemplo, ao afirmar que “os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem de ligar a oração a que pertencem com a outra oração. Nas idéias de lugar empregamos *onde*, em vez de *em que*, *no qual* (e flexões): A casa onde mora é excelente.”

Quando considerado como pronome relativo, diz-se que o *onde* se refere normalmente a um termo anterior chamado de antecedente, o qual delimita ou restringe. Cegalla, em sua *Novíssima Gramática*, entre as curtas observações que apresenta sobre os relativos, diz que “*Onde*, como pronome relativo, tem sempre antecedente e equivale a *em que*: A casa *onde* (= em que) moro foi de meu avô” (p. 155). Mas Bechara (op. cit., p. 101) ao contrário afirma que “os pronomes relativos *quem* e *onde* podem aparecer com emprego absoluto, sem referência a antecedentes”. Em casos como “Moro *onde* mais me agrada”, ele observa que muitos autores preferem subentender um antecedente adaptável ao contexto, interpretando o *onde* como o *lugar em que*.

As descrições tradicionais do uso do *onde* evidenciam as inconsistências no tratamento que ele tem recebido. Ainda, a tradição gramatical lhe atribui um valor semântico de localização física, uma acepção de “lugar onde se situa a ação verbal”. Nos usos desse item, no entanto, atribui-se a ele outras acepções como a de lugar abstrato, nocional,⁴ evento, tempo, não o limitando à expressão de lugar físico, embora se mantenha a referência a uma localização. Considerando as descrições tradicionais, pode-se concluir que o *onde* oferece aos usuários da língua a seguinte significação instrucional: usa-se esse item

⁴ Kersch (1996) denomina de lugar abstrato, nocional “uma noção de espaço abstrata, por ser apenas do domínio das idéias”.

numa operação de subordinação da oração que inicia ao elemento antecedente, presente ou implícito no contexto anterior, que expressa “lugar (físico) em que se situa a ação verbal”.

Hadermann (1993) desenvolveu um estudo morfossintático da palavra *où* (onde, em francês), visando mostrar que os diferentes usos dessa palavra se prendem a um valor único que existiria na língua. A palavra *où* funciona como um interrogativo usado para se fazer uma pergunta. Ela pode também ser usada em contextos exclamativos, designando um ponto particular conhecido pelo locutor. Ela ainda aparece em estruturas relativas para retomar um antecedente locativo ou temporal. Noutros empregos dessa palavra, ela pode figurar com preposições que a antecedem (*d’où, par où, vers où, jusqu’où, pour où*) ou pode ainda fazer parte de locuções conjuntivas como *où que, au prix où, au cas où, au moment où*, etc. Devido a seus múltiplos empregos, ela é classificada pelos gramáticos como advérbio, como pronome, e também como conjunção,⁵ evidenciando-se, assim, uma dificuldade categorial. A ausência de categorias rigorosamente estabelecidas explica, segundo a autora, a dificuldade que os lingüistas experimentam para classificar essa palavra, que se insere em diversos paradigmas: o paradigma dos relativos, o paradigma dos interrogativos e o conjunto das locuções conjuntivas.

Embora aceite diversos empregos, a palavra *où* apresenta um só valor fundamental, que é o de indeterminação do lugar, visto que contém um sema [+ indefinido]. Essa sua indeterminação semântica a torna apta ao emprego relativo, visto que o sintagma antecedente permite a saturação dessa indefinição. Para o seu emprego interrogativo, a indefinição deve ser saturada cataforicamente pela resposta. No emprego conjuncional, ocorre a perda de seu emprego relativo⁶ e também de seu semantismo locativo.

⁵ No português do Brasil, o onde não faz parte de locuções conjuntivas como no francês e não é considerado uma conjunção. A forma “onde que” tem sido freqüentemente usada – acredito que ocorra principalmente no discurso oral. Como não há ocorrências dela nos textos acadêmicos por mim pesquisados, não vou aqui considerá-la.

⁶ No emprego conjuncional, *où* perde a sua foricidade.

A autora, que opta por não adotar nenhum modelo teórico em particular na sua pesquisa, descreve de forma detalhada a palavra *où*, nos seus diversos empregos. Quando usado como relativo, essa palavra retoma um antecedente locativo⁷ – com valor locativo intrínseco (topônimos e topógrafos) ou extrínseco (o traço locativo é explicitado por outras indicações topológicas, como a valência do verbo, o semantismo do antecedente, a preposição que introduz o antecedente, ou a relação continente/conteúdo). Dessa forma, *où* pode ser definido como “uma proforma locativa” – proforma porque contém um valor lacunar e pronominal. Como contém uma preposição virtual locativa, *où* é definido como uma “proforma preposicional locativa”. Seu valor lacunar será preenchido anaforicamente pela referência ao antecedente. E graças a seu constituinte preposicional, assume na proposição nominalizada a função de complemento indireto ou de adjunto.

Desse estudo do *onde* relativo em francês, depreende-se que ele possui as seguintes propriedades: é uma proforma (anafórica); possui um componente preposicional graças ao qual pode assumir a função de complemento locativo ou adjunto locativo na proposição nominalizada; é um locativo (espacial ou temporal). Segundo essa descrição, o *onde* relativo oferece a seguinte significação instrucional: usa-se o *onde* numa proposição subordinada, na qual ele pode assumir a função de complemento ou adjunto locativo, para retomar um antecedente locativo (espacial ou temporal).

Num estudo do *onde* no português do Brasil, visando a uma redescricao desse item, Kersch (1996) mostra que ele recebe tratamento diferenciado por gramáticos e por lingüistas. A grande maioria dos gramáticos o considera um pronome relativo ou um advérbio relativo usado em indicações de lugar, tendo sentido aproximado de “em que” ou “no qual”, e exercendo a função de adjunto adverbial. Já os lingüistas o consideram um elemento que contribui para a organização e a coesão do discurso. O *onde* remete a um nome – anteriormente

⁷ A autora assinala que o traço [+locativo] não é necessariamente de conteúdo espacial concreto. (p. 193)

expresso ou implícito –, o qual representa, sendo assim um elemento responsável pela coesão referencial. Ele pode também ser um elemento de coesão seqüencial, na medida em que assume, às vezes, o papel de conjunção explicativa ou conclusiva. Nesses casos em que é usado em contextos explicativos, a autora o chama de “onde discursivo”.

Segundo Kersch (op. cit.), no português brasileiro tem-se um *onde* elemento de coesão referencial, que retoma um antecedente com idéia de espaço físico ou nocional, tempo, posse e coisa e ainda um *onde* elemento de coesão seqüencial, que estabelece relação de conclusão, ou de explicação, condição e finalidade.⁸ Na conclusão de seu trabalho, a autora afirma a existência tanto no português arcaico quanto no seu uso atual de “dois onde: um pronome relativo, fazendo referência a lugar – espaço físico, lugar – espaço nocional, tempo, posse e coisa; outro, conectivo coordenativo, com idéia de conclusão, que denominamos *onde discursivo*.” Ao *onde* conectivo coordenativo se atribuem diferentes valores semânticos: valor de conclusão, nesse caso ele teria sentido aproximado de “e assim”, “com o que”, “de modo que”, “por isso” e “portanto”; valor de explicação ou causa; e em menor escala outros valores (condição e finalidade). Considerando essa proposta de redescrição do *onde*, pode-se dizer que ele oferece as seguintes instruções: usa-se o “onde relativo” para retomar um antecedente com a idéia de lugar físico, lugar nocional, tempo, posse e coisa; usa-se o “onde conectivo coordenativo” para ligar orações e estabelecer uma relação – possivelmente – de conclusão.

Em estudos do *onde* por mim desenvolvidos,⁹ investigo a sua atuação na articulação de segmentos lingüísticos, contribuindo para a organização do discurso. Examinando o seu uso em trechos extraídos de textos orais e escritos, concluo que o *onde* vem desempenhando outras funções além da de advérbio de lugar e da de advérbio relativo, quando atua como um articulador da organização tópica. Em Marinho

⁸ A autora esclarece que o *onde* estabelecendo relação de condição e finalidade carece ainda de maior investigação.

⁹ Marinho (1998, 1999).

(2002), buscando explicar o seu funcionamento no discurso, proponho que ele pode marcar uma relação interativa de comentário, relação que, para o Modelo de Análise Modular do discurso, ocorre quando um constituinte subordinado expressa um comentário em relação ao constituinte principal que o precede.

No exemplo (1),¹⁰ *onde* introduz um constituinte subordinado que se liga ao anterior por uma relação de comentário, marcando essa relação.

- (1) A radicalização do ensino na sua forma tradicional, *onde* a gramática está em posição de destaque, deve ser revista, de forma a dedicar maior parte do tempo para trabalhos com obras e textos de todos os níveis, os quais a gramática encontra-se implícita e o aluno possa desenvolver seu raciocínio, sem censuras, tornando-se um brilhante escritor, os que possuem talento, e verdadeiros conhecedores da língua materna.

Nessa ocorrência, *onde* faz referência a um antecedente (o qual foi discursivamente re-elaborado, visto que remete a *o ensino na sua forma tradicional* e não a todo o SN antecedente). Seu uso é anafórico, na medida em que remete a uma informação presente na memória discursiva, ativada ao ser enunciada numa menção anterior, que seria *o ensino do português na sua forma tradicional*. O estatuto subordinado do segmento introduzido pelo *onde* é confirmado pelo fato de a informação nele contida poder ser considerada apenas uma informação secundária do ponto de vista da relevância tópica, e poder ser, portanto, suprimida.

Mas proponho também que o *onde* ocorre ainda em contextos argumentativos, introduzindo um constituinte discursivo no qual se apresenta um argumento (em termos gerais) em relação ao constituinte precedente ou a um constituinte anterior. Nesses casos, ele remete a uma informação dada anteriormente, explícita ou implicitamente, para

¹⁰ Trecho extraído de um texto produzido por um aluno de Graduação da FALE/UFMG.

apresentá-la como uma causa ou mesmo uma conclusão em relação a alguma informação presente no cotexto ou dele inferida.

No exemplo (2),¹¹ o constituinte introduzido pelo *onde* pode ser interpretado como a conclusão ou o resultado que se obtém com a produção de resistência da porcelana adequada para sustentar sua função. Nesse exemplo, ele é usado conectando um argumento a uma conclusão, como faz um conector argumentativo do tipo *portanto* ou *de (tal) modo que*:

- (2) Segundo Gareber e Goldstein (1996), quando uma barra teste de porcelana é submetida a uma carga de flexão que excede o limite elástico da barra, a porcelana não é capaz de vergar e vem a falhar. Entretanto, se a porcelana receber suporte de um material rígido como na união adesiva ao dente, produz resistência adequada para sustentar a função, *onde* o vergamento é evitado, e a porcelana não falha.

Parafraseando o trecho em que o *onde* ocorre, tem-se: *Entretanto, se a porcelana receber suporte de um material rígido como na união adesiva ao dente, produz resistência adequada para sustentar a função, de (tal) modo que o vergamento é evitado, e a porcelana não falha*. O valor argumentativo do constituinte formado pelos últimos segmentos dessa seqüência, no entanto, não depende da presença do *onde*, nem da de um conector argumentativo; ele é percebido em função dos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes.

No exemplo (3),¹² o *onde* introduz um segmento que consiste num argumento em relação ao constituinte precedente:

- (3) Scheerer & Rijk (1993) avaliaram a resistência de fratura das coroas de cerâmica em relação ao módulo elástico das estruturas de suporte. Foi concluído que a resistência de fratura de uma

¹¹ Trecho extraído de uma monografia produzida por um aluno de Pós-Graduação em Odontologia/UFGM.

¹² Trecho extraído de uma monografia produzida por um aluno de Pós-Graduação em Odontologia/UFGM.

coroa totalmente cerâmica depende do módulo de elasticidade do material de suporte, *onde* a força de fratura aumenta com o aumento do módulo elástico. De um ponto de vista clínico, este estudo sugere que o módulo de elasticidade das estruturas de suporte pode ter um efeito significativo sobre a longevidade e durabilidade das restaurações cerâmicas, devendo ser um fator de consideração ao se selecionar um material para o núcleo.

A sua substituição por um marcador convencional da relação argumentativa a evidencia, tornando mais fácil a tarefa de constituir um contexto de interpretação do enunciado: *Foi concluído que a resistência de fratura de uma coroa totalmente cerâmica depende do módulo de elasticidade do material de suporte, **porque/visto que** a força de fratura aumenta com o aumento do módulo elástico.*

Em (4),¹³ *onde* é usado com um alcance que não se restringe ao segmento que o precede. Neste trecho, ele faz mais do que se referir à idéia ativada na memória discursiva com a enunciação do termo *em movimento*, na medida em que introduz as implicações de o conceito de palavra, assim como a língua, estar sempre em movimento, que são as *definições não definitivas*.

- (4) A língua não é uma estrutura fechada e definida, seus falantes estão agindo sempre, segundo suas necessidades de comunicação. Neste momento de constante criação, a definição de palavra altera-se e ganha complexidade. Margarida Basílio, em “Teoria Lexical”, apresenta problemas em definir palavras distintas e formas da mesma palavra, decorrentes dos processos de derivação e flexão, processos utilizados constantemente pelo falante na formação de palavras.

O conceito definitivo para palavra é como a própria língua, está sempre em movimento, *onde* não há o definitivo, mas sim definições não definitivas.

¹³ Trecho extraído de um texto produzido por um aluno de Graduação da FALE/UFMG.

A seqüência de enunciados conectados pelo *onde* pode ser traduzida num raciocínio lógico que segue a fórmula “se P *então* Q”: “se o conceito está sempre em movimento, então não há o (conceito) definitivo”, mas sim definições não definitivas. Essa relação ficaria marcada com o uso de um conector argumentativo do tipo conclusivo: *O conceito definitivo para palavra é como a própria língua, está sempre em movimento, portanto / de modo que não há o definitivo, mas sim definições não definitivas.*

O seu uso nesses últimos casos exemplificados permite supor que ele contenha, além de instruções de base (obrigatórias), instruções de segundo nível (facultativas) – não atribuídas a todos os segmentos por ele introduzidos –, o que discuto no próximo item.

As instruções do *onde*

Num trabalho em que busca contribuir para os estudos sobre o papel e a função dos conectores na interpretação dos enunciados, Luscher (1989) defende que as instruções oferecidas pelos conectores podem ser de naturezas diferentes e de níveis diferentes. O autor postula que são coladas aos conectores instruções, em número limitado, que se aplicam numa certa hierarquia, seguindo uma ordem de possibilidades de realização de uma ou outra instrução. Graças à aplicação de suas instruções, os conectores servem para guiar o processo inferencial, diminuindo assim o custo de processamento do enunciado.

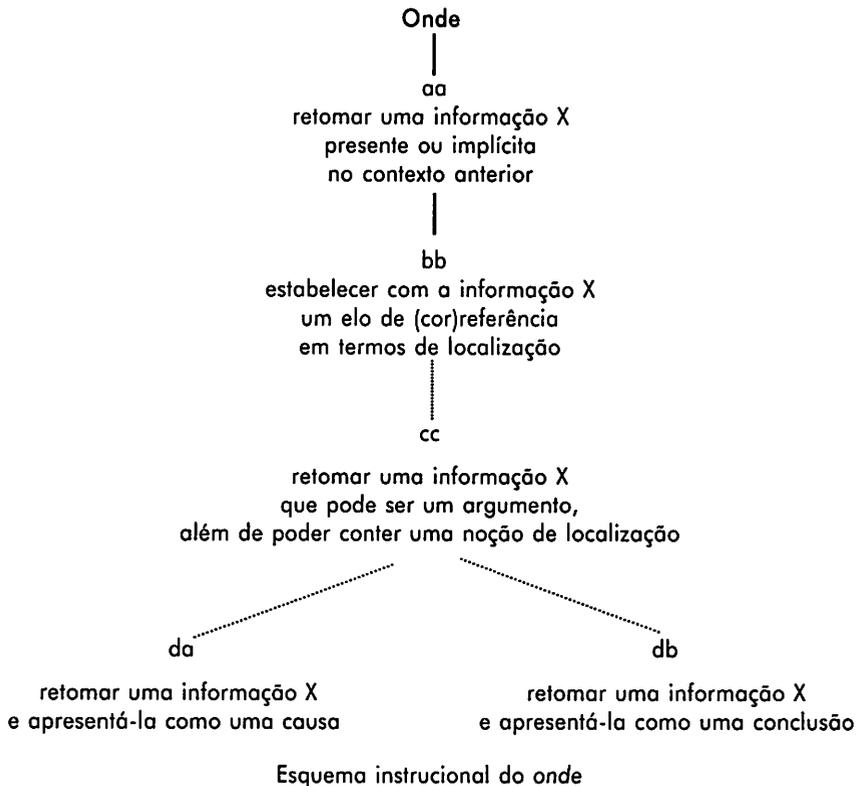
As instruções que necessariamente devem ser aplicadas são chamadas de instruções de base. Se a aplicação das instruções de base não for suficiente para a produção de uma interpretação completa do enunciado, aplicam-se as instruções consideradas de segundo nível. Se a interpretação do enunciado satisfaz a determinada condição, ela pode cessar ou o processamento pode continuar. Como assinalam Reboul e Moeschler (1998), o percurso interpretativo só termina quando se chega a uma interpretação consistente com o princípio de pertinência, segundo o qual comunicar é implicar que a informação comunicada é pertinente.

Essa hipótese sobre a hierarquia de instruções do conector parece interessante para a consideração da atuação do *onde* na articulação discursiva. Quando ele atua como um relativo, referindo-se a uma informação (que tende a apresentar um semantismo locativo) presente explícita ou implicitamente em constituinte anterior, pode-se formular esse procedimento como requerendo a aplicação da instrução: retomar uma informação dada anteriormente (explícita ou implicitamente) estabelecendo com ela um elo de (cor)referência fundado numa noção de lugar.¹⁴

Já em sua atuação em contextos argumentativos, se ele introduz uma conclusão ou consequência em relação a uma informação presente no contexto ou dele inferida, pode-se formular esse procedimento como requerendo a aplicação da seguinte instrução: apresentar uma conclusão em relação a uma informação dada anteriormente, a qual é por ele retomada. E se ele introduz uma causa ou um motivo em relação a uma informação precedente que se apresenta como um resultado ou conclusão, pode-se conceber essa sua atuação em termos da seguinte instrução: apresentar uma causa em relação a uma informação dada anteriormente, a qual é por ele retomada.

Essas instruções oferecidas pelo *onde* se organizam hierarquicamente, como represento no seguinte esquema, inspirado em Luscher (1989), que evidencia o percurso interpretativo imposto por esse conector:

¹⁴ Quando digo lugar, refiro-se não a um lugar necessariamente espaço físico concreto, mas a localização, noção que remete a espaço nocional, tempo, posse, evento.



Segundo essa hipótese, as instruções ligadas pelos traços contínuos são as instruções de base (obrigatórias), e por isso intervêm em todos os seus usos, enquanto as instruções ligadas pelas linhas pontilhadas são as de segundo nível (facultativas) e são realizadas apenas se a aplicação de suas instruções de base não for suficiente para a interpretação completa do enunciado.

Quando, com a aplicação das instruções *aa* e *bb*, chega-se a uma interpretação do enunciado que satisfaz, tem-se o uso do *onde* relativo, marcador de uma relação interativa de comentário. Quando se faz necessária a aplicação das instruções *aa*, *bb*, *cc* e *da* ou das instruções *aa*, *bb*, *cc* e *db*, tem-se o uso argumentativo do *onde*. As duas instruções de segundo nível, *da* e *db*, por apontarem para direções opostas, são excludentes, de modo que, numa mesma ocorrência desse conector, *da* e *db* não se realizarão.

A formulação das instruções do *onde* permite a descrição do seu funcionamento na articulação do discurso, na medida em que ao seu uso relativo estão associadas as suas instruções de base e a seu uso na articulação de constituintes discursivos que se ligam numa relação argumentativa se associam suas instruções consideradas de segundo nível.

Considerações finais

O estudo da atuação do conector *onde* na articulação discursiva permite afirmar que ele se caracteriza como um conector que pode apresentar mais de um funcionamento no discurso. Como advérbio relativo, ele atua na articulação de segmentos, carregando suas instruções de base. Nesses casos ele pode comutar com os pronomes relativos *em que*, *no qual*, ou até mesmo com outras formas de relativos preposicionados. Ele ainda atua na articulação discursiva, funcionando na junção de segmentos numa relação argumentativa. Em alguns casos, em função das instruções que carrega, bem como de informações de natureza referencial, acerca de elementos comuns em contextos argumentativos ou explicativos (como suposições ou ordens, por exemplo, as quais normalmente são acompanhadas de justificações/argumentações/explicações), ele poderia ser substituído pelos conectores *porque*, *visto que*. Em outros, em que se apresentam informações que levem à aplicação de outras instruções, ele poderia ser substituído por *portanto*, *de (tal) modo que*.

Em suas ocorrências, o *onde* desempenha papéis diferentes, carregando instruções diferentes, mas com a função de conectar segmentos, articulando-os, contribuindo dessa forma para a organização do discurso.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.
- CEGALLA, D.P. *Novíssima Gramática*. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- COSCARELLI, Carla V. *Leitura em Ambiente multimídia e a produção de inferências*. 1999. Tese (Doutorado) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- HADERMANN, Pascale. *Étude morphosyntaxique du mot où*. Paris: Duculot, 1993.
- KERSCH, Dorotea Frank. *A palavra Onde no português do Brasil*. 1996. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre.
- LUSCHER, Jean-Marc. Connecteurs et marques de pertinence: l'exemple de *d'ailleurs*. *Cahiers de Linguistique Française*, n.10, p. 101-145, 1989.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MARINHO, J. H.C. Coesão textual: o articulador *onde*. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, UFMG, v. 18, n. 23, jul/dez, p. 209-222, 1988.
- MARINHO, J. H.C. O uso do *onde* no texto acadêmico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte: FALE/UFMG, v.8, n.1, p.159-170, jan/jun, 1999.
- MARINHO, J. H.C. *O funcionamento discursivo do item "onde": uma abordagem modular*. 2002. Tese (Doutorado) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- REBOUL, A.; MOESCHLER, J. *Pragmatique du discours*. De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours. Paris: Armand Colin, 1998.
- ROSSARI, Corinne. *Du cognitif au lexical. L'éclairage des relations de discours par les connecteurs*. (versão inédita)
- ROULET, Eddy et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.
- ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

Instanciação e interpretação das relações causais em função do gênero de texto

Iaci de Nazaré Silva Abdon
UFPA

Integra-se este trabalho¹ ao conjunto daqueles que pretendem contribuir para a compreensão das relações intercláusulas em termos dos significados que ajudam a construir no texto. Orienta-se pelo princípio funcionalista de que a análise lingüística deve contemplar a relação existente entre sintaxe, semântica e pragmática, o que significa considerar o enunciado não apenas em seu aspecto formal, mas também no contexto de sua enunciação, em vista de parâmetros sociocognitivos entre os quais: o estado de informação dos participantes, o *status* do enunciador, os propósitos interlocutivos.

Dentro do universo das relações semântico-discursivas que podem manifestar-se quando se combinam cláusulas no texto, fez-se a opção de investigar um conjunto de relações que constituem instâncias do esquema geral de causalidade (se P então Q). O objeto da análise é constituído, precisamente, por aquelas relações que envolvem a noção de causa entendida como condição suficiente para (i) explicar um estado-de-coisas que expressa fatos concebidos como

¹ Este artigo reproduz, em parte, a Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Profa. Dra. Heliana Ribeiro de Mello.

reais ou (ii) para justificar um estado-de-coisas entendido como formulações de juízos ou (iii) para justificar o propósito ilocucionário de atos de fala.² São exemplos dessas relações, respectivamente, os enunciados seguintes (constantes do *corpus* da pesquisa):

- (1) “Eles [um grupo musical] foram definindo parece que não levaram pra frente justamente porque eles não pegaram o apoio a nível nacional como foi o caso do grupo dos baianos” (gênero conversação);
- (2) “Pura e simplesmente, em nosso País, não pode haver pena capital. E isto porque é a Lei Maior, a Constituição do Brasil, que, no artigo 5º, inciso XLVII, alínea ‘a’, dispõe que não haverá pena de morte” (gênero artigo de opinião);
- (3) “É bom que não nos enganemos, achando que o analfabetismo afeta tão-somente os excluídos. Digo isso porque todos somos tendentes a achar que o problema dos outros não tem nada a ver conosco” (gênero artigo de opinião).

As relações causais, como todas as outras codificadas pela língua, derivam de um domínio mais concreto da experiência humana no qual o ser humano aprende a reconhecer que todo fenômeno tem uma causa. De fato, o princípio da causalidade regula o comportamento humano, orientando não somente as ações individuais, mas também as ações sociais.

Se a causalidade é um princípio fundamental que orienta as ações humanas, é natural que a linguagem, como sistema simbólico, que organiza mental e conceptualmente as experiências que têm lugar no mundo, opere com o princípio da causalidade na construção de diferentes tipos de relações pelas quais se constroem significados no texto. Com efeito, a noção de causalidade está na base de um conjunto de relações materializadas pela língua, seja no plano referencial, seja no interpessoal

² Na descrição gramatical tradicional, essas relações são identificadas como causais (no âmbito das construções subordinadas adverbiais) e explicativas (no âmbito das construções ditas coordenadas).

em que funciona a linguagem, seja na construção da infra-estrutura textual (cf. Halliday & Hasan, 1976). No quadro da descrição gramatical tradicional, o estudo dessas relações não se mostrou suficiente para explicar aquelas que extrapolam o plano lógico-semântico, ou seja, que se estabelecem no plano discursivo em função das intenções dos falantes, em função da natureza do gênero de texto.

Procura-se, assim, neste trabalho, considerar as relações causais nos diferentes níveis da construção do seu significado no texto, tendo-se em vista que essas relações não só expressam significados no nível da representação do mundo, mas também constituem um dos meios mais produtivos de operações lógicas do pensamento (na expressão de conclusões/crenças acerca do mundo) e ajudam a construir estratégias interacionais que se afiguram como condições necessárias que justificam a força ilocucionária de atos de fala.

Procura-se, também, analisar as formas de materialização das relações causais em função dos diferentes domínios semânticos em que estas se instanciam, para observar a questão relativa ao papel da gramática e da pragmática na interpretação das relações causais. Em outros termos, é proposta deste trabalho investigar a correlação possível entre o domínio semântico em que a cláusula se instancia e os aspectos estruturais concernentes a cada domínio. Para essa finalidade, consideram-se como parâmetros de análise: a ordem sintagmática das cláusulas (restrições quanto à variação da ordem), vínculo gramatical (parataxe ou hipotaxe), conectividade (presença ou não de elo formal), modo gramatical (declarativo, imperativo, interrogativo).

Hipótese

Assumindo a concepção de que o conteúdo, a composição e o estilo de um texto apresentam-se em função do gênero selecionado para a interlocução, entende-se que a atuação do falante, como produtor de um texto, é, sob alguma medida, afetada pelo gênero de texto no que se refere ao que se pode tematizar como conteúdo, à estrutura composicional (tipos de seqüências articuladas) e às escolhas lexicais e gramaticais que dão feição ao estilo. Por outro lado, pode-

se conceber também que a atuação do falante, como interpretante de enunciados, é afetada pelo gênero textual, ou melhor, pode-se considerar que o gênero é um fator diretamente responsável pelos efeitos de sentido que se estabelecem no texto.

Concebe-se, então, a hipótese de que os gêneros textuais, entendidos, em uma acepção sociointeracionista, como entidades adaptadas às necessidades das diversas formações sociodiscursivas (Bakhtin, 1979; Bronckart, 1999), constituem um fator significativo no que se refere à instanciação de enunciados causais (em termos de frequência, do nível de significado que se evidencia, da perspectiva objetiva/subjetiva que as relações causais ajudam a construir no texto) e no que se refere às possibilidades de interpretação que são favorecidas.

Ainda que se considere o estilo individual como um fator pertinente quanto à incidência de certas manifestações lingüísticas em vez de outras, parece plausível a hipótese de que esse fator tem papel secundário em relação ao gênero, de modo que a esse último pode-se tributar um papel mais significativo no que se diz respeito não só às decisões quanto ao conteúdo, à composição e ao estilo do texto, mas também à interpretação que se deve dar aos enunciados que podem instanciar-se em mais de um domínio semântico³ como é o caso de enunciados causais.

Considerando-se que as relações causais (objeto deste estudo) constituem um *continuum* que integra causas materiais eficientes (causas *stricto sensu*), causas reais não-eficientes (razões), mas relevantes para os propósitos do falante, causas formais (condição que motiva um modo de pensar) que estão na origem de crenças ou suposições de um sujeito, causas que motivam ações de fala (pedido, ordem, recusa, declaração de intenções, convite etc.), é legítimo supor que, no vasto e complexo espectro construído pelas relações causais, alguns tipos de relações sejam favorecidos por um gênero, mas não por outro(s).⁴

³ Entenda-se, aqui, a noção de domínio semântico de acordo com Sweetser (1990).

⁴ Quatro modalidades de gêneros foram selecionadas para a composição do *corpus* deste trabalho: conversação com tema pré-fixado, notícia jornalística, artigo de opinião, artigo científico. Em relação, ao gênero artigo científico, selecionaram-se textos de duas áreas de conhecimento: ciências humanas e ciências biológicas.

Pressupostos teóricos

Considera-se o princípio funcionalista de que uma teoria gramatical deve integrar o estudo da forma, do significado e do uso das expressões lingüísticas, e propõem-se, como base teórica, as contribuições de Halliday (1985), Dik (1989, 1997), Sweetser (1990), cujos modelos teórico-metodológicos têm em comum o pressuposto de que as expressões lingüísticas (não só as unidades menores: cláusulas simples, cláusulas combinadas, mas também a unidade maior: o texto) podem ser analisadas em termos da construção do seu significado em diferentes níveis de análise.

No modelo hallidayano, em razão das três metafunções da linguagem (textual, ideacional, interpessoal), o autor considera que a cláusula é a realização simultânea de três significados: uma representação de conteúdos da realidade externa, uma mensagem (significado que põe em relevância o contexto) e uma troca (significado como forma de ação, portanto, com relevância para a interação).

Dik (1989), por seu turno, propõe uma representação da estrutura subjacente da cláusula em quatro diferentes níveis ou camadas, hierárquicas, em que se constrói o seu significado: Predicado (apresenta um predicado e seus argumentos); Predicação (designa estados-de-coisas, ou seja, fatos que permeiam a experiência humana, que podem ser vistos, ouvidos, percebidos); Proposição (designa os fatos como possibilidade, ou seja, como sujeitos a valores de verdade ou falsidade); Ato de fala (põe em relevo o ato de fala desempenhado pelo falante, incorpora valores pragmáticos: “João deu o livro ao professor” é um ato de afirmar; “João deu o livro ao professor?” é um ato de perguntar; “Dê (João) o livro ao professor” é um ato de ordenar, pedir).

Sweetser (1990) propõe que se considerem três níveis ou domínios – do conteúdo (representação de experiências), epistêmico (representação de impressões do mundo) e conversacional ou de atos de fala (estratégias interacionais) – na análise das combinações de cláusulas. Na aplicação do seu modelo dos três domínios, Sweetser procura demonstrar como certas combinações de cláusulas podem ser interpretadas em mais de um domínio; no entanto, adverte que a

interpretação correta depende não da forma da cláusula, mas, sim, da escolha do falante, motivada pragmaticamente. É o uso lingüístico que revela uma cláusula (coordenada ou subordinada) como unidade de conteúdo, como entidade lógica, ou como instrumento da conversação.

Três exemplos de enunciados são o ponto de partida para Sweetser (1990) demonstrar que a relação causal, instanciada entre cláusulas, possibilita leituras em diferentes domínios:

- (4a) “John came back because he loved her” (John voltou porque ele a amava).
- (4b) “John loved her, because he came back” (John a amava, porque ele voltou).
- (4c) “What are you doing tonight, because there’s a good movie on” (O que vai fazer esta noite, porque há um bom filme em cartaz).

Conforme propõe a autora, a relação causal, no primeiro exemplo, tem uma interpretação no domínio do conteúdo, pois, de fato, o amor por uma mulher pode ser a causa efetiva para que ocorra, no mundo real, o regresso de um homem. Por outro lado, no segundo exemplo, evidentemente, a relação causal não se explica no domínio do conteúdo, pois o que se apresenta é uma conjectura do falante (João ama uma mulher X), construída a partir da evidência de um fato (João voltou). A cláusula “John loved her” é uma proposição que tem como premissa o fato expresso na segunda cláusula.

A relação causal em (4c) não pode ser interpretada em termos do domínio do conteúdo, porquanto a cláusula “What are you doing tonight?” não expressa um fato do mundo concebido como real; sua função é pôr em evidência um ato de fala que serve para introduzir um outro ato de fala em que se apresenta a sugestão de um convite para ir ao cinema. Portanto, a leitura do enunciado (4c) deve ser alguma coisa como: “Eu pergunto o que você vai fazer esta noite porque eu quero sugerir que a gente vá ao cinema”. Nesse caso, a cláusula iniciada com *because* apresenta a causa do ato de fala materializado na cláusula nuclear. Fica evidenciado, na análise de Sweetser, que a instanciação da relação causal pode ser vista como um instrumento da conversação nos contextos em

que a cláusula causal serve para justificar um ato de fala que poderia parecer estranho ao ouvinte, caso não fosse imediatamente justificado.

Esse modelo de análise do significado de cláusulas combinadas, proposto por Sweetser (1990), é o que se assume no tratamento dos dados do *corpus* deste trabalho.

O alcance do modelo dos três domínios

Um problema identificado na aplicação do modelo dos três domínios (Sweetser, 1990) diz respeito à dificuldade de se distinguir os limites entre o domínio do conteúdo e o epistêmico, haja vista que as expressões lingüísticas desse último domínio não trazem, obrigatoriamente, indícios suficientes (verbos *dicendi*, modalizadores)⁵ que sinalizem a relação causal como uma construção do domínio dos fatos possíveis. Em vista disso, estabelece-se, por vezes, uma ambigüidade que somente se desfaz por interferência de parâmetros não-formais.

Essa dificuldade predispõe-nos à aceitação do pressuposto de Sweetser (1990), de que a interpretação do enunciado em um dos domínios semânticos por ela concebidos não depende propriamente da forma do enunciado, mas de uma escolha pragmaticamente motivada. Essa motivação, conforme os resultados alcançados neste trabalho, pode ser entendida em três sentidos:

- (i) É o contexto lingüístico imediato que aponta para uma ou outra interpretação do enunciado causal. Assim, em um enunciado como (5) “João foi à biblioteca porque Teresa está lá”, a segunda cláusula pode referir uma causa ou uma evidência, conforme as

⁵ O fato de um enunciado não apresentar indício estrutural de que está construído no domínio epistêmico causa dúvida a respeito de sua interpretação. É o que se observa, no *corpus*, em enunciados como: “Essa inquietação que tu fala está hoje extremamente aprofundada porque hoje o conhecimento científico à disposição do homem é muito maior” (gênero conversação); “O marginal não sente o menor receio porque pressupõe que jamais será efetivamente condenado” (gênero artigo de opinião).

circunstâncias de produção do enunciado. Se a cláusula assinalada com *porque* responde à pergunta “Por que João foi à biblioteca?”, ela expressa a causa da ida de João à biblioteca. Ao contrário, se responde à pergunta “Onde você acha que João foi agora?”, a cláusula introduzida pelo conector *porque* não expressa uma causa no sentido mais estrito do termo, mas uma evidência que sustenta a suposição de que “João foi à biblioteca”.

- (ii) É o estado de informações do falante (conhecimento dos fatos do mundo e do modo como se relacionam ou podem relacionar-se) que orienta a interpretação de um enunciado causal. Assim, em enunciado como (6) “A Universidade está em crise porque não expressa as esperanças do povo, não ajuda o povo a se libertar”,⁶ é o conhecimento de que dispõe o ouvinte/leitor desse enunciado que o faz considerar a segunda cláusula como uma evidência a favor de um julgamento do enunciador e não como uma causa possível de determinar a falência das instituições universitárias.
- (iii) É o gênero de texto também um dos parâmetros que orienta quanto à interpretação a ser atribuída a um enunciado causal. Gêneros que têm a função informativa e que criam a expectativa de objetividade, como os gêneros notícia jornalística e artigo científico, põem em evidência o domínio do conteúdo, de modo que as afirmações que neles se apresentam tendem a ser legitimadas como informações acerca do mundo. Ao contrário, os gêneros que privilegiam a argumentação, como os gêneros conversação e artigo de opinião, põem em evidência os domínios epistêmico e conversacional. Essa constatação autoriza a conclusão de que os gêneros concorrem para que o falante/ouvinte interprete uma afirmação como concernente ao mundo real ou a identifique como uma opinião (uma idéia) sobre o mundo.

Em outros termos, é preciso entender que o factual (o que é apresentado como real) pode ser relativo: a mesma declaração sobre um estado-de-coisas a que se refere o texto pode merecer interpretações diferentes, dependendo do domínio semântico evidenciado por dado gênero.

⁶ Fragmento de texto exemplar do gênero conversação.

Considerando o problema implicado no reconhecimento de que uma afirmação expressa um estado-de-coisas concebido como factual ou como uma impressão do mundo, entende-se que os limites entre o domínio do conteúdo e o domínio epistêmico são frágeis. Os parâmetros de ordem lingüística não são suficientes para distinguir enunciados causais de um e outro desses domínios.

O gênero e a instanciação/ interpretação das relações causais

A liberdade do falante em fazer escolhas não é ampla e irrestrita, mas parece ser condicionada à função social que o texto realiza, portanto, ao gênero. Possivelmente, os gêneros refletem, na sua materialização lingüística, as relações sociais que orientam a interação, os propósitos que orientam a comunicação (relatar, criticar, solicitar, comentar, instruir, informar, divulgar serviços etc.), a perspectiva em que se coloca o falante diante do mundo discursivo construído pela linguagem (a maior ou menor objetividade de um texto talvez esteja em função do gênero que o texto atualiza).

Sabe-se que textos pertencentes a um mesmo gênero mostram diferenças significativas de expressão. No entanto, cada gênero aparenta ter um estilo e uma composição característicos, assim como deve ter um canal apropriado de expressão. Cabe ao estudioso da linguagem distinguir os sentidos virtuais latentes em cada gênero, bem como modos de expressão peculiares.

Sobre os sentidos virtuais que se apresentam latentes, pode-se dizer que os gêneros regulam o que é possível ou não dizer em situações de interlocução. Considerando-se o *corpus* do presente trabalho, pode-se observar haver gêneros, como a conversação, que permitem uma liberdade muito ampla para os falantes, no sentido de que estes estão autorizados a tematizar os mais diferentes conteúdos, fazer afirmações que não se embasam numa investigação da realidade, fazer piadas, exortar, lamentar etc. etc. Além disso, o falante assume uma atitude subjetiva, ele é parte envolvida em quase tudo que expressa. Ele está, por assim dizer, no "palco" do discurso, como um sujeito-ator. É o que se pode observar nos seguintes dados do *corpus*:

- (7) “Eu concordo em gênero, número e grau com isso que me foi dito né? porque se não fosse concordar eu iria de encontro a todos os teóricos da educação que existe por aí” (gênero conversação);
- (8) “A gente tá falando mais dos baianos porque é uma febre nacional” (gênero conversação).

No gênero notícia, ao contrário, um só tema é objetivado. As declarações devem ter suporte numa investigação prévia da realidade e não podem ser propostas como impressões sobre o estado-de-coisas que a notícia veicula. Em princípio, o autor de uma notícia jornalística não se deve mostrar ostensivamente no mundo discursivo construído pela linguagem, o que não significa dizer que ele não possa estar presente no texto/discurso que constrói. Na realidade, toda manifestação de linguagem revela em maior ou menor grau a presença do sujeito.

Considerando-se que deve ser uma característica dos textos do gênero notícia a enunciação objetiva dos fatos, é esperado que o texto noticioso seja escrito de maneira impessoal, sem a presença de marcas que revelem o enunciador (unidades dêiticas do tipo eu, tu, aqui, agora, modalizadores). Além disso, uma vez que se orienta para a transmissão de informações, parece certo supor que esse tipo de gênero não favorece operações psicológicas de justificação e negociação e que, por conseguinte, não é um espaço interlocutivo propício à emergência de proposições relacionais do âmbito da causalidade.

Afirmar que a notícia é um gênero que se caracteriza pela busca de objetividade não significa dizer que, nesse gênero, o autor da matéria não apresente sua visão dos fatos e revele sua posição de forma mais ou menos velada a respeito do fato noticiado. Essa possibilidade de a notícia apresentar, sob certa medida, um caráter apreciativo ou a manifestação de adesão ao discurso de outrem, por parte do jornalista, é confirmada na análise de Cunha (2002) em que se confronta o funcionamento dialógico em notícias e com o que se apresenta em artigos de opinião.

O compromisso com a objetividade, no gênero notícia, é um fator que parece restringir a ocorrência de enunciados causais em texto desse gênero, principalmente daqueles que expressam justificativas para modos de pensar (domínio epistêmico) ou para formas de dizer (domínio

conversacional). As explicações (construções típicas do domínio do conteúdo), ao contrário, podem ter um contexto adequado em certas modalidades de notícias, como é o caso do texto “Meteorologista explica porque não chove durante o Círio”,⁷ no qual se apresentam causas, de um ponto de vista meteorológico e climatológico, que explicam por que há o mínimo de probabilidade de chuva no mês de outubro na região Norte. É o que atesta o exemplo:

- (9) “Outro fato importante é que outubro é o segundo mês, após agosto, em que mais tempo o sol fica descoberto (tecnicamente chamado insolação) totalizando 228 horas. Com isso há poucas nuvens e pouca chuva”.

O fato de que as construções causais dos domínios epistêmico e conversacional não são um recurso produtivo em textos do gênero notícia (excetuando-se os contextos em que o texto abre espaço para outras vozes) apresenta-se como uma indicação de que o falante não faz uso dessas construções em textos que tendem a ser objetivamente construídos, como o são os de gênero notícia.

Relativamente aos gêneros artigo de opinião e artigo científico, pode-se dizer que estes se bipolarizam. O primeiro é, por excelência, um contexto propício a que o sujeito se revele ostensivamente, expondo opiniões, dialogando com o leitor. Isso, certamente, favorece a instanciação de relações causais na forma de enunciados dos domínios epistêmico e conversacional. O segundo é um tipo de gênero que se caracteriza pela objetividade na exposição dos fenômenos, o que significa o sujeito concentrar-se no objeto referente, apresentando explicações se for o caso, ou fazendo considerações (em nível epistêmico) sobre o fenômeno investigado.

Textos do gênero artigo de opinião constituem uma produção escrita na qual o escritor expõe um ponto de vista pessoal, ou do senso comum, que procura defender apelando às vezes a outras vozes de

⁷ Texto cujo propósito é apresentar causas materiais para o fato de não chover no dia da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém (PA), em vista da circunstância de que chove quase diariamente na região Norte.

textos lidos e ouvidos, que podem ajudar a valer seu ponto de vista. Dada essa função sociodiscursiva, é natural que num texto desse gênero o locutor mobilize tipos de operações psicológicas: justificação (razões/prova) e negociação (Golder, 1996).

Textos do gênero artigo científico, nos termos do modelo teórico de Bronckart (1999), caracterizam-se por relação de conjunção entre as coordenadas formais do mundo criado por essa atividade de linguagem e as coordenadas do mundo representado pelos agentes humanos. Nesse caso, as representações mobilizadas como conteúdo não se referem a fatos passados, nem a fatos futuros (previsíveis ou plausíveis), nem a fatos imaginários, mas sim a fatos apresentados como acessíveis no mundo ordinário do agente produtor e de seus interlocutores. E por serem acessíveis, esses fatos serão sempre interpretados à luz de critérios de avaliação dos conhecimentos desse mundo ordinário.

Se o enunciado científico tem um estilo próprio e esse estilo deve refletir um trabalho de eliminação da subjetividade (trabalho de redução do vivido, das experiências pessoais, dos interesses pessoais, da ideologia), é esperado que as considerações em se que expõem justificativas (causas relevantes para os propósitos discursivos do agente-produtor) não sejam um traço marcante do estilo do texto científico.

Fazer considerações é expressar juízos, que, como tal, podem ser verdadeiros ou falsos. Da reflexão feita sobre os dados da pesquisa, pode-se concluir que o julgamento que o leitor/ouvinte faz da legitimidade de um enunciado epistêmico tem relação com o gênero textual em que o enunciado se insere e com o lugar social do locutor.

Em textos científicos, as afirmações não são produto do acaso, mas de uma reflexão ou de investigação da realidade, por isso é natural que sejam aceitas como expressão da “verdade”. Diferentemente, o gênero conversacional não cria, em princípio, um compromisso do locutor com as suposições que expressa, em vista do que é mais difícil fazer julgamentos a respeito da legitimidade de enunciados cujo contexto de uso é o gênero conversacional.

Quanto ao gênero artigo de opinião, os textos do *corpus* revelam que as suposições feitas também podem ou não ser legitimadas, e que a decisão a esse respeito parece ser afetada pela consideração do interlocutor a respeito do *status* do locutor (lugar social de onde fala).

Não se pôs em discussão, aqui, o valor de verdade da relação estabelecida em enunciados causais, nem o caminho que pode levar a esse reconhecimento. É difícil fazer-se julgamento a esse respeito, uma vez que nem mesmo os enunciados da ciência podem ter a pretensão da verdade absoluta e eterna.

Considerando-se que a linguagem espelha a perspectiva como o sujeito concebe o mundo, o significado de enunciados causais do domínio do conteúdo (restrição feita, por exemplo, àqueles propostos no âmbito das ciências, que devem, por princípio, não ser afetados pela subjetividade do sujeito, pela ideologia dominante) pode ser considerado, naturalmente, como um ponto de vista construído em função do encaminhamento que se quer dar ao discurso em virtude dos objetivos a serem atingidos na comunicação. Na realidade, na comunicação lingüística, quando se enuncia uma relação causal não está em questão se ela é verdadeira, mas se é admissível no mundo a que se refere o texto. Essa relação pode ser legitimada, em maior ou menor prontidão, em função do estado de informações dos sujeitos membros de uma comunidade lingüística e em função do gênero de texto.

As reflexões feitas com base no *corpus* analisado permitem reafirmar o pressuposto de Meyer (2000) de que, na interlocução, atribuir causas é parte de um processo de interação social e um meio de criar relevância no discurso, e, assim, para Meyer, ao arrolar causas/razões, o falante é orientado por interesses pessoais, em vista do que deseja apresentar ou aceitar como causa. Enfim, atribuir causas/razões é um propósito que atende à função a que servem alguns gêneros de texto que circulam na vida social.

Como se expressam as relações causais

Quanto aos parâmetros formais considerados na análise das relações causais, constata-se que a posição das cláusulas causais é a ordem dominante em enunciados em que se apresentam razões para fatos concebidos como reais, para fatos assumidos como possíveis ou para propósitos ilocucionários de atos de fala, e que as relações causais tendem a ser marcadas, nesses casos, por um conector. A ordem icônica

(em se parte da causa para o efeito, observando-se o princípio da temporalidade) somente foi observada em enunciados nos quais se relatam experiências.

Em regra, as causais de conteúdo, epistêmicas e de atos de fala são assinaladas pelo conector *porque*. Cláusulas que expressam consequência são marcadas por *então* (preferencialmente), pela locução *por isso*, e pelos marcadores *e e aí*, ou deixam de exibir marca. Em algumas raras situações de fala, verifica-se a ocorrência de “já que”, em cláusula anteposta ou posposta, cuja função é a de justificar um ato de fala ou de dar suporte a juízos de valor.

Ainda a respeito dos parâmetros formais considerados na análise, observa-se que são predominantes, nos textos que compõem o *corpus*, as formas de construção sindética, inclusive no gênero conversacional, e que o modo declarativo é compatível com a expressão de relações causais nos três domínios, enquanto outros modos gramaticais – interrogativo e imperativo – sinalizam que a interpretação deve ser feita no domínio dos atos de fala.

O fato de o modo declarativo ser uma forma de expressão compatível com os três domínios gera um problema quanto ao reconhecimento de que um enunciado se inscreve no domínio do conteúdo ou no epistêmico. Em vista disso, conclui-se que os modos gramaticais revelam-se como dado lingüístico não-suficiente para instruir a leitura que se pode fazer das relações causais, sendo preciso recorrer a outros parâmetros para que se faça a interpretação adequada do enunciado.

À luz da proposta de Lang (2000)⁸ de que se deve procurar os traços formais correlatos dos três domínios em que se constrói o significado na junção de cláusulas, objetivou-se, neste trabalho, identificar, nos enunciados causais, particularidades estruturais que

⁸ Em estudo sobre as relações intercláusulas, Lang (2000) propõe uma relativização da noção de ambigüidade pragmática tal como proposta por Sweetser (1990), reivindicando um refinamento dessa visão da autora no sentido de dar maior atenção à informação estrutural disponível em referência aos domínios semânticos em essas relações podem instanciar-se.

pudessem indiciar cada um desses domínios. O resultado da análise revela que em enunciados que se interpretam no domínio epistêmico e no conversacional, as cláusulas apresentam-se menos integradas do ponto de vista formal. Em termos prosódicos, as cláusulas membros da relação causal estão separadas por pausa e observa-se mudança de entorno prosódico (o que explica aparecerem, na escrita, separadas por vírgula ou por ponto). Também em termos sintáticos, as cláusulas que se relacionam no domínio dos fatos possíveis mostram-se menos estruturalmente dependentes da cláusula-núcleo (o que poderia ser comprovado por aplicação de provas que mensuram o escopo da cláusula núcleo na sua relação com a margem).

Poder-se-ia supor, em face dessas constatações, que na combinação de cláusulas no domínio do conteúdo há um enlace sintático mais estreito entre as cláusulas, o que corresponderia à integração que se observa entre fenômenos do mundo causalmente relacionados. Contrariando essa suposição, observa-se que em enunciados causais do domínio do conteúdo não há, necessariamente, estreitamento de laços sintáticos na materialização das relações intercláusulas, de modo que enunciados que referem iconicamente a realidade em termos de seqüência temporal podem combinar cláusulas de maneira menos integrada, sintaticamente falando. Isso é o que se observa em enunciados como:

- (10) “na escola pública... aí é evidente não é o diretor que vai fazer isso com o professor... é o próprio aluno que chega com o professor e diz assim ‘se o senhor não me passar ... eu vou te esperar lá no estacionamento’... e o professor com medo da canivetada da facada ou seja lá do que for né ela vai dar aquela nota mínima para o desgraçado ir adiante e aporrinhar outro professor lá na frente né ” (gênero conversação).

Em suma, a respeito da expressão das relações causais em diferentes domínios semânticos, não parece, como pretende Lang (2000), tão plausível detectar-se, por meio de indícios formais, o nível semântico em que se constrói o significado de enunciados causais. Nesse sentido, Sweetser (1990) defende uma posição que, ao que parece, se mostra mais adequada à descrição das relações causais: os traços formais são

desambigüizadores somente em certa medida; em grande parte a interpretação da natureza da relação causal (particularmente dos domínios do conteúdo e epistêmico) depende de parâmetros outros, de ordem não-formal.

Em termos da expressão por parataxe ou hipotaxe,⁹ pode-se apontar o contexto lingüístico em que se instancia a relação causal como um fator, de ordem pragmática, que justifica a opção pela parataxe ou pela hipotaxe. Assim, os dados indicam que a parataxe está relacionada a contextos lingüísticos em que o falante relata acontecimentos, concebidos como reais no mundo que o texto representa (refere experiências relacionadas à história coletiva ou individual). É o que se observa em:

- (11) “ele se entrega ele cai na visa e acaba fazendo o jogo do sistema quanto mais dinheiro ele tem mais ele quer [...] ele quer tudo então a sala de aula passa a ser um instrumento de ele poder ganhar algum dinheiro pra fazer tudo isso...” (gênero conversação);
- (12) “eles [os baianos] se impuseram a ponto de conquistar o apoio da mídia ... se impondo né pela força por isso que eles conseguiram esse espaço que eles conseguiram” (gênero conversação).

Quanto à hipotaxe, parece tratar-se de um processo associado, preferencialmente, a contextos lingüísticos em que o propósito do falante é propor explicações, construir justificativas para impressões sobre o mundo que o texto refere ou então justificar atos de fala para que não causem reação negativa no seu interlocutor. É a hipotaxe que se identifica em situações de fala em que se apresenta uma conclusão (avaliação/crença), juntamente com evidências (provas factuais ou não) que possam validar a afirmação, ou aumentar a possibilidade de validação. É o que exemplificam os enunciados:

- (13) “[...] está crise o homem porque ao mesmo tempo que há altíssimas tecnologias em saúde ... aqui na Amazônia as crianças morrem de diarreia” (gênero conversação);

⁹ A respeito da distinção entre parataxe e hipotaxe, segue-se, neste trabalho, a orientação de Halliday (1985).

- (14) “E a emenda constitucional que eventualmente alterasse o artigo 5º, inciso XLVII, alínea a’ da Lei Maior, seria emenda constitucional perdidamente inconstitucional, por violar cláusula pétrea do texto magno” (gênero artigo de opinião).

Os quadros 1, 2, 3, 4, a seguir, expõem as formas de expressão das relações causais nos exemplares de textos, de diferentes gêneros, submetidos à análise.

Evento de diálogo					
Domínio semântico	Nº de enunciados causais	Ordem	Vínculo gramatical	Tipo de conexão	Modo gramatical
conteúdo	17	icônica/não-icônica	hipotaxe/ parataxe	sindética/ assindética	declarativo
epistêmico	26	Q (crença) \wedge P (justificativa) ou P (justificativa) \wedge Q (crença)	hipotaxe	sindética	declarativo
atos de fala	23	Q (ato de fala nuclear) \wedge P (justificativa) ou P (justificativa) \wedge Q (ato de fala nuclear)	hipotaxe	sindética	declarativo interrogativo imperativo

QUADRO 1 – Formas de expressão das relações causais em eventos de diálogo (gênero conversação)

Notícia					
Domínio semântico	Nº de enunciados causais	Ordem	Vínculo gramatical	Tipo de conexão	Modo gramatical
conteúdo	2	icônica	*extrapola o nível sintático	sindética	declarativo
epistêmico	—				
atos de fala	1	Q (ato de fala nuclear) \wedge P (justificativa)	hipotaxe	sindética	declarativo

QUADRO 2 – Formas de expressão das relações causais em notícias

Artigo de Opinião					
Domínio semântico	Nº de enunciados causais	Ordem	Vínculo gramatical	Tipo de conexão	Modo gramatical
conteúdo	2	não-icônica	hipotaxe correlação *extrapola o nível sintático	sindética	declarativo
epistêmico	6	Q (crença) \wedge P (justificativa) ou P (justificativa) \wedge Q (crença)	hipotaxe correlação	sindética	declarativo
atos de fala	7	Q (ato de fala nuclear) \wedge P (justificativa)	hipotaxe	sindética	declarativo

QUADRO 3 – Formas de expressão das relações causais em artigos de opinião

Artigo Científico					
Domínio semântico	Nº de enunciados causais	Ordem	Vínculo gramatical	Tipo de vínculo	Modo gramatical
conteúdo	4	não-icônica	hipotaxe *extrapola o nível sintático	sindético	declarativo
epistêmico	3	Q (crença) \wedge P (justificativa)	hipotaxe	sindético	declarativo
atos de fala	—				

QUADRO 4 – Formas de expressão das relações causais em artigos científicos

Conclusão

Concebe-se que os gêneros se identificam, prioritariamente, por propriedades sociocomunicativas e que cada texto exemplar de um gênero textual é dotado de certa plasticidade quanto à sua expressão lingüística. No entanto, o conteúdo e a forma de um texto parecem depender do gênero que materializam. Ao escolher um dado gênero

apropriado a uma atividade sociocultural, o falante faz algumas escolhas em vez de outras, em termos de aspectos como: o nível de formalidade da linguagem, a natureza do conteúdo a ser tematizado, os tipos de seqüência lingüística ou seqüência de enunciados que compõem o texto, a extensão dos enunciados, a organização das partes do texto, o estilo adequado (linguagem telegráfica, linguagem objetiva, linguagem figurada, maior ou menor autonomia em relação aos parâmetros do mundo físico, ações retóricas típicas [dialogismo mostrado ou não, justificações, explicações, negociações etc.]).

Ora, apresentar explicações, formular justificativas, que se materializam ou não em enunciados causais, são expedientes retóricos apropriados a alguns gêneros mais do que a outros. Enfim, a hipótese de que as relações causais se instanciam em maior ou menor proporção num texto, dependendo do gênero que materializa, mostra-se compatível com a conclusão a que se chegou com base na análise dos dados da língua em uso, levada a efeito neste trabalho.

Também a hipótese de que os gêneros servem como parâmetro decisivo para a interpretação dos enunciados mostrou-se sustentável. Os dados da pesquisa confirmam o pressuposto de que, desconhecendo-se o gênero de texto em que foi produzido um enunciado, só é possível uma decodificação do significado deste, mas não uma interpretação do seu sentido, que emerge, apenas, em função da sua inserção (contextualização) em um dado gênero. Ao considerar o enunciado como expressão de um fato concebido como real ou como fato possível, o ouvinte/leitor, certamente, vê no tipo de gênero em que o enunciado se inscreve um dos indícios dos mais decisivos para proceder ao julgamento do domínio semântico a que está relacionado.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Michail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes [1979], 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACEDO, Anna Raquel; BEZERRA, M. Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar: the structure of the clause*. Dordrecht – Holland /Providence RI – USA, Foris Publications, 1989.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar: complex and derived constructions*. Ed. By Kees Hengeveld – Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 2.

GOLDER, C. *Le développement des discours argumentatifs*. Paris: Delta Chaux et Nieslé, 1996.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

LANG, Edward. Adversative connectors on distinct levels of discourse. A reexamination of Even Sweetser's three-level approach. In: COUPER-KUHLEN; KORTMANN (Ed.) *Cause – condition – concession – contrast: cognitive and discourse perspective*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

MEYER, Paul Georg. The relevance of causality. In: COUPER-KUHLEN; KORTMANN (Ed.) *Cause – condition – concession – contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

SWEETSER, Eve. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990.

Estrutura Argumental Preferida em Enunciados Ressonantes

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
UFMG

Ressonância: um Aspecto da Sintaxe Dialógica

Du Bois (2001),¹ retomando em parte as idéias expostas por Bakhtin em vários trabalhos, insiste na natureza essencialmente dialógica do discurso espontâneo e, ao mesmo tempo, lança os alicerces do modelo intitulado **Sintaxe Dialógica**. Esse modelo, esclarece o autor, não se opõe à sintaxe tradicional,² cujo escopo de análise são as relações intra-sentenciais, mas se apresenta como um ramo dela.

Sob a perspectiva da sintaxe dialógica, usa-se a língua “para criar língua”. Ou seja: na interação lingüística, observam-se momentos em que o envolvimento estabelecido entre os interlocutores se manifesta de um modo mais transparente, através de relações de “afinidade” em vários níveis, que são criadas entre os enunciados dos participantes considerados. O reflexo mais evidente da sintaxe dialógica, segundo Du Bois, pode ser observado exatamente nesses momentos em que um

¹ As considerações desta seção fundamentam-se em texto ainda não disponível para citação – “Towards a dialogic syntax (Draft)”.

² Com essa expressão, o autor identifica os vários modelos que se limitam à análise das relações intra-sentenciais, incluindo também os modelos formais.

falante constrói seu enunciado com base no enunciado imediatamente precedente de seu interlocutor. Estruturas, palavras, morfemas, fonemas, significados, referentes, força ilocucionária, em suma, qualquer recurso lingüístico usado pelo primeiro falante é reutilizado pelo segundo, com a intenção quer de concordar com seu parceiro de diálogo, quer de discordar ou simplesmente manifestar um posicionamento diferente.

A essas relações de “afinidade” ativadas no contexto, que emergem da língua em uso, Du Bois reserva a denominação de **ressonância**. As ressonâncias são, portanto, uma propriedade das relações que se estabelecem entre enunciados de interlocutores diferentes. São uma correspondência de padrões que pode ser verificada em diferentes níveis de abstração e nas diversas dimensões da forma lingüística e do significado. Logo não é uma propriedade que possa ser atribuída a cada elemento em separado.

Considerem-se, como ilustração, os seguintes excertos:³

- (1) L2 - e paga para entrar?
L1 - cinco reais...
L2 - ué ... **barato**...
L1 - é **baratinho**...
- (2) L2 - imagine quando nascer o neném deles...
(3 linhas omitidas)
L1 - ah:: **vai ser uma ciuMEI::ra**...
L2 - **vai ser uma ciumeira danada**...
- (3) L1 - **oito horas também é vazio**...
L2 - **oito horas é cheio**...
- (4) L2 - **qual que sua mãe quer ampliar?**
L1 - não fofa **ela vai querer copiar**...
- (5) L1 - mas aí ele fica tomando conta da casa... né M.?⁴
L2 - **a casa fica bem**...
não tem problema não...

³ Os dados de (1) a (5) foram extraídos de gravação de conversação espontânea. Informações adicionais serão fornecidas mais adiante.

⁴ As abreviaturas para os nomes próprios visam a manter sigilo sobre a identidade dos informantes.

L1 - **a ca-sa fi-ca bem...** vê se pode?

L2 - ah... é só fechar a porta...

Os elementos destacados nos enunciados acima evidenciam, em primeiro lugar, que para haver ressonância não é necessário haver completa identidade formal, mas os enunciados podem ser apenas parcialmente semelhantes. Em segundo lugar, ilustram que a apropriação das “palavras” do outro tanto pode manifestar concordância como também reparo, discordância ou mesmo negação. Assim, em (1), o SAdj solto⁵ é retomado, na construção de predicado nominal, com uma forma derivada do adjetivo anteriormente usado, expressando intensificação e, ao mesmo tempo, assentimento. Também em (2), o segundo falante enfatiza sua concordância com o primeiro através da reutilização da estrutura de predicado nominal com o predicativo intensificado, só que desta vez através do recurso sintático da modificação.

Já os dados de (3), (4) e (5) exemplificam um dos paradoxos comentados pelo lingüista, em que a repetição parcial ou total da construção anfitriã⁶ é explorada para expressar a diferença. Assim, em (3), o falante nega a afirmação do interlocutor através da substituição do adjetivo *vazio* pelo antônimo *cheio*. Adotando-se, em (3’), de um modo bem simplificado, um dos tipos de representação gráfica sugerida pelo autor, visualiza-se claramente a relação que se estabelece entre os enunciados desse exemplo:

(3’)

L1	oito	horas	também	é	vazio	...
L2	oito	horas		é	cheio	...

Também em (4), há substituição de item léxico, desta vez com a função de retificar o enunciado do outro. Finalmente, em (5), a divergência de pontos de vista se manifesta na retomada total da ocorrência **a casa fica bem**.

⁵ Esta expressão é usada aqui na acepção de Araujo (2003).

⁶ Esta metáfora de Du Bois identifica o enunciado de base, explorado para efeitos de ressonância. Marcuschi (1996) usa a expressão matriz, para tal enunciado.

O exame de dados como os de (1) a (5) nos revela, ainda, que a sintaxe dialógica não pode ser considerada simplesmente “sintaxe usada no diálogo”. Enquanto aos modelos que investigam a sentença isolada (denominados por Du Bois **sintaxe linear**, para efeitos de identificação) interessam as relações estruturais internas à sentença, à **sintaxe dialógica** cabe explicitar as relações estruturais que se instauram entre os enunciados produzidos por falantes diferentes, freqüentemente em situação de justaposição dialógica.

O que a sintaxe dialógica procura revelar, então, são as **relações de mapeamento** (*mapping relations*) que se estabelecem entre as estruturas (ou parte das estruturas) desses enunciados, ou seja, as relações *diatáticas*. Essas constituem, pois, um novo conjunto de relações estruturais, que não são nem de hierarquia nem de seqüencialidade, mas de mapeamento, conforme acima asseverado. Trata-se, ainda, de relações reais entre *tokens* no uso da língua e não de relações potenciais no sistema lingüístico.

Diante dessas considerações, cabe perguntar com o investigador do modelo em foco: isso é sintaxe? A resposta dada por Du Bois é afirmativa, ressaltando, contudo, a necessidade de se voltar a uma definição de sintaxe mais ao estilo de Morris (1938), como a relação formal que se estabelece entre signos, considerando-se **signo** segundo a acepção de Saussure.

Retomando também a observação de Jakobson (1990, p. 332) de que “Grammar without meaning is meaningless”, o autor enfatiza, mais uma vez, que as relações diatáticas, explicitadas pela sintaxe dialógica, se dão entre **enunciados** que se apresentam no discurso com suas especificidades tanto de realização formal quanto de interpretação semântico-pragmática. Logo as abstrações que interessam ao modelo são aquelas que resultam de generalizações obtidas a partir dos enunciados, aquelas que são justificadas e mesmo necessárias para que se possa proceder à confrontação de ocorrências individuais.

Du Bois destaca ainda que a sintaxe dialógica, enquanto uma ramificação da sintaxe linear (e não um modelo a ela oponente), se vale das relações intra-sentenciais explicitadas por essa última para detectar as relações de mapeamento intersentencial que se manifestam nos enunciados em que a ressonância se instaura. Esse mapeamento, deve-

se esclarecer também, ocorre tanto no nível da verticalidade (paradigmático) como no da horizontalidade (sintagmático), como o gráfico (3'), embora bastante simplificado, permite constatar.

Acrescente-se que o lingüista considera que o adjetivo **dialógica**, presente na denominação do modelo aqui comentado, delimita um vasto território de significado em todos os níveis.

Em suma: ressonância é definida por Du Bois como a ativação de “afinidades” potenciais através de instâncias do uso dialógico da língua. É uma propriedade das relações entre elementos lingüísticos no discurso e não de cada elemento isoladamente considerado.

Neste ensaio, para facilidade de referência, vou reservar as rotulações de sentença **anfitriã**, **matriz** ou de **base** para identificar aquela cujas potencialidades são exploradas para efeitos de ressonância. Já estruturas ou sentenças **ressoantes** são aquelas abstraídas dos enunciados proferidos por um outro interlocutor, que manifestam afinidades com a base em qualquer das dimensões da forma ou do significado.

As construções ressoantes podem formar pares adjacentes com suas matrizes ou podem vir separadas delas pela intercalação de outros enunciados. Ainda ocorre a situação em que uma sentença anfitriã pode servir de base para várias ressoantes subseqüentes.

Propostas do Trabalho

Identificada a ressonância, um dos aspectos principais da Sintaxe Dialógica, esclareça-se que é proposta deste trabalho descrever os tipos de estrutura detectados nas matrizes e nos enunciados ressoantes de um trecho de conversação espontânea do português do Brasil. Além disso, objetiva-se verificar como tais enunciados se comportam com relação à Estrutura Argumental Preferida (EAP), tal como entendida por Du Bois (1987, 2003).⁷

⁷ Logo, neste primeiro momento da pesquisa, ainda não se procedeu à formalização dos mapeamentos, uma vez que a EAP é o foco de atenção.

Tendo em vista que a noção de EAP é bastante difundida na literatura funcionalista,⁸ a seguir vou retomar apenas os aspectos indispensáveis para o prosseguimento de minha análise.

Como se sabe, Du Bois ressalta que a EAP é um padrão que deve ser situado na interseção dos dois domínios: discurso e gramática. Não é propriamente uma estrutura nem discursiva nem sintática, mas representa uma preferência (observada no discurso) por uma determinada configuração sintática dos elementos lingüísticos. Trata-se de um padrão recorrente da distribuição das **formas nominais referenciais** (tais como SNs lexicais plenos e pronominais) através das posições sintáticas nucleares (sujeito, objeto direto e objeto indireto). A EAP tem, pois, duas dimensões: uma gramatical e outra pragmática. Do ponto de vista gramatical, observa-se a tendência a ocorrer **um** só argumento nuclear lexical por oração, sendo as posições de sujeito de verbo intransitivo (S) e objeto direto de verbo transitivo (O) as preferidas para a manifestação desse argumento. Logo, há restrição à ocorrência de SN lexical na posição de sujeito de verbo transitivo (A).⁹

Paralelamente a esse padrão gramatical, emerge um padrão de natureza pragmática: a preferência pela introdução de **um** só participante novo por oração e, exatamente, nas posições de S ou O. Surge, então, a restrição de ocorrência de referente novo em A. O quadro a seguir (traduzido de Du Bois (2003)) resume essas tendências:

⁸ Para o português, podem ser citados, dentre outros, os trabalhos de Dutra (1987), Pezatti (1996) e Brito (1998).

⁹ Adoto aqui a convenção seguida por Du Bois (2003): refiro-me ao sujeito de verbo intransitivo por S, ao sujeito de verbo transitivo por A, ao objeto direto por O. Todavia, diferentemente da abreviatura usada pelo autor, reservo OI para o objeto indireto (dativo). Os oblíquos – considerados por Du Bois como argumentos não-nucleares, que podem introduzir participantes efêmeros e secundários – serão identificados por OBL.

	<i>Gramática</i>	<i>Pragmática</i>
<i>Quantidade</i>	Evite mais de um argumento nuclear lexical	Evite mais de um argumento nuclear novo
<i>Papel</i>	Evite A lexical	Evite A novo

QUADRO I – Restrições da EAP: Quantidade e Papel
(Fonte: Du Bois, 2003, p. 71)

Considerando, pois, o padrão acima referido bem como o alto grau de engajamento dos interlocutores, revelado nos enunciados ressoantes, aventa-se a hipótese de que as restrições da EAP se manifestam numa elevada taxa de ocorrência nesses enunciados.

Essa hipótese será verificada na terceira seção deste texto. Antes disso, na seção a seguir, serão descritos os tipos de estrutura abstraídos dos enunciados em que se instaura a ressonância.

Estruturas Oracionais Detectadas nos Enunciados Matrizes e Ressoantes

Para atender às propostas deste ensaio,¹⁰ em primeiro lugar, procedeu-se à identificação dos conjuntos de unidades ressoantes encontrados num trecho de conversação espontânea,¹¹ constituído de duzentos e setenta e cinco (275) unidades entoacionais (UEs). Cada conjunto é constituído de uma unidade matriz e a unidade ou unidades que a ressoam.

¹⁰ Neste texto, registram-se minhas observações iniciais sobre o tema. Uma pesquisa de caráter mais amplo (qualitativa e quantitativamente) está sendo empreendida por mim e por Beatriz da Matta, na UFMG.

¹¹ Trata-se de uma conversação espontânea entre falantes do Português do Brasil, de nível universitário completo, que apresentam alto grau de intimidade (mãe, filha e nora). A transcrição seguiu as sugestões do Projeto NURC/SP (Castilho & Pretti (Orgs.), 1986, p. 9-10). Esta gravação faz parte do acervo de dados do GREF – Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem – por mim coordenado.

Como a hipótese que norteia esta investigação prevê uma elevada taxa de incidência das restrições concernentes à EAP nessas unidades, um segundo passo consistiu na discriminação das estruturas oracionais presentes nas UEs em exame, distinguindo-se as matrizes das ressoantes.

Nas matrizes, alvo da análise a seguir, foram identificadas 27 unidades entoacionais oracionais. Para a sua descrição, foram levados em conta não somente os argumentos nucleares – sujeito, objeto direto e objeto indireto – mas também os constituintes oblíquos que, segundo Du Bois, fornecem uma posição sintática passível de ser explorada para a codificação de participantes secundários ou efêmeros. Deve-se lembrar, ainda, que as abreviaturas **S** e **A** foram utilizadas de acordo com a convenção adotada pelo autor para distinguir, respectivamente, o sujeito de verbos intransitivos (dentre os quais se arrolam os transitivos adverbiais de nossa tradição gramatical) e o sujeito de construções transitivas e bitransitivas. Todavia, a essa convenção, incluiu-se o uso de **S** para identificar também o sujeito de orações copulativas.

Na descrição efetuada, optou-se, muitas vezes, por uma conjugação de traços semânticos com os estruturais. Essa decisão apoiou-se nas considerações de Taylor (1998) sobre o conceito de construção.

Por fim, deve-se mencionar que, nos casos de construções consagradas, os elementos lexicais previsíveis foram explicitados.

Os resultados obtidos a partir da análise das matrizes foram os seguintes:

A - Construções consagradas ou “frases feitas”¹²

- 1 - Pergunta convencional para introduzir referente novo:

A	sabe	O ?	: 2 casos
---	------	-----	-----------

- 2 - Verbo SER e ESTAR em construção fixa:

S	(não) é igual (a)	X	: 1
---	--------------------------	---	-----

S	estar de	(carro)	: 1
---	-----------------	---------	-----

Total de A: 4 ocorrências

¹² *Prefabricated*, segundo Thompson e Hopper (2001).

B - Construções com verbo SER impessoal¹³3 -

SER	X
-----	---

 : 2**C - Construções copulativas**4 -

S	verbo copulativo	X
---	------------------	---

 : 6**D - Construção com verbo Ter impessoal¹⁴**5 -

TER	O
-----	---

 : 1**E - Construções intransitivas**6 -

S	verbo locativo de movimento direcional	OBL
---	--	-----

 : 27 -

S	verbo de ação	OBL
---	---------------	-----

 : 2

Total de E: 4 ocorrências

F - Construções transitivas¹⁵8 -

A	verbo de ação	O
---	---------------	---

 : 49 -

A	verbo <i>dicendi</i>	O oracional ¹⁶
---	----------------------	---------------------------

 : 410 -

A	verbo psicológico	O oracional
---	-------------------	-------------

 : 111 -

A	verbo de ação	O	OI
---	---------------	---	----

 : 1

Total de F: 10 casos

¹³ A variável X, em 3 e 4, substitui os vários tipos de constituintes de natureza não-referencial que aí podem ocorrer.

¹⁴ Seguindo a tradição, o SN que acompanha este verbo foi identificado como objeto. Neste exemplo, o objeto veio representado por um SN não-referencial, fugindo ao padrão de uso desta construção. Na próxima seção, casos como esse serão comentados.

¹⁵ O rótulo transitivo, neste trabalho, é usado num sentido mais amplo, incluindo as construções bitransitivas.

¹⁶ 9 representa construção de discurso reportado.

A descrição acima exposta vem sintetizada no quadro abaixo:

Construções	%
A	15
B	7
C	22
D	4
E	15
F	37
Total	100

QUADRO II – Resultados das Unidades Matrizes

O quadro II revela-nos que as construções transitivas, em seus vários tipos, predominam nos enunciados matrizes (37%), sendo seguidas pelas construções copulativas (22%). As estruturas intransitivas tiveram a mesma incidência das construções consagradas (15%). Finalmente, as orações impessoais ocorreram numa frequência muito baixa (7% com verbo *ser* e 4% com *ter*).

Um fato que não pode passar despercebido, porém, é que **5** dentre as **10** estruturas de F apresentaram objeto oracional, como se vê em (6):

(6) Eu tô querendo **ir** é **na Casa Cor**...

Logo, não são consideradas transitivas prototípicas, conforme defendido em Thompson e Hopper (2001).

A próxima etapa deste trabalho consiste no registro da análise referente aos enunciados ressoantes. Também para esses casos, convém salientar que, tendo em vista os objetivos anteriormente expostos, foram examinadas apenas as unidades ressoantes oracionais. Assim foram excluídos exemplos como os de SN solto ressoante, dentre outros.

Nos enunciados em foco, detectou-se a ocorrência de 63 sentenças. As construções por elas instanciadas e sua quantificação vêm arroladas a seguir:

A - Construções consagradas

- 1 - S não tem nada a ver com X : 1 caso
- 2 - S ir de (ônibus) : 1

Total de A: 2 casos

B - Construções com verbo SER impessoal

- 3 - SER X : 3

C - Construções copulativas

- 4 - S verbo Copulativo X : 9

D - Construções com verbo TER impessoal

- 5 - TER O¹⁷ : 10

E - Construções intransitivas

- 6 - S verbo locativo de movimento direcional OBL¹⁸ : 9
- 7 - S verbo locativo de natureza estática OBL : 1
- 8 - S verbo de ação OBL : 1

Total de E: 11 ocorrências

¹⁷ Dentre os objetos de (5), dois vieram topicalizados. Todavia não foram discriminados em relação aos demais porque, no corpus, seguiram o mesmo padrão observado nos casos do objeto posposto: codificaram referentes dados. Na próxima seção, esse aspecto será devidamente explorado.

¹⁸ Dentre os casos arrolados em 6, uma estrutura apresentou o constituinte oblíquo topicalizado. Esse, no entanto, codificou um participante dado e secundário, seguindo comportamento semelhante ao dos demais casos em que a posição do oblíquo foi explorada para a codificação de referentes efêmeros no discurso. Houve, ainda, um exemplo de sujeito composto posposto, usado para introduzir dois referentes novos que não tiveram participação no discurso. Casos como esses serão analisados na próxima seção.

F - Construções transitivas

9 -	A	verbo de ação	O	:	16
10 -	A	verbo psicológico	O	¹⁹ :	3
11 -	A	verbo psicológico	O oracional	:	2
12 -	A	verbo <i>dicendi</i>	O oracional	:	4
13 -	A	verbo de ação	O OI	:	2
14 -	A	verbo <i>dicendi</i>	OI O oracional	:	1

Total de F: 28 ocorrências

O quadro III apresenta, em percentuais, os resultados obtidos:

Construções	%
A	3
B	5
C	14
D	16
E	18
F	44
Total	100

QUADRO III – Resultados das Unidades Ressonantes

Verifica-se, acima, conforme se espera (tendo em vista as conclusões anteriores da análise das unidades matrizes), que também nos enunciados ressoantes sobrelevaram as construções transitivas em seus vários tipos (44%). As construções de C, D e E apresentaram taxas percentuais próximas. Quanto às construções fixas (A) e às orações impessoais (B), seu índice de ocorrência nos enunciados ressoantes foi ínfimo: 3% e 5%, respectivamente.

¹⁹ Em 10, há um caso em que o objeto veio topicalizado. Não foi discriminado pelas mesmas razões expostas na nota 16.

Na próxima seção, será retomada a análise das unidades matrizes e ressoantes com base nos pressupostos da Estrutura Argumental Preferida (EAP).

Ressonância e Estrutura Argumental Preferida

A seguir, são examinadas as opções de uso dos falantes com referência às posições argumentais das estruturas anteriormente descritas, levando-se em conta tanto a dimensão gramatical quanto a pragmática.

Estruturas Matrizes

Das 27 sentenças matrizes, 25 apresentaram posições argumentais relevantes para a EAP, conforme já observado. Dentre elas, houve **12** ocorrências do argumento representado por **S**, sendo que **2** casos codificaram participante **novo** (17%), através do recurso formal de SN descritivo (lexical). As **10** (83%) ocorrências restantes ilustraram a retomada de referentes **dados**, através destes recursos anafóricos:

- **8** casos de anáfora zero (1 de primeira pessoa e 7 de terceira; as últimas incluíram os casos de “anáfora discursiva”, segundo Pontes (1987));
- **2** casos de pronome de terceira pessoa.

Logo, os resultados sugerem que, embora a posição de S seja uma das disponíveis para a codificação de informação nova, de acordo com as previsões da EAP, nos enunciados que serviram de base para ressonância predominou (83%) o padrão que Du Bois (2003, p. 71) denomina **baixa densidade de informação**:

(...) in some kinds of discourse there is relatively little new information to introduce, a situation we may describe as low information density. When this situation obtains there may be no need to use full noun phrases at all to introduce new entities, if

each of the entities relevant to what the speaker wants to say has already been introduced into the discourse. (...) The intransitive S role cannot be reliably predicted to bear a lexical noun phrase, nor the pragmatic statuses that go with it.

O predomínio desse padrão vem ao encontro das expectativas anteriormente registradas: nos momentos em que se instaura a ressonância, os interlocutores estão concentrados na interação mesma, no envolvimento que se estabelece entre eles. Espera-se, pois, que sejam evitadas situações em que os “limitados recursos da atenção” (Du Bois, 2003) sejam desviados para tarefas cognitivas pesadas, como a de introdução de novo referente. Citando o autor, mais vez: “some aspects of speech processing invoke high cognitive cost, whereas others are relatively undemanding (...). Others things being equal, new referents are costly, accessible referents are cheap.” (op. cit., p. 81)

Além disso, há a considerar também que as restrições da EAP estabelecem “only *upper* limits on the introduction of new and lexical information within the clause” (op. cit., p. 73), conforme insiste o lingüista. Ou ainda: “There is no *lower* limit on the number of new entities to be introduced.” (op. cit., p. 72)

Comprovada a hipótese norteadora desta seção, no que concerne ao argumento S, examine-se a distribuição relativa a **A**:

- SN codificando participante **novo**: 0;
- SN codificando participante **dado**: 12.

Os recursos gramaticais usados para o gerenciamento da informação acessível, nesses casos, foram:

- 2 instâncias de anáfora lexical (SN descritivo);
- 3 casos de pronome (1 de primeira pessoa e 2 de terceira);
- 7 exemplos de anáfora zero (2 de primeira pessoa, 2 de segunda e 3 de terceira).

Portanto, no que diz respeito à dimensão pragmática da EAP, os dados focalizados a comprovaram em 100% dos casos. Todavia, quanto

à presença dos 2 SNs descritivos em A, pode-se interpretar que SNs lexicais anafóricos, enquanto estratégias de continuidade tópica (que não conduzem à abertura de novos arquivos cognitivos), não fornecem evidência contrária às previsões da EAP. Tal interpretação apóia-se na correlação SN lexical/referente novo, que parece relevante para a EAP, conforme se infere (*mutatis mutandis*) da citação abaixo retomada: “The intransitive S role cannot be reliably predicted to bear **a lexical noun phrase, nor the pragmatic statuses that go with it.**” (Du Bois, 2003, p. 71. O negrito é meu.)

Em síntese, a distribuição das formas referenciais em A confirmou maciçamente as restrições da EAP.

Focalizando, em seguida, a posição de objeto, deve-se registrar que, das 13 ocorrências discriminadas, só foram computados para a análise os **6** casos de **objeto referencial**, excluindo-se os 5 objetos oracionais e os exemplos de objeto não-referencial. Essa decisão foi orientada pela proposta mesma da EAP, que parece dizer respeito apenas a argumentos referenciais, conforme se pode verificar, dentre outros, com o seguinte excerto de Du Bois (op. cit., p. 58):

Preferred Argument Structure (...) although recognizing the influence of discourse-pragmatic factors on the choice of **referential form**, (...) proposes an additional influence mediated by the syntactic structure itself. (...) For this reason we are especially interested, in what follows, in the question of where in the clause a given **referential form** occurs. (Destaques acrescentados)

Os resultados obtidos com relação a **O** foram estes:

- SN introduzindo referente **novo**: 3 ocorrências;
- SN retomando referente **dado**: 3 casos.

Dentre os SNs que codificaram participantes novos, houve **1** instância de nome próprio e **2** de SNs descritivos. Os referentes acessíveis foram rastreados por **1** anáfora lexical e **2** anáforas zero de terceira pessoa. Observou-se, desse modo, um equilíbrio entre introdução e retomada de participantes do discurso na posição sintática de objeto dos enunciados matrizes. Esses resultados, no entanto, estão

em sintonia com as previsões da EAP. Além disso, é conveniente destacar que as estruturas cujos objetos introduziram informação nova ainda obedeceram à restrição de um só referente novo por oração.

Nas estruturas matrizes, houve **1** único caso de **objeto indireto** representado por SN descritivo regido da preposição **para**, introduzindo referente **novo**. Os demais argumentos dessa oração – A e O – retomaram participantes acessíveis. Logo, a estrutura obedeceu à “restrição de quantidade”, mas não seguiu a posição canônica para o SN lexical. Exemplos dessa natureza, segundo Du Bois, são interessantes na medida em que fornecem evidência a favor da idéia de que a EAP não pode ser vista como uma regra categórica da gramática, conforme já observado. Comprove-se:

Exceptions are not always a bad thing. (...) they make it clear that despite its systematicity, Preferred Argument Structure cannot be reduced to a grammatical rule. It must remain within the domain of discourse, as a patterning **of** grammar with consequences **for** grammar. (Du Bois, 2003, p. 78)

Também o seguinte trecho aponta nesta direção:

(...) it seems prudent to conclude that the discourse preferences so far identified constitute **soft** constraints: They may be violated without precipitating either ungrammaticality or processing failure. (Op. cit., p. 80)

Quanto aos constituintes **obliquos**, apesar de não serem relevantes para a formulação das tendências aqui comentadas, oferecem uma posição alternativa para a codificação de participantes secundários, de acordo com o linguísta mencionado. Convém que se apresente mais esta citação:

(...) obliques, by falling outside (...) the scope of the Preferred Argument Structure constraints, represent another prime opportunity, beyond the S and O roles, for the introduction of new information. But the information introduced obliquely tends to be of a substantially different character, **less topical and more ephemeral**. (Op. cit., p. 74. Destaque acrescido)

Dentre os 3 oblíquos que codificaram referentes secundários, 1 introduziu informação nova, através de SN lexical. Os outros 2 retomaram referentes dados, através de 1 nome próprio e 1 pronome de segunda pessoa.

Em suma: nas construções matrizes examinadas, detectou-se a seguinte distribuição dos argumentos nucleares:

Posição sintática	Recurso Formal/ <i>Status</i> Informacional do Referente	Número de ocorrências
S	SN descritivo / novo anáfora ²⁰ / dado	2 10
A	anáfora / dado	12
O	nome próprio / novo SN descritivo / novo anáfora / dado	1 2 3
OI	SN descritivo / novo	1

QUADRO IV – Distribuição dos Argumentos Nucleares das Matrizes

Os resultados, conforme exposto acima, confirmaram a hipótese de predomínio maciço das restrições da EAP nos enunciados em questão.

Estruturas Ressoantes

A descrição da segunda seção revelou a existência de 60 sentenças ressoantes com posições argumentais previstas pela EAP, dentre os 63 casos analisados.²¹ Examinando, em primeiro lugar, as opções concernentes às 22 ocorrências do constituinte representado por **S**, verificou-se a inexistência de SN descritivo nessa posição. Houve, porém, 3 instâncias de nome próprio, das quais 1 retomou referente dado e 2 introduziram participantes **novos**: uma na ordem S-V e outra na

²⁰ Esta rotulação está sendo usada de um modo amplo, cobrindo tanto SNs lexicais anafóricos, anáforas pronominais, anáforas zero quanto os dêiticos de 1ª e 2ª pessoas.

²¹ Os 3 exemplos não considerados foram os de construção com verbo ser impessoal.

ordem V-S. Os **19** casos restantes recuperaram informação previamente fornecida através dos seguintes recursos anafóricos:

- 7 casos de pronome (4 de primeira pessoa, 1 de segunda e 2 de terceira);
- **12** exemplos de anáfora zero de terceira pessoa (dentre as quais se situam as “anáforas discursivas”).

Observou-se assim que, nas estruturas ressoantes, o percentual de uso de **S** para introduzir informação nova foi ainda menor que nas matrizes: 9%. Logo, também nessas estruturas, como era de se esperar, predominou o padrão de **baixa densidade de informação**.

Ressaltando, em seguida, a posição de **A**, constatou-se a comprovação total da hipótese aventada, uma vez que não houve caso de **SN lexical** codificando referente **novo**. Os 28 exemplos de **A** retomaram participantes acessíveis por meio de:

- 1 caso de nome próprio;
- **18** instâncias de pronome (3 de primeira pessoa, 1 de segunda e 14 de terceira);
- 9 ocorrências de anáfora zero (5 de primeira pessoa e 4 de terceira).

Quanto ao constituinte **O**, em consonância com a decisão tomada com referência à análise das matrizes, somente foram examinados os casos de **SN referencial**. Assim os **SNs** oracionais e os objetos não-referenciais foram excluídos da distribuição abaixo apresentada:

- **SN** introduzindo participante **novo**: 0;
- **SN** retomando referente **dado**: 16.

Dentre os 16 casos de objeto recuperando informação acessível, houve **3** instâncias de nome próprio, **8** de **SN** descritivo e **5** de anáfora zero de terceira pessoa.

Tais resultados são compatíveis com os pressupostos da EAP, confirmando, pois, a hipótese por que se guiou esta investigação.

Considerações semelhantes estendem-se, ainda, aos exemplos de **objeto indireto**, uma vez que os 3 casos discriminados retomaram referentes **dados**, por meio das seguintes codificações:

- 2 casos de SN lexical;
- 1 caso de pronome de terceira pessoa.

Por fim, convém registrar que, das 11 instâncias da posição **oblíqua**, somente 2 não codificaram participantes do discurso. As outras 9 foram usadas para retomar, ainda que de modo efêmero, referentes com papel secundário. Os recursos gramaticais empregados nessa função foram:

- 1 caso de nome próprio;
- 1 de pronome de primeira pessoa;
- 7 casos de anáfora zero de terceira pessoa.

A seguir, apresenta-se o quadro V, que sintetiza os resultados da análise dos argumentos nucleares das orações ressoantes:

Posição sintática	Recurso Formal/Status Informacional do Referente	Número de ocorrências
S	nome próprio / novo	2
	nome próprio / dado	1
	anáfora / dado	19
A	nome próprio / dado	1
	anáfora / dado	27
O	nome próprio / novo	3
	anáfora / dado	13
OI	anáfora / dado	3

QUADRO V – Distribuição dos Argumentos Nucleares das Estruturas Ressoantes

O quadro V revela, portanto, que o padrão descrito pela EAP é plenamente comprovado pela distribuição das formas referenciais nas unidades ressoantes do discurso conversacional.

Conclusão

Neste ensaio, procedeu-se, inicialmente, à síntese das principais considerações de Du Bois (2001) sobre **Sintaxe Dialógica**, com destaque para a noção de **ressonância**.

Em seguida, efetuou-se o levantamento dos tipos de construção instanciados pelos conjuntos de unidades matrizes e ressoantes, num trecho de conversação espontânea do português do Brasil. Embora seja ocioso mencionar a necessidade de um volume de dados quantitativamente mais significativo, para que se possa chegar a conclusões mais definitivas, a investigação empreendida demonstrou uma grande variedade de padrões estruturais abstraídos dos enunciados em questão, com predomínio das construções transitivas.

Finalmente, a análise da distribuição dos argumentos nucleares das unidades focalizadas neste estudo comprovou a hipótese aventada de uma total conformidade com as restrições da EAP.

Referências Bibliográficas

- BRITO, Célia. A transitividade verbal na língua portuguesa em diferentes tipos de gênero de texto. *Veredas*, Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 2, p. 27-35, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de; PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*: elocuições formais. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.
- D'ARAÚJO, Luciana Camara Fernandes. *O adjetivo no discurso narrativo oral do português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- DU BOIS, John W. The discourse basis of ergativity. *Language*, Baltimore, v. 63, p. 805-855, 1987.
- DU BOIS, John W. *Towards a dialogic Syntax*. Santa Bárbara: LSA, 2001. (Trabalho não publicado)
- DU BOIS, John W. Discourse and Grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, London: Lawrence Erlbaum, 2003. V. 2, p. 47-87.
- DUTRA, Rosália. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: some implications for word order. *Studies in language*, Philadelphia, v. 11, n. 1, p. 163-180, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, J. G. V. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996. V. VI, p. 95-129.

PEZATTI, Erotilde G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, J. G. V. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996. V. VI, p. 275-199.

PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

SARAIVA, M. Elizabeth Fonseca. *“Buscar menino no colégio”: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.

TAYLOR, John R. Syntactic constructions as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, London: Lawrence Erlbaum, 1998. V. 1, p. 177-202.

THOMPSON, Sandra A.; HOPPER, Paul J. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. p. 27-60.

O papel do artigo na construção referencial do texto: um estudo sobre o uso do artigo no português falado

Juliana Alves Assis
PUC-MINAS

Introdução

Orientando-me por uma abordagem funcional-discursiva, procuro descrever, neste trabalho, condições de ocorrência do artigo no português oral – especificamente aquele falado em Belo Horizonte –, a partir de pesquisa que tomou como *corpus* duas diferentes práticas da oralidade: a conversa espontânea e o relato de filme.¹

Para tanto, recorro a contribuições advindas de estudos lingüísticos que distinguem o discurso como nível imprescindível na descrição funcional das categorias gramaticais, com destaque para o trabalho de Du Bois (1980), particularmente no que toca às noções de referencialidade, tipo de menção e padrão discursivo.

Sobre a atuação do artigo: algumas posições

No âmbito da perspectiva funcional-discursiva, há que citar inicialmente – como obra de grande contribuição para a descrição do

¹ Este trabalho retoma e amplia conclusões apresentadas em pesquisa finalizada por mim em 1995 (Cf. Moisés, 1995).

funcionamento do artigo – o texto *Beyond Definiteness: the trace of identity in discourse*, de John Du Bois (1980), que descreve os recursos lingüísticos pelos quais sintagmas de ocorrência intermitente vão sendo usados pelo falante do inglês para introduzir e dar continuidade, ao longo do discurso, à identidade de certos elementos.

Partindo do exame de relatos orais,² Du Bois levanta dados, classifica-os e flagra fenômenos atinentes ao emprego do artigo que escapam à análise dos estudos da tradição gramatical. Seu trabalho deixa claro que o emprego do artigo é muito mais produtivamente examinável na perspectiva mais ampla da lingüística transfrástica.

Esse autor demonstra que os artigos são governados por outros parâmetros além do parâmetro primário da identificabilidade, freqüentemente associado à atuação do artigo, inclusive pela tradição gramatical, e que a escolha entre as várias formas de referência não é de modo algum aleatória, nem se restringe à definitude ou indefinitude do referente, sendo determinada, também, pelo emprego dos modos narrativo ou descritivo, pela utilização de *frames*³ como um meio econômico de apresentar informações e por traços semântico-pragmáticos dos SNs, tais como: caráter referencial ou não referencial, identificável ou não identificável, genérico ou particular dos objetos e pessoas envolvidos.

Com base em dados do inglês, Du Bois postula que a forma padrão para o uso de itens referenciais no discurso é primeira menção com artigo

² Du Bois examina, em seu estudo, vinte narrativas orais em que os entrevistados relatam um único e mesmo filme (“Filme das peras”) a um entrevistador que, supõe-se, nada sabia sobre o mesmo.

³ O frame é aqui tomado como uma espécie de moldura conceptual, uma carga adicional de informações que vêm como que coladas a uma determinada situação, possibilitando que se estabeleçam as conexões adequadas para a compreensão de um texto. Na perspectiva de Beaugrande e Dressler (1981, apud Koch & Travaglia, 1989, p. 64), frames são “modelos globais que contêm o conhecimento de senso comum sobre um conceito central (por exemplo, Natal, viagem aérea); estabelecem quais as coisas que, em princípio, são componentes de um todo, mas não estabelecem entre eles uma ordem ou seqüência (lógica ou temporal)”.

indefinido (Art Indef), seguida de menção definida,⁴ como no exemplo (1), retirado de uma das narrativas por ele examinadas:

- (1) “then **a boy** comes by,... on a bicycle; the man is in tree, ... and **the boy** gets off the bicycle” (Du Bois, op. cit., p. 206).

No plano lingüístico, esclarece Du Bois, a continuidade da identidade dos referentes é assegurada pelo emprego de recursos específicos, dentre os quais se destacam os artigos, cujo paradigma consistiria não só da oposição definido/indefinido, mas também do artigo-zero (Ø) com substantivo no singular e do artigo-zero com substantivo no plural. Além desses, acrescenta o autor, atuam na continuidade os pronomes possessivos (Poss), os pronomes pessoais (Pro) e as elipses de todo o sintagma nominal. Deve-se mencionar, ainda, ao lado de todos esses recursos, as repetições e os dêiticos em geral.

Aqui, cabe examinar o conceito de referencialidade adotado pelo autor, que, como Ducrot (1984) e Givón (1984), recusa o escopo da abordagem lógica para tratar do fenômeno da referencialidade e se agarra à dimensão da pragmática discursiva, negando, portanto, a menção meramente referencialista e representacionista da língua.

A diferença, no entanto, entre a abordagem pragmática comum – que considera que “um termo refere quando ele remete a uma entidade do universo do discurso” (Givón, 1984, p. 120) e não necessariamente quando ele existe no mundo real (concepção lógica) – e a adotada por Du Bois é que, para este, um sintagma nominal é referencial quando é usado pelo falante para referir-se a um objeto como objeto com identidade contínua ao longo do tempo. Sob esse ponto de vista, os SNs referenciais são itens que provocam no ouvinte a abertura de um novo arquivo mental ou que remetem a arquivos anteriormente abertos.

⁴ Com relação à idéia de menção definida, Du Bois (1980) usa para caracterizá-la a marcação formal. Assim, seriam definidos itens marcados com artigo definido, pronomes pessoais, nomes próprios e SNs com possessivo. No grupo de itens formalmente indefinidos estariam: artigo indefinido + nome, numeral + nome no plural, pronome indefinido, etc.

Assim, acrescenta Du Bois, os SNs, para que possam ser chamados referenciais, devem ser suficientemente relevantes a ponto de permitirem a abertura de arquivos mentais, os quais, por sua vez, possam garantir, desde que necessário, a identificabilidade de menções subseqüentes a eles relacionadas.

Também Castilho (1989), ao investigar algumas condições de ocorrência do artigo no português culto falado em São Paulo, defende a necessidade de se incorporar a dimensão discursiva no exame dos fatores que cercam o uso dessa categoria. Em seu trabalho, Castilho apresenta, inicialmente, o resultado de um rastreamento de Ns nas cem primeiras orações de seu *corpus*,⁵ computando as ocorrências de N comum e N próprio articulados e não articulados, nos SN1 (sintagma nominal à esquerda do verbo), SN2 (sintagma nominal à direita do verbo) e SP (sintagma preposicionado). Tal procedimento, no entanto, como mesmo admite o autor, mostra-se insuficiente para esclarecer as determinações do uso ou não-uso do artigo.

Reconhecendo, então, as limitações de um estudo centrado nas propriedades sintático-oracionais do artigo, Castilho propõe-se buscar, no âmbito do discurso, as razões para o uso dessa partícula. Desse modo, no fecho de seu trabalho, defende a necessidade de se aprofundar, para uma melhor visão de emprego do artigo, o conhecimento das categorias tema/rema, conhecido/não conhecido e mudança de código, que estão, de certa forma, relacionadas às categorias com as quais opera Du Bois.

Um outro trabalho a ser aqui recuperado é o de Negri (1986), que defende a natureza dêitica do artigo definido. Discorrendo sobre os limites das abordagens lógico-filosóficas na descrição do artigo definido, a autora destaca que estas excluem a dimensão pragmática, além de o apresentarem por um prisma exclusivamente referencial. Essa mesma crítica se aplica aos estudos meramente descritivos (aí incluídas, de modo geral, as gramáticas tradicionais) e aos gerativistas, os quais, com alguma exceção,⁶ pecam por eliminar de seu enfoque dados sobre o contexto de emergência do artigo.

⁵ Inq. NURC/SP DID 123.

⁶ Negri faz referência à análise de M. Kato (1974), que, embora gerativista, leva em conta aspectos do contexto.

Por fim, Negri (1986) postula como mais adequadas ao estudo do artigo definido as chamadas análises dêiticas, em que esse item é concebido como um elemento de natureza pragmática que aponta para um elemento quer da situação, quer do discurso. Ressalva, contudo, que essa função indicial do artigo poderá ser tanto reforçada quanto neutralizada por outras marcas lingüísticas do enunciado.

Nesse ponto, Negri privilegia a abordagem de Lyons (1977) para o artigo definido:

O autor apresenta uma abordagem 'demonstrativa' do artigo definido e considera que este apresenta dois componentes, um pronominal e demonstrativo, e um adjetivo e dêítico, porém neutro quanto ao parâmetro de proximidade e distância. Considera, ainda, a carga dêítica como mais forte e mais básica do que anafórica, apoiado numa concepção referencial de dêixis e anáfora (Negri, op. cit., p. 100).

A partir de Lyons, a autora conclui que, com relação à dêixis e à anáfora, o que muda é o grau de referência na operação e não a natureza da operação. Assim, sob essa ótica, dêixis e anáfora reduzir-se-iam à mesma operação.

Essa não é, no entanto, a visão de Castilho (1993), que insiste na separação entre os processos de foricidade (aí estaria incluída a anáfora) e dêixis (indiciamento).

O autor usa o termo foricidade "como designativo de um processo fundamentalmente semântico-textual de retomada dos conteúdos verbais já mencionados no texto, ou contidos na situação de fala, trazendo-os à nossa lembrança" (Castilho, 1993, p. 122). Já a dêixis, para Castilho, deve ser vista como um processo de localização (indicação) de entidades no tempo e no espaço.

Na discussão sobre as relações possíveis entre texto e exterioridade e entre elementos internos ao texto, Mateu (1994) defende que a noção de dêixis refere-se a fenômenos que implicam a relação entre texto e contexto físico, ou seja, a dêixis remete à exterioridade das condições de produção textual, tal como sugere Bühler. Por outro lado, a noção de anáfora remete a relações intratextuais, à relação entre elemento introduzido no texto e à sua

retomada no texto; no caso da catáfora, um elemento remete a outro, que é posteriormente introduzido. De qualquer forma, segundo o ponto de vista adotado por Mateu (1994), a dêixis contém uma parte indicial, dizendo respeito à organização de determinadas expressões lingüísticas em relação a uma origem de coordenadas expressas pelo eu-aqui-agora do falante (em outras palavras, a orientação subjetiva do falante seria referencial no ato de fala e simbólica em relação ao sistema).

Tendo em vista os interesses deste trabalho e, sobretudo, levando-se em conta os resultados obtidos com a análise dos dados que investiguei, a visão de anáfora e dêixis como fenômenos distintos – ambos envolvidos na construção e progressão referencial do texto – parece ser a mais adequada à abordagem do artigo.⁷

A pesquisa: da metodologia de constituição do *corpus* ao tratamento inicial dos dados

Em primeiro lugar, devo relembrar que o *corpus* com que trabalhei compõe-se, na realidade, de dois conjuntos de dados, que integram, cada um deles, textos orais de naturezas distintas.

O primeiro *subcorpus* é formado por relatos de filmes, isto é, 10 relatos orais (envolvendo 20 pessoas – 10 narradores e 10 ouvintes) referentes a um mesmo filme – um curta-metragem com duração de 3 minutos, produzido para esse fim –, perfazendo um total de 50 minutos de gravação.⁸ Esse filme, ao qual dei o nome de *Filme das flores*, foi produzido a partir de tomadas feitas no Bairro Pampulha, em Belo Horizonte, com a participação de 7 atores amadores. O roteiro a partir

⁷ Marcuschi (2000, p. 35) assume o ponto de vista de que dêixis e anáfora são mecanismos distintos, que dizem respeito à contextualização do significado e ao fenômeno da indexicalidade: “as diferenças entre dêixis e anáfora não estão no nível das operações, mas da relação cognitiva estabelecida”.

⁸ Essa técnica (a produção e exibição de um filme para ser usado na coleta e conseqüente estudo de material lingüístico) foi baseada em Chafe (1980).

do qual se desenvolveu o filme se apóia em muitos dos aspectos do *Filme das peras*, estudado, dentre outros, por Du Bois (1980).

Após ter assistido ao filme, cada uma das dez pessoas o relatou, separadamente, a outra que nada sabia sobre o mesmo. Assim, cada relato gravado teve, como ouvinte, uma pessoa específica, diferente das demais. Ao todo, foram envolvidos vinte informantes. A todas as pessoas que participaram dessa primeira parte da coleta foi dito que o material das gravações seria estudado numa pesquisa científica. Nenhum outro detalhe sobre o trabalho em questão foi especificado; apenas se pediu que cada um deles contasse a uma determinada pessoa o filme visto.

Já o segundo *subcorpus* constitui-se de trinta minutos de gravação de conversa espontânea, envolvendo outros seis falantes, entre os quais, pelo menos para a grande maioria, havia um considerável grau de intimidade

Esse segundo momento da coleta realizou-se em um restaurante de Belo Horizonte, numa situação bastante informal, dada a intenção de conseguir um material de conversa o mais espontâneo possível. Dentre os muitos assuntos que foram pauta da conversa gravada, considero que nenhum deles foi sensivelmente mais importante que os outros; aliás, o grau de informalidade alcançado fez com que a conversa, tal como se dá em qualquer reunião informal de pessoas conhecidas, fluísse naturalmente, em torno, quase sempre, de amenidades, fatos atuais, episódios engraçados e fofocas. Devo esclarecer, ainda, que os falantes desse grupo eram todos ligados à área de Letras (professores universitários, professores de ensino fundamental e alunos do último período de curso de Letras).

Observe-se que todas as pessoas envolvidas nas gravações (relatos e conversa espontânea) são falantes com formação universitária (completa ou praticamente completa), de idades que variam entre 21 e 39 anos, e residentes há, no mínimo, 8 anos em Belo Horizonte.

No intuito de facilitar a compreensão dos exemplos que serão trazidos nas próximas seções, farei um pequeno resumo do filme – dividido em cenas – que serviu à coleta dos relatos. Atente-se ao fato de que o *Filme das flores*, tal como o *Filme das peras*, estudado por Du Bois, não utilizou, em momento algum, linguagem verbal:

Cena 1: Um vendedor de flores está sentado, lendo um jornal em frente a sua banca de flores, que tem dois baldes grandes com crisântemos amarelos dentro. A câmera focaliza um homem com uma sacola caminhando em direção à banca de flores. Ele parece dizer qualquer coisa ao vendedor e vai-se rapidamente.

Cena 2: Aparecem dois meninos brincando perto da banca; próximo a eles, vem um menino de aproximadamente 8 anos, passa por eles, chega até a banca e, sem que o vendedor perceba, pega dois molhos de crisântemos e sai correndo.

Cena 3: A câmera focaliza três moças que seguem andando de braços dados. Na direção oposta, surge o menino que pegara as flores, cruza com as moças e, pouco depois, cai no chão em razão de um tombo. Uma das moças vai até ele e o ajuda a levantar-se. Após isso, o menino tenta, com dificuldade, tirar algumas flores dos molhos. A moça mais uma vez o ajuda, e ele dá uma flor a cada uma das moças.

Cena 4: As moças, com as flores, seguem andando na direção da banca. Passam pelo vendedor de flores, que as segue com o olhar durante algum tempo.

Cena 5: O menino que tirara as flores aparece brincando no passeio de uma rua. Ele joga pedrinhas na rua; as flores estão no chão. A câmera focaliza, então, o vendedor de flores acompanhado de um homem que parece um guarda. O vendedor aponta na direção do menino, que está a uma certa distância deles. O menino os vê e sai correndo; de repente, pára, volta, pega um dos molhos de flor, que haviam ficado no chão, e corre novamente.

Cena 6: O vendedor e o outro homem chegam ao local onde o menino brincava e ficam olhando o molho de flores que restou no chão; o vendedor se abaixa e apanha as flores. Os dois homens, parados, olham na direção em que correu o menino.

Quanto à transcrição desse material, foram adotadas as principais normas do padrão das transcrições do Projeto NURC.⁹

Procedimentos para a análise dos dados

Para facilitar a leitura, doravante adotarei forma mais econômica para referir-me a cada um dos *subcorpora* analisados. Assim, usarei **RCs** para os relatos controlados e **CE** para a conversa espontânea.

O primeiro passo para a análise foi o de verificação do ambiente sintático-oracional de figuração do artigo. Desse modo, cataloguei todas

9

Ocorrências	sinais	exemplificação
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e deixa a flo/... um... um... os dois molhos de flores
Entonação enfática	maiúsculas	saíram todas três FELIZES da vida
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	só que o que ele vende é:: ... flores
Qualquer pausa	...	e tem uma turminha... uns garotinhos...
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((risos))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	— —	... sai correndo — correndo em termos ... porque não corre nada — vestido com uma camisa amarela
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) não... Cláudio... é diferente...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ “	imaginou... “fui roubado”...

as ocorrências de SNs nos RCs e na CE, distribuídas entre SN1 (SN à esquerda do verbo) e SN2 (SN à direita do verbo).

Além de especificar, para os SNs, as ocorrências de **Art Def + N**, **Artigo-zero + N** e **Art Indef + N**, optei por registrar, também, todas as figurações de **Dem + N** e **Indef + N**. Aquela, em função de não poderem combinar-se, no português, artigo definido e demonstrativo, estando, pois, os dois em distribuição complementar. Ademais, os primeiros exames do *corpus* revelaram que, em muitos casos, o falante usa o pronome demonstrativo – mais especificamente o **esse** – no lugar do artigo definido.

Quanto à separação das ocorrências de **Indef + N**, esta se deve ao fato de desejar investigar a aplicabilidade, para o português, das conclusões de Du Bois:

O uso do artigo indefinido, numa 1ª menção, marca a não-identificabilidade do referente e estabelece um arquivo na *consciousness*¹⁰ do ouvinte. A abertura de um arquivo tende a levantar a expectativa de que o arquivo continuará a ser usado. Isso, porém, pode não acontecer. Parece, então, ser importante sinalizar casos em que o arquivo terá pouca ou nenhuma utilização. Assim, parece haver uma certa tendência a se utilizar o pronome indefinido (alguém, alguns) mais do que o artigo indefinido para marcar a introdução de um participante não-importante, sobre o qual não se falará muito (Du Bois, op. cit., p. 221).

Após quantificar as ocorrências gerais de cada item, passei a examinar, separadamente, a atuação do artigo junto a Ns próprios e Ns comuns, atentando também para as ocorrências com pronomes possessivos e preposições. No que respeita aos Ns comuns, Ns próprios e Ns antecidos de possessivo, selecionei-os, inicialmente, no sentido de avaliar em que medida as informações por eles fornecidas se aproximavam ou se distanciavam das trazidas, de modo geral, pelas

¹⁰ A *consciousness* corresponde à parte da memória focalizada no momento da comunicação. A esse respeito, consultem-se Chafe (1976), Fulgêncio (1983) e Liberato (1980).

gramáticas tradicionais do português. No decorrer desse passo, pareceu-me haver uma grande diferença na quantificação dos dados quando se isolavam do conjunto dos SNs os SNs preposicionados – daí veio a necessidade de analisar, também, as ocorrências de SNs com preposição. Busquei, ainda, separar todas as manifestações de tópico, observando, nelas, o uso da categoria em estudo.

Terminada essa etapa, passei a analisar os aspectos semânticos e discursivos do uso do artigo nos RCs e na CE, envolvendo, para tanto, a separação dos itens por tipo de menção, tipo textual, etc. Nesse ponto, julguei pertinente também avançar na análise dos demonstrativos, uma vez que, avaliando o aspecto discursivo do artigo, deparei com muitos casos em que o pronome demonstrativo aparecia, tal como o artigo definido, com valor anafórico. Busquei, dessa forma, descrever as condições de ocorrência, no discurso, do demonstrativo com valor fórico.

Tendo em vista os propósitos definidos para este texto, ater-me-ei apenas à apresentação e discussão de parte dos resultados encontrados, especificamente aqueles que melhor favorecem a reflexão sobre a relação entre o artigo e a construção referencial. O detalhamento da análise encontra-se em Moisés (1995).

Compreendendo o funcionamento do artigo e de outros determinantes no discurso

O primeiro aspecto da análise dos dados a ser destacado diz respeito à ocorrência dos determinantes escolhidos para exame nos relatos controlados (RCs) e na conversa espontânea (CE). Nessa contagem, foram encontrados 529 SNs¹¹ na CE e 726 nos RCs.

¹¹ Os SNs1, como já explicado anteriormente, correspondem aos sintagmas nominais à esquerda do verbo; os SNs2, aos sintagmas nominais à direita do verbo.

Constituição do SN1	RCs		CE	
	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%
Art ϕ + N	17	8,0	27	17,0
Art Def + N	150	76,5	103	68,0
Art Indef + N	18	9,5	5	4,0
Dem + N	12	6,0	13	9,0
Indef + N	0	0,0	3	2,0
Totais	197	100,0	151	100,0

TABELA 1: Ocorrência geral de determinantes no SN1

Constituição do SN2	RCs		CE	
	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%
Art ϕ + N	126	24,0	107	28,0
Art Def + N	263	50,0	190	50,0
Art Indef + N	122	23,0	60	16,0
Dem + N	11	1,7	16	4,5
Indef + N	7	1,3	5	1,5
Totais	529	100,0	378	100,0

TABELA 2: Ocorrência geral de determinantes no SN2

Conforme se pode ver pelas Tabelas 1 e 2, o Art Def é o elemento que apresenta o maior índice percentual de ocorrência, seja no SN1, seja no SN2. Atente-se, ainda, para o fato de ele figurar com percentual mais alto no SN1, tanto na CE como nos RCs. Quanto ao Art Indef, seu maior índice de ocorrência dá-se, ao contrário, no SN2. Além disso, vê-se que o Art deixa de ocorrer menos vezes no SN1 do que no SN2, sendo o índice de \emptyset + N ainda menor nos RCs.

Uma outra palavra, agora referente aos SNs constituídos de Dem + N ou Indef + N. Para o SN1 e também o SN2, a presença de Dem + N é, na CE e nos RCs, mais forte do que a de Indef + N, seqüência que, aliás, apresentou uma freqüência bastante baixa. Apesar de considerar

que esses resultados – em função da sua fraca expressividade numérica – não facultam conclusões seguras, é digno de nota que, exatamente como se dá com o Art Def (o que mostrarei a seguir), também o Dem¹² é mais usado no SN1.

O aspecto mais interessante da comparação entre SN1 e SN2 nas Tabelas 1 e 2 refere-se aos números revelados pelos itens Art Def + N e Art Indef + N. Observe-se que os valores de Art Indef + N sobem de 9,5% e 4%, no SN1, para 23% e 16%, respectivamente, no SN2. Já para o item Art Def + N, eles descem de 76,5% e 68%, no SN1, para 50% e 50%, no SN2, respectivamente. Tais dados não podem deixar de ser relacionados ao fato de que, no português, a introdução de participantes novos numa narrativa é feita normalmente através de verbo apresentacional (chegar, aparecer, ter, haver, etc.) seguido de artigo indefinido e nome. Após essa primeira menção, o SN, desde que seja referencial, aparecerá, nas menções subseqüentes, com a forma Art Def + N ou pronominal ou, ainda, elíptica, podendo ocorrer em qualquer das posições – SN1 ou SN2, conforme ilustram (2), (3) e (4), retirados dos relatos do *Filme das flores*:

- (2) tinha **um moço** vendendo flores... me parece que é na porta de um cemitério... **ele** estava distraído...
- (3) nisso passou um moleque de rua... passou e... cuidadosamente Ø pegou um ... dois ramalhetes de flores amarelas e Ø saiu correndo...
- (4) de repente... vem um menininho... Ø passa... Ø pega... um...molho de crisântemos amarelos... Ø rouba e Ø sai furtivamente... enquanto o vendedor estava distraído... mexendo em sua bolsa... aí o menino passa por três belíssimas moças... que estão vindo assim... tranqüilamente pela rua... e... ele passa correndo e Ø cai... Ø leva um escorregão e Ø cai na rua... uma das moças... vai socorrê-lo... vai ajudá-lo...

No caso dos relatos analisados, a maioria deles apresentou a estrutura Verbo + Art Indef + N (portanto, SN posposto ao verbo) para

¹² Conforme se verá adiante, o uso fórico do demonstrativo (tal como se dá com o Art Def) foi bastante significativo.

a introdução dos participantes principais do filme – o vendedor de flores e o garoto que rouba as flores. Veja-se, além disso, que em nenhuma delas a forma Art Indef + N deixou de ser usada para a introdução dos ditos participantes. Essa seria, então, uma das razões para se explicar o maior número de Art Indef no SN2 e não no SN1.

Já para a CE, pode-se falar, além do princípio da introdução e retomada de participantes no discurso (no caso das pequenas narrativas que, normalmente, toda conversa espontânea abriga), do princípio da introdução e da continuidade temática, esta última, é claro, marcada de forma definida, o que se dá, de preferência, no SN1.

Um outro aspecto que chama a atenção nessa primeira parte da análise – mais especificamente, quando da contagem e descrição geral dos SNs – é o fato de, nos RCs, o número de Art Def + N ir aumentando à proporção que evoluem as narrativas. Para que melhor se compreenda o fenômeno, comparem-se os dados das Tabelas 1 e 2 com os da Tabela 3, a seguir. Nesta estão, lado a lado, o resultado da contagem dos 20 primeiros SNs2 e o dos 20 SNs2 seguintes dos RCs.¹³

Constituição do SN	Do 1º ao 20º SN2		Do 21º ao 40º SN2	
	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%
Art Def + N	37	23	98	61
Art Indef + N	54	34	27	17
Outros	69	43	35	22
Totais	160	100	160	100

TABELA 3: Ocorrência de determinantes por ordem de figuração do SN2 nos RCs

Veja-se que os dados do 21º ao 40º SN2 dos RCs equivalem ao resultado expresso, para o Art Def e o Art Indef, na Tabela 1. Contudo, os números registrados, no que respeita aos mesmos itens, para os vinte primeiros SNs2 distinguem-se, e muito, dos fornecidos pelo conjunto

¹³ Dos dez relatos analisados, dois foram eliminados dessa contagem em função de terem apresentado número de SN2 inferior a 40.

dos SNs2 dos RCs na Tabela 2, na qual a ocorrência de Art Def é predominante.

Tais diferenças podem-se explicar pela frequência com que, em muitas das manifestações do tipo textual narrativo, o objeto ou participante é primeiramente introduzido como uma entidade discreta – Art Indef + N, geralmente pós-verbal, como anteriormente mencionado –, para depois poder ser retomado através de forma definida plena, de pronomes ou de elipse. Daí, a maior ocorrência de Art Def à medida que evolui a narrativa e, conseqüentemente, a redução no número de figuração de Art Indef, conforme se viu no registro da Tabela 3,¹⁴ com relação aos SNs2 dos RCs.

Outra razão a ser considerada para se entender o aumento de Art Def ao longo da narrativa é que, conforme constatei nos exames dos RCs, o falante parece preferir, inicialmente, a retomada de um SN já introduzido, através de uso de anáfora pronominal ou de elipse. À medida, porém, que a narrativa evolui e novos participantes que também serão retomados são introduzidos, o falante passa, para favorecer a exatidão do entendimento, a fazer uso do SN pleno, marcado pelo Art Def. Esse aspecto, contudo, é bem mais visível se observado no campo do SN1, isto é, exatamente por atuarem na continuidade tópica,¹⁵ os SNs1 se prestam com mais facilidade à retomada pronominal ou elíptica,¹⁶ também se destacando, à proporção que novos participantes sejam apresentados, a retomada com SN pleno marcado pelo Art Def, como se pode ver em (5):

¹⁴ Para a montagem da Tabela 3, desprezei os SNs1 das RCs em razão de haverem ocorrido, em sua totalidade, com Art Def; desse modo, como se comprova pela Tabela 1, são poucos os registros de \emptyset e de Art Indef nos SNs1.

¹⁵ Segundo Givón (1984), o referente tópico contínuo é mais comumente codificado através da anáfora pronominal e, sobretudo, da elipse.

¹⁶ Em trabalho sobre o sujeito anafórico em língua escrita, Vilela (1988) estabelece que, no caso do sujeito, a anáfora virá: (i) sob a forma de elipse nos ambientes de máxima continuidade tópica, (ii) sob a forma pronominal nos ambientes de média (nem baixa, nem alta) continuidade tópica e (iii) sob a forma lexical nos casos de continuidade mínima.

- (5) estava um vendedor de flores... sentado num banco... e lá Ø estava numa mesa com dois vasos de flores... ele estava vendendo... flores amarelas... flores brancas... etc... de repente... veio o comprador ... comprou algumas flores... logo depois... de um tempo... tinham três crianças brincando... duas ficaram brincando... de repente... uma... estava vestido com a camisa do Brasil... veio... de um jeito muito... muito manso... sem que o ven/ ... o:: ... vendedor... percebesse... pegou... é:: ... algumas flores num vaso... e saiu... devagar... e o vendedor... não percebeu...

O aumento progressivo da ocorrência de Art Def e a conseqüente redução no número do Art Indef, à medida que evolui o discurso, não foram aspectos igualmente flagrados no exame da CE. O fato de estarem ali seis falantes (e quase todos muito propensos à fala) fez com que, repetidas vezes, tópicos de conversa fossem abandonados pela intervenção de um ou outro participante. A isso se acrescenta a grande comunhão de informações entre os falantes, o que, como é sabido, propicia falas mais econômicas, sem necessidade, muitas vezes, de introdução de referentes com o padrão indefinido, para retomada posterior.

Conhecimentos partilhados e construção referencial

Um aspecto referente aos RCs que muito me chamou a atenção diz respeito ao modo como os falantes introduziram um dos participantes secundários do *Filme das flores*: o guarda.

Apenas para facilitar a leitura, remeto-me novamente ao filme, mais especificamente à cena em que o mencionado participante é introduzido, qual seja: quase no final do filme, surgem, próximos ao local onde estava o menino que roubara as flores, o vendedor de flores e um guarda, o qual, supõe-se, deva ter sido chamado pelo vendedor.

Esses dois, então, caminham em direção ao menino, que consegue escapar. A tais informações, deve-se acrescentar que a caracterização física do guarda, no filme, foi feita somente através de calça marrom, camisa bege (roupas semelhantes às da Polícia Militar de Minas Gerais) e botas. Não havia, entretanto, quaisquer outras

evidências na constituição do personagem – tais como quepe, cassete ou revólver – que pudessem levar à caracterização inequívoca de guarda, policial. Mesmo assim, a tipificação do personagem e a sua ação na história levam a crer que se trata de alguém com algum poder coercitivo. Daí o fato de dois falantes terem se referido a tal personagem como vigia e não como guarda.¹⁷

A discussão que pretendo estabelecer não é, porém, sobre o tipo de substantivo usado para referência ao guarda, mas sim sobre a forma de apresentação do substantivo.

Dos dez relatos estudados, apenas três trouxeram o item **guarda** introduzido por meio de Art Indef + N. Todos os outros sete tiveram a primeira menção desse item com o Art Def. Os exemplos a seguir ilustram esses dois tipos de situação:

- (6) ... aí ele saiu correndo ... chamou o **guarda** ... e o guarda veio com ele.
- (7) ... quando chega o cara das flores ... de ... chapéu na mão ... tal ... junto com o **guarda**.
- (8) ... e ele então chama **um guarda**... e eles vão atrás do menino... mas quando o menino vê o guarda né?... ele sai correndo.

Note-se, no entanto, que nenhuma das introduções do personagem **guarda** foi feita na posição do SN1, lugar mais preenchido, nas narrativas estudadas, pelos elementos dados, isto é, tratados como conhecidos do interlocutor. Poder-se-ia, assim, perguntar: se a maioria dos falantes usou o Art Def para, numa primeira menção, referir-se ao **guarda** – indício de que o falante pressupõe que o referente de **guarda**, assim como a relação e a pertinência desse referente com a história que está sendo narrada sejam imediatamente captados pelo ouvinte –, por que essa partícula só apareceu na posição do SN2? E mais: por que três falantes, diferentemente da maioria, escolheram a forma Art Indef + N para se reportarem, pela primeira vez, a **guarda**?

¹⁸ Na verdade, um desses dois falantes referiu-se ao personagem primeiramente como guarda, e depois como vigia.

Entendo que a não-igualdade de tratamento dispensada a esse item pelos falantes deva-se, na realidade, ao fato de não estarem todos eles certos de que o referente de **guarda** já fosse pressuposto pelo ouvinte. Desse modo, pode-se dizer que essa avaliação acerca do conhecimento do ouvinte é um dos aspectos que regula o uso ou não-uso dos artigos em português.

O falante, dessa forma, dirige a sua fala considerando o que ele sabe a respeito das informações dominadas pelo interlocutor, sejam elas concernentes ao contexto discursivo, sejam elas ligadas ao conhecimento de mundo partilhado pelos dois. Vê-se, assim, o falante como aquele que comanda e é, ao mesmo tempo, também comandado, quer pelo ouvinte, quer pela ação discursiva em curso, uma vez que, à medida que a fala evolui, acaba criando outras necessidades às quais o falante tem de ir respondendo. Isso é o que Decat (1993), com base em Lavandera (1985), chama de **a tensão do discurso**.

Essa “ação dirigente” do falante pode ser claramente percebida nos RCs analisados. Neles não se registrou nenhuma outra forma de se introduzir o **menino** e o **vendedor de flores** – participantes centrais do filme, dos quais os ouvintes não traziam informações prévias – que não Art Indef + N. Da mesma maneira, nenhum falante reportou-se, por exemplo, ao **chão** (onde o menino, numa dada cena, cai) ou à **mão** (no caso, do menino) sem que estivessem, tais formas, antecedidas de Art Def. Dito de outro modo, os falantes enfocados foram unânimes na avaliação que fizeram tanto sobre o baixo, praticamente nulo, grau de informação¹⁸ que os ouvintes teriam acerca de **menino** e **vendedor**, quanto sobre o grande conhecimento que os mesmos ouvintes detinham com relação a **chão** e **mão**. No caso de **guarda**, porém, tal unanimidade não se deu.

¹⁸ Na realidade, o grau só é nulo no que se refere ao não-conhecimento do ouvinte, no discurso, com relação aos dois participantes introduzidos, de tal sorte que eles jamais poderiam ser previstos por ele (ouvinte). Porém, dispõe o ouvinte, é claro, de conhecimentos lingüísticos e de mundo que permitem a ele a identificação, ainda que não totalmente particularizada, de menino e vendedor, no momento em que estes são introduzidos na história.

De fato, minha expectativa era de que **guarda** tivesse sido introduzido, por todos os falantes, com Art Indef, já que, embora fazendo parte do *frame* de roubo, se referia a um novo participante (secundário, é verdade) que seria retomado, por força da história, logo em seguida, o que marca uma situação de continuidade tópica.

O *corpus* em questão revelou, contudo, que o mencionado item não se encaixava nem na condição de item já dado ou absolutamente pressuposto,¹⁹ nem na de elemento inteiramente novo. Creio, desse modo, que **guarda** se encontrava, na perspectiva dos falantes, num espaço intermediário entre o já-posto ou esperado e o totalmente novo. Somente essa avaliação feita pelos falantes é que poderia justificar as escolhas apresentadas para **guarda** nos RCs.

Parece-me, então, que algumas referências ligadas a um determinado *frame* podem exigir do ouvinte um esforço maior no sentido de efetivar a identificação do referente. Em outras palavras, o fato de uma menção estar envolvida – pelo menos na concepção do falante – no campo de informação de um *frame* ativado não garante ao ouvinte a interpretação da mesma. Pode-se dizer que, na noção de *frame*, o conhecimento de senso comum sobre um dado conceito global (como roubo, por exemplo) pressupõe, na realidade, informações mais comuns (ou mais partilhadas) e menos comuns (ou menos partilhadas). Assim, no campo conceitual de **menino**, a informação **mão** é mais partilhada do que **guarda**, em relação ao campo conceitual de **roubo**.

É exatamente por isso que o ouvinte pode estranhar determinados usos lingüísticos do falante, o que também se exemplifica por (5), aqui novamente reproduzido:

- (5) estava um vendedor de flores... sentado num banco... e lá Ø estava numa mesa com dois vasos de flores... ele estava vendendo... flores amarelas... flores brancas... etc... de repente... veio o **comprador**... comprou algumas flores... logo depois...

¹⁹ Estou usando a idéia da pressuposição no sentido tomado por Pottier (1975), o qual entende que o Art Def pressupõe uma apresentação, seja anterior, seja dada pela experiência. Também Weinrich (1976) descreve o Art Def como forma que pressupõe informação prévia.

de um tempo... tinham três crianças brincando... duas ficaram brincando... de repente... uma... estava vestido com a camisa do Brasil... veio... de um jeito muito... muito manso... sem que o ven/... o:: ... vendedor... percebesse... pegou... é:: ... algumas flores num vaso... e saiu... devagar... e o vendedor... não percebeu...

No exemplo em questão, o falante usa o item **comprador** com Art Def, sem que o mesmo tenha sido introduzido previamente com o Art Indef. Pode-se deduzir daí que o falante entendeu que a forma definida para **comprador** estaria autorizada pelo campo conceitual de **vendedor**. Observe-se, no entanto, que – tal como se verificou com o item **guarda** – seria perfeitamente possível que o determinante usado para acompanhar **comprador** fosse o Art Indef.

Poder-se-ia, então, pensar em três categorias a governar as decisões do falante na situação discursiva em questão: itens inteiramente novos, os quais, a exemplo de **menino** e **vendedor**, determinam uma introdução, uma apresentação, marcada pelo Art Indef; itens já dados ou pressupostos, que só admitem a marca definida; por último, itens nem absolutamente novos, nem explicitamente dados, os quais podem receber uma referência definida – de preferência, na posição do SN2 – ou indefinida, nesse segundo caso sem determinação de posição (SN1 ou SN2).

Todos esses três tipos de itens devem ser entendidos como pertencentes ao grupo dos referenciais, isto é, itens que ativam um arquivo mental ou remetem a arquivos anteriormente abertos ou pressupostos. Além disso, podem ser não identificáveis ou identificáveis pelo ouvinte, o que é marcado, respectivamente, pelo Art Indef e pelo Art Def.

Du Bois (op. cit., p. 206) considera que, para o inglês, “a mais básica função dos artigos é contrastar referentes identificáveis e não identificáveis”, o que também se aplica ao português, como em (9):

- (9) bom... o filme é ... ele trata... de **um vendedor de flores**... que está sentado numa rua... vendendo crisântemos brancos e amarelos... e::... de repente vem um menininho... passa... pega... um... um molho de crisântemos amarelos... rouba e sai furtivamente... enquanto **o vendedor** estava distraído... mexendo em sua bolsa.

Nesse exemplo, o uso de Art Indef na 1ª menção de **vendedor de flores** indica que o falante não espera que o ouvinte identifique qual vendedor de flores está sendo mencionado. Ao contrário, o Art Def em **o vendedor** mostra que a identificação por parte do ouvinte é esperada.

Do mesmo modo como ocorre nos dados do trabalho de Du Bois, o *corpus* por mim estudado revelou que menções não identificáveis são marcadas, predominantemente, por Art Indef + N, Num + N, sintagmas genitivos e pronomes indefinidos.

Tais menções, porém, nem sempre desencadeiam o processo da continuidade, isto é, nem todos os itens desse tipo de menção são necessariamente retomados ao longo do texto, o que indica não serem todos eles referenciais. Como já visto, para Du Bois (op. cit., p. 221), o uso do artigo indefinido, numa primeira menção, anuncia a não-identificabilidade do referente e ativa um arquivo na *consciousness* do ouvinte:

A abertura de um arquivo mental tende a levantar a expectativa de que o arquivo continuará a ser usado. Isso, no entanto, pode não acontecer. Parece, então, ser importante sinalizar casos em que o arquivo terá pouca ou nenhuma utilização. Assim, parece haver uma certa tendência a se utilizar o pronome indefinido, mais do que o artigo indefinido, para marcar a introdução de um participante não importante, sobre o qual não se falará muito.

Essa estratégia discursiva a que se refere Du Bois não pôde ser comprovada no exame dos RCs e da CE. Em outras palavras, os dados não oferecem provas de que o falante sinaliza para o ouvinte, através do pronome indefinido, a pouca ou a não-importância, no discurso, do item que ele introduz.

Na verdade, existe, sim, uma sinalização, na maioria das vezes muito nítida, com relação a itens referenciais e não referenciais, na qual atuam, dentre outros recursos, o Art Def, o Art Indef e o artigo-zero. Se se considerar, como principal traço da referencialidade, conforme enuncia Du Bois (1980), o fato de o item introduzido poder ser retomado de forma anafórica, é possível inferir, a partir da análise dos dados, que menções marcadas com o artigo-zero têm mais chances de

ser não referenciais, ao passo que aquelas marcadas por Art Indef e Art Def seriam, em grande número de casos, referenciais.

Um bom exemplo dessa não-referencialidade indicada formalmente pelo artigo-zero é o objeto incorporado. Para Saraiva (1992, p.49), os objetos incorporados “*são um recurso para assinalar que a exata identidade, referencialidade do SN não interessa para os fins comunicativos*”. Assim, ainda segundo a autora, em “*Fui buscar menino no colégio*”, o SN destacado apresenta, dentre outros, os seguintes traços que o caracterizam como objeto incorporado:

Não vem marcado por determinantes ou caracterizado por adjetivos ou quaisquer outros modificadores; semanticamente não é um paciente típico, bem individualizado e totalmente afetado pela ação/evento, devido à sua leitura não referencial; conseqüentemente, do ponto de vista pragmático, não é um participante efetivo, manipulável posteriormente no texto, ou seja: não é tópico do discurso” (Saraiva, 1992, p.16) .

Conforme demonstra Saraiva (2001), a grande maioria de construções desse tipo tende a aparecer em orações de *backgrounding* (ou fundo), que se caracterizam por estruturas em que o falante faz comentários, avaliações, descrições, explicações, etc., dando suporte aos eventos principais narrados, os quais constituem o *foregrounding* (ou figura). O exemplo (10) ilustra essa situação:

- (10) ... chega um outro carinha parecendo um sacoleiro... e:: ... dá uma olhadinha lá:: vai como se fosse **comprar fruta**.

Nesse trecho, o SN fruta não é nem identificável nem referencial; não promete gerar, portanto, menções definidas subseqüentes. Veja-se, ainda, que ele se encontra na “parte fundo” do discurso, considerando que todo o resto do exemplo, tirante as orações “chega um outro carinha” e “dá uma olhadinha lá” – que representam a “parte figura”, isto é, a que contém orações que narram a seqüência dos eventos constituintes da história em questão –, é “fundo”. Tem-se, assim, nesse caso, o artigo-zero como indicador da não-referencialidade.

De outro lado, pode-se dizer, com base em muitas das ilustrações aqui fornecidas, que o Art Def e o Art Indef (mais especificamente o Art Def), são elementos que denotam, com frequência, a condição de referencialidade de um determinado SN.

Já sabemos, então, que alguns tipos de estrutura determinam ao ouvinte a abertura de um arquivo, na expectativa de que ele venha a ser reutilizado no decorrer do discurso. No entanto, isso nem sempre ocorre, ou seja, não há, necessariamente, a retomada de todos os itens que favorecem a abertura de arquivo.

Pode-se inferir daí que o ouvinte já conta com a possibilidade de que nem todos os arquivos por ele abertos sejam novamente ativados. Pode-se também dizer que, dentre os arquivos abertos, alguns parecem ao ouvinte mais importantes que outros, justamente aqueles retomados com maior frequência ao longo da interação.

Em (11), a seguir, tem-se um exemplo, retirado de uma das narrativas do *Filme das flores*, em que o falante se refere a uma parte do filme em que a câmera focaliza rapidamente uma menina passando, a qual não terá nenhuma participação na história narrada. Registre-se, além disso, que essa foi a única menção, no relato, relativa à tal menina.

- (11) ... mais na frente tem **uma menininha**... é:... na frente dessas três moças tem uma menininha com... com uma mão e um relógio... só dá para ver isso.

Veja-se que, apesar de o item assinalado não ter importância alguma no filme (tanto é assim que nenhum dos outros nove falantes fez referência a ele), esse foi introduzido exatamente como alguns falantes introduziram um dos participantes centrais do filme – o vendedor de flores – como se confirma em (12):

- (12) bom... primeiro tem **um carinha** sentado lá como se fosse ... nessas feirin/... nessas bancas de... rua...

É justo pensar, então, que é o próprio desenvolvimento do discurso que vai dando ao ouvinte a noção de que alguns itens são muito mais importantes do que outros, já que a relevância dos mesmos nem sempre fica clara no momento da sua introdução. Isso garante,

então, que menções como as de (11) e (12) possam diferenciar-se quanto à saliência na história narrada, apesar de terem um mesmo padrão na menção inicial (no caso de (12), a primeira e única menção).

De outro lado, agora da perspectiva do falante, é interessante notar que este, exatamente por considerar a multiplicidade de arquivos abertos pelo ouvinte a partir da sua fala e, além disso, por objetivar o sucesso da sua comunicação, costuma indicar ao ouvinte, com acréscimo de informações, a qual arquivo exatamente se refere o item por ele retomado. Nos RCs, isso se deu, quase sempre, através do uso de oração adjetiva, como em (13) e (14).

(13) ... e o vendedor é:: ... chama o guarda né? ... para procurar o tal...
o tal garotinho que... pegou as flores.

(14) ... nisso elas viraram e passaram em frente ... a ... o senhor... da banca né? ... que é **o moço que estava vendendo as flores.**

O falante, como ilustram (13) e (14), pode julgar necessário o reforço da identificabilidade do item por ele evocado. Dessa forma, mesmo já tendo sido introduzidos e também retomados anteriormente, em outros pontos do discurso, através de Art Def + N, pronome e elipse, os itens destacados, por guardarem uma relativa distância entre as menções imediatamente anteriores e aquelas de que tratam os exemplos, demandam, no julgamento do falante, outras marcas de definição, para além do próprio Art Def.

Últimas palavras: o uso fórico do demonstrativo

No exame dos RCs e da CE, é visível a grande frequência de demonstrativos com uso fórico. Esse tipo de atuação dos demonstrativos foi também descrito por Castilho (1993), em trabalho sobre os demonstrativos na norma culta de São Paulo. O autor pondera que, embora o uso fórico, no seu *corpus* de análise, tenha ultrapassado em muito o uso dêitico do demonstrativo (o que foi também confirmado em alguns outros estudos), seria um pouco precipitado decretar que o sistema ternário dessa subclasse tenha desaparecido, “pois na língua

escrita, quando se configuram algumas necessidades dêiticas, esse sistema reaparece claramente” (Castilho, 1993, p.127).

Concordo que seja realmente difícil negar o papel dêítico de este, esse, aquele (e variações) no português atual, e não só na língua escrita. Parece haver, contudo, uma forte incidência do uso fórico do demonstrativo, priorizada na maior ocorrência de esse (e variações). Observem-se, a seguir, as informações da Tabela 4:

Tipo de corpus	Uso fórico		Uso dêítico		Totais	
	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%	Nº de Ocorrências	%
RCs	14	58	9	32	23	44
CE	10	42	19	68	29	56
Totais	24	10	28	100	52	100

TABELA 4: Ocorrência geral de demonstrativos nos RCs e na CE

Note-se que, nos RCs, o uso fórico dos demonstrativos superou, em número de ocorrências, o uso dêítico, o que não aconteceu na CE. Mais uma vez, julgo adequado atribuir a não-equivalência numérica à própria diferença entre os dois tipos de *corpus*. No caso da CE, por exemplo, a situação em que se deu a gravação (numa mesa de restaurante) propiciou muitas ocorrências dêiticas, como em

(15) cê pediu **esse peito** aí?;

(16) ... **esse frango** é uma delícia

e

(17) ... o moço podia parar com **aquela máquina** ali ... do suco.

Quanto ao uso fórico do demonstrativo (ou remissivo, conforme enuncia Castilho, 1993), é curioso observar que ele parece trazer um caráter semântico de ênfase ou destaque ao nome, atributo não garantido pelo uso comum anafórico do Art Def. A ocorrência do demonstrativo com valor fórico, no entanto, parece depender de certas

condições – pelo menos é o que mostram os dados deste estudo. Na maioria das vezes, constatei uma relativa distância entre a menção anafórica com o demonstrativo e a menção imediatamente anterior do mesmo referente. Esse espaço vinha, normalmente, preenchido por orações de **fundo**, isto é, comentários, descrições, explicações, etc., como se pode ver em (18):

- (18) ... ele (o menino) passa correndo ... vêm três senho/ ... vêm três garotas ... né? ... um... uma de boné... uma boina branca né? ... calça jeans... uma outra de calça preta... é ... uma outra de óculos... então **essas três moças** ... passam... **esse menino** passa correndo ... mais à frente o menino tropeça e cai...

Devo registrar, ainda, que, apesar da pouca expressividade numérica, houve casos de ocorrência de SN com demonstrativo imediatamente após a última (que pode ser, inclusive, a primeira) menção referente ao mesmo nome, caso, por exemplo, de (19):

- (19) ... e passa um senhor vendendo... me parece... uma loteria... quando ele comprou **esse bilhete de loteria**... ele ficou distraído olhando o bilhete de loteria... e passou o menino... rapidinho... e roubou um dos buquês de flor.

Tal exemplo, repito, não reflete as condições mais freqüentes encontradas para o uso do demonstrativo fórico, quais sejam: a relativa distância entre a menção com o demonstrativo e a imediatamente anterior (as duas, é claro, relacionadas a um mesmo item) e, além disso, a saliência ou relevância, no discurso, do item antecedido pelo pronome (em (19), ao contrário do que se vê em (18), o item marcado pelo demonstrativo tem pouquíssima importância na história narrada).

Considerando as duas condições expostas, entendo que seria correto afirmar que o uso fórico do demonstrativo indica o esforço do falante para garantir que o ouvinte acesse o arquivo intencionado por ele, tal como acontece também com a oração adjetiva. O falante, desse modo, reforça a identificabilidade do item que vem com o demonstrativo.

Essa conclusão fundamenta-se no seguinte aspecto: todas as ocorrências de demonstrativo com valor fórico registradas traziam como possibilidade a presença do Art Def no lugar do dito pronome, o que

poderia ser interpretado como uma simples tendência a se usar indistintamente o demonstrativo com valor remissivo no lugar do Art Def.

Tal uso, entretanto, como já dito, aconteceu, quase sempre, regulado pela saliência do item e pelo relativo espaço entre as menções, muitas vezes preenchido por orações de **fundo**. Daí, então, a idéia do reforço, da indicação mais específica atrelada ao demonstrativo fórico.

Poder-se-ia pensar, por isso, numa correspondência entre o uso fórico do demonstrativo e o uso do sujeito anafórico em língua escrita descrito por Vilela (1988, p. 41):

É lógico supor-se que, quanto maior for a distância formal entre SAE (Sujeito anafórico elíptico) e seu antecedente: (a) maiores serão as chances de haver entre eles outros itens, candidatos potenciais a elemento controlador da anáfora e, portanto, maiores serão, nesse caso, as possibilidades de ambigüidade; (b) maior terá de ser o esforço da memória do leitor, a fim de recuperar a anáfora.

Daí, então, a utilização, no caso de descontinuidade tópica, da anáfora pronominal e, ainda – quanto mais caracterizada for a descontinuidade –, a anáfora lexical (com SN definido). O emprego do demonstrativo fórico, nos RCs, equivaleria, portanto, ao uso dos sujeitos anafóricos pronominais e dos sujeitos anafóricos lexicais descritos por Vilela.

Nessa medida, seria pertinente dizer que, como que contaminado pela sua natureza dêitica, ou seja, a de apontar, permitindo a localização espaciotemporal de um determinado referente, o demonstrativo fórico marca o nome que antecede de forma a indicar que o item que ele determina não só já foi explicitamente introduzido como também se encontra a uma certa distância da menção em que ele ocorre.

Em suma, o que se constata mais uma vez é o esforço do falante a fim de garantir as condições de “legibilidade” do seu discurso, a partir da avaliação que ele faz das expectativas do ouvinte e das informações de que esse dispõe para interpretar o que está sendo dito.

Esses e outros aspectos relacionados à construção de referentes no discurso são caros aos estudos lingüísticos e, por isso, certamente merecem novas investigações.

Referências Bibliográficas

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O artigo no português culto falado em São Paulo. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1993, v.3, p. 119-147. (Série Pesquisas).
- CHAFE, W. L. *The pear stories*-cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v. 3.
- CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topic and point of view. In: LI, C. *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Leite com manga morre! da hipotaxe adverbial no português em uso*. São Paulo: PUC-SP, 1993 (Tese, Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas).
- DU BOIS, John W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. L. *The pear stories* -cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980, v. 3.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Linguagem e enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, v.2.
- FULGÊNCIO, Lúcia. *O problema da interpretação dos elementos fóricos*. Belo Horizonte: UFMG, 1983 (Dissertação, Mestrado em Linguística).
- GIVÓN, Talmy. *Syntax*: A functional-typological introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984, v.1 e 2.
- KATO, Mary A. *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo: Ática, 1974.
- KOCH, Ingedore G. Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989 (Biblioteca da Educação: Série 5. Estudos de linguagem; 4).
- LAVANDERA, Beatriz R. *Curso de lingüística para el analisis del discurso*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985.
- LIBERATO, Yara Goulart. *Sobre a oposição dado/novo*. 1980. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, v.2.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. Recife: UFPE, 2000. Inédito.

- MATEU, Juan Antonio Vicente. Tipos de uso de la dêixis. In: *La dêixis: egocentrismo y subjetividad en el lenguaje*. Universidade de Murcia, 1994.
- MOISÉS, Juliana Alves. *O "lugar" do artigo definido no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. 1995. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- NEGRI, Lígia. *A natureza dêitica do artigo definido*. 1986. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UNICAMP, Campinas.
- POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. *Estruturas lingüísticas portuguesas*. 2. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1990. v.4.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. Iconicidade e a distribuição do objeto incorporado no discurso narrativo oral do português. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et alii. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *O objeto incorporado em português*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Cadernos de Pesquisa do NAPq).
- VILELA, José Fernandes. *O sujeito anafórico elíptico em língua escrita*. 1988. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- WEINRICH, Harald. *Language en textos*. Madrid: Gredos, 1976.

Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transtividade verbal

Luiz Francisco Dias
UFMG

Este texto constitui-se de uma avaliação dos problemas que permearam o estudo da transitividade verbal desde as gramáticas brasileiras do final do século passado até as gramáticas atuais. Especificamente, trataremos dos problemas advindos dos conceitos de *completude* e *necessidade*, que são recorrentes nas gramáticas analisadas. Começaremos pelo problema da completude no nome, para, logo a seguir, passarmos para o campo da transitividade verbal. Depois de analisarmos gramáticas tradicionais e não tradicionais, vamos apontar os principais desafios a serem adotados no desenvolvimento dos trabalhos nesse campo. Finalmente, vamos projetar aspectos do estudo que estamos desenvolvendo no sentido de fornecer resposta a esses desafios. Ressaltemos que parte deste texto foi apresentada no XIX Encontro Nacional da ANPOLL, ocorrido em Maceió (AL), em junho de 2004, numa mesa-redonda que debatia aspectos da *História das Idéias Lingüísticas no Brasil*.¹

¹ Nome do Projeto sediado na UNICAMP e na USP, amparado pelo convênio CAPES/COFECUB.

O nome e o conceito de completude

Em seu *Método de Análise (léxica e lógica)*, obra publicada em 1912, de largo uso nas escolas do Brasil ao longo da primeira metade do século XX, o Prof. Carlos Góis informava aos seus leitores: a palavra que reclama um complemento é denominada “palavra de significação relativa” (Góis, 1955, p. 126). Nessa perspectiva, em

- (1) Precisamos do auxílio da religião

“da religião” é um complemento de “auxílio”, considerada, portanto, palavra de significação relativa. Da mesma forma, em

- (2) Longe da cidade
(3) Saudades minhas (=saudades que alguém nutre por mim)

“longe” e “saudades” são palavras de significação relativa, pois demandariam os termos “da cidade” e “minhas”, respectivamente, denominados “complementos terminativos”. Antes de analisarmos essa perspectiva, é preciso ressaltar que a capa da obra de Góis apresenta um título alternativo: *Sintaxe das Relações*. Um título perfeitamente sintonizado com o descritivismo gramatical que se solidificava nas gramáticas brasileiras desde o final do século XIX, com o surgimento das gramáticas científicas no nosso País (ver: Fávero, 2004).

Tendo em vista a análise empreendida por Góis, brevemente apresentada acima, cabe-nos perguntar: quando o gramático afirma que “auxílio”, “longe” e “saudades” são palavras que demandam um complemento,

- (a) ele está descrevendo a presença dessas palavras nos enunciados *precisamos do auxílio da religião, longe da cidade e saudades minhas?*
(b) ou, ao contrário, ele está exemplificando, através desses enunciados, um estatuto de completude inerente à significação das três palavras?

As duas alternativas acima podem ser colocadas em outros termos: em (a), questionamos se é somente nesses três enunciados que essas palavras se mostram incompletas; em (b) questionamos se essas três palavras são inerentemente incompletas na sua significação, independentemente dos enunciados que as abrigam. Tudo indica que a alternativa (a) apresenta maior consistência. Vejamos: se o gramático estivesse exemplificando a condição de incompletude dessas palavras, ele estaria admitindo que os enunciados seguintes apresentam alguma anomalia, pois as mesmas palavras aí aparecem empregadas sem complemento:

- (4) Qualquer auxílio sempre vem a tempo
- (5) Devagar se vai longe
- (6) Quanta saudade!

Dessa forma, seria plausível afirmar que, se o gramático está descrevendo a presença dessas palavras nos enunciados que ele apresentou, o conceito de “palavra de significação relativa” teria nascido da observação de (1), (2) e (3). Tendo isso em vista, aquilo que se denomina “exemplo” ganharia um outro estatuto. Os enunciados de (1) a (3), na verdade, não seriam demonstrações do conceito acima, mas a própria fonte da captação desse conceito, que não seria válido se levarmos em consideração os enunciados de (4) a (6).

Dissemos acima que era plausível supor que a categoria “palavra de significação relativa” nasceu da observação dos enunciados de (1) a (3). Mas isso suscita um grande problema: como explicar o fato de que outros gramáticos, antes e depois de Góis, operem com as mesmas categorias? Se eles operam com as mesmas categorias, teríamos que conceber o exemplo a partir do seu estatuto costumeiro, qual seja, um exemplar demonstrativo da categoria gramatical. A categoria logicamente seria concebida como anterior à exemplificação. Por outro lado, não podemos anular totalmente a reflexão que desenvolvemos acima. Concluímos que não fazia sentido o gramático partir de uma generalização sobre as palavras “auxílio”, “longe” e “saudades” como palavras “de significação relativa”, isto é, não dá para afirmar, independentemente

do uso em enunciados efetivos, que o sentido dessas palavras depende de uma outra que funcione como complemento de significação. Sendo assim, cabe-nos perguntar: como se constituiu a categoria “palavra de significação relativa”, se não foi da observação dos usos, tendo em vista que há inúmeros usos das palavras em análise que são de significação absoluta, como nos mostram (4), (5) e (6)? Retomemos, pois, o fio da nossa reflexão: se a categoria de “significação relativa” não é concebida a partir da observação da variedade de usos das palavras, então como esta categoria é estabelecida? O que permite a essa categoria circular nas gramáticas como conceito pronto a ser “exemplificado”?

A melhor hipótese que podemos apresentar neste momento como resposta a essa questão passa, em parte, pelo conceito de tecnologia intelectual, apresentado por Auroux (1992). O ponto de partida de Auroux está sintetizado nos seguintes termos:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção (...) sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (Auroux, 1992, p. 11-12)

As primeiras gramáticas da língua portuguesa se espelham na gramática latina, para, a partir dela, constituir as categorias gramaticais do português. Pela tese de Auroux, na medida em que as primeiras gramáticas de uma língua passam a ganhar especificidade no tratamento das categorias dessa língua, as gramáticas seguintes, ao mesmo tempo em que se espelham nas anteriores (horizonte de retrospectão), elas funcionam como balizamentos para a elaboração de novas gramáticas (horizonte de projeção). Em Dias (2005), trabalhamos com o conceito de *conformação tipológica* como um dos pilares da gramática, advindo desses dois horizontes. A gramática é afetada pela sedimentação das descrições. Em outros termos, os conceitos gramaticais são parcialmente reproduzidos nas gramáticas. Eles não nasceriam diretamente da observação dos enunciados. Essa sedimentação dos conceitos permite

o compartilhamento entre os gramáticos de um saber a ser “exemplificado”. No Brasil, a adoção da NGB² reforçou ainda mais a sedimentação dos conceitos. Mas a adoção da NGB obrigou os gramáticos a criar diversos pontos de fuga na própria gramática, sob a forma de “observações” e “notas de rodapé” (Baldini, 1999). Esses pontos de fuga são marcas de deslocamentos nos conceitos sedimentados, que funcionam como balizamentos, ou pontos de deriva possíveis (Orlandi, 1988) para a própria modificação desses conceitos.

Voltemos então a nossa questão, para trabalhar mais detalhadamente a idéia segundo a qual o conceito de “significação relativa das palavras” foi sendo construído no decorrer da história do campo de produção de gramáticas, passando a se constituir como balizamento na escolha dos enunciados a serem escolhidos como exemplos. Mas os exemplos exercem um papel mais importante do que meramente peças de demonstração. Eles efetivamente permitem o efeito de funcionamento do conceito. Vejamos: as palavras consideradas de significação relativa são analisadas nos exemplos a partir de um efeito de unidade dos enunciados que abrigam essas palavras. Dessa forma, o fundamento do “complemento” estaria, em parte, no estado lacunar do enunciado, caso esse “complemento” não estivesse presente. Daí ser muito comum o desdobramento pedagógico dos exemplos para demonstrar a quebra da unidade, como em “Precisamos do auxílio”. Esse enunciado sofre um efeito de incompletude pela falta daquilo que seria o complemento de “auxílio”. Por isso, diz-se que, em “Precisamos do auxílio da religião”, o enunciado está completo.

Dessa forma, o que se denomina como “significação relativa” se configura, de um lado, pela sedimentação histórica do conceito de relatividade na significação da palavra, determinando a perspectiva de constituição da sintaxe na gramática, e, de outro, pela presença da palavra num enunciado-exemplo, afetada por um efeito de completude.

² NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira): normas de unificação da terminologia gramatical, instituídas em 1958.

O problema da completude na transitividade verbal

Vamos analisar o trabalho das gramáticas relativamente ao conceito de significação relativa, ou significação incompleta, dos verbos na configuração do fenômeno da transitividade.

Nas gramáticas comumente qualificadas como tradicionais, temos pouca variação na configuração da transitividade. Os capítulos dedicados ao estudo da predicação *geralmente* partem do princípio de que há verbos de predicação completa e verbos de predicação incompleta. Sumarizamos abaixo algumas concepções relativas ao conceito de verbo de predicação incompleta:

- i- (...) de ação transitiva (...) necessitam de palavra suplementar para fazer sentido perfeito
(Júlio Ribeiro [1881], 1885, p. 259)³
- ii- (...) de sentido incompleto (...) a clareza exige um completivo
(João Ribeiro [1886], 1920, p. 264)
- iii- (...) integralizado por objeto direto ou indireto (...) [objeto] palavra ou expressão a que se transmite a ação do verbo de predicação incompleta
(Maximino Maciel [1894], 1931, p. 278)
- iv- (...) por si só não exprime sentido completo
(Carlos Góis [1912], 1955, p. 82)
- v- (...) exigirem complementos para o seu cabal sentido
(Eduardo Carlos Pereira [1907], 1932, p. 205)
- vi- (...) cujo sentido se completa com um substantivo
(Said Ali [1927], 1965, p. 94)

³ A primeira data (entre colchetes) é da 1ª edição; e a segunda é a da edição consultada.

- vii- (...) *requerem*, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão.
(Rocha Lima [1958], 1983, p. 208)
- viii- (...) necessita de complemento que integre sua predicação (...) intransitivo é o verbo que não precisa de complemento para integrar o seu sentido, isto é, o verbo que se basta a si mesmo.
(Bechara [1961], 1977, p. 204)
- ix- (...) exigem certos termos para completar-lhes o significado (...) A ação expressa pelo verbo transmite-se a outros elementos.
(Celso Cunha [1966], 1985, p. 132)

As noções de integridade e de completude percorrem de alguma forma todas as concepções. Mas é preciso estar atentos para dois aspectos da questão.

O primeiro aspecto a se ressaltar é o predomínio da idéia de que a incompletude é da órbita do sentido ou significado do verbo, ou mesmo da “compreensão” verbal. Até esse ponto configura-se aquilo que denominamos de sedimentação histórica dos conceitos. Nesse caso, trata-se da sedimentação do conceito de incompletude dos verbos transitivos. Por essa sedimentação, o conceito ganha eficácia na circulação entre as gramáticas, tendo em vista a *retrospecção*, já que o gramático traz a idéia de outras gramáticas já produzidas no campo de produção de gramáticas; e tendo em vista a *projeção*, já que o gramático reforça essa idéia, produzindo um efeito de verdade inquestionável, afetando as gramáticas que serão elaboradas no futuro. Essa idéia solidifica-se no “conceito”, que adquire o status de ancoragem para as diferentes exemplificações, configurando-se dessa forma como um saber destituído de autoria. No entanto, dissemos que a própria sedimentação permite a visibilidade para os pontos de fuga, isto é, para os deslocamentos nos conceitos sedimentados. Nessa direção, encontramos uma especificidade na gramática de Maximino Maciel. Ele não aborda a incompletude a partir da órbita da significação verbal, mas da participação do verbo na predicação. Dessa forma, em “Todos os homens estimam grandemente o ouro e a prata” (p. 278), “o ouro e a

prata” são palavras que exercem funções objetivas. Maciel entende por função objetiva “a palavra ou expressão a que se transmite imediata ou mediatamente a acção do verbo de predicação incompleta” (p. 280). Dessa forma, o verbo não se constitui incompleto na significação. Na perspectiva de Maciel, ele integra um predicado que projeta um termo de função objetiva. O verbo “estimar”, no exemplo acima, participa de um predicado “integralizado por objeto direto”. Nesse aspecto, a incompletude não é algo da significação do verbo, mas da sua condição de participante de um predicado que requer um objeto para integralização. Em outros termos, há um dizer sobre o sujeito (predicado) que só se constitui plenamente com a presença do objeto. Nada impede que o verbo “estimar” possa participar de um predicado que não requeira objeto, como “Quem estima, recebe bem”, ou “Quem estima, respeita o outro”. Nesse caso, com o mesmo verbo (estimar), podemos ter, na terminologia de Maciel, predicados que só se mostram completos com a presença do termo de função objetiva (como “o ouro e a prata”), e predicados que se constituem sem o termo de função objetiva, sem prejuízo da completude, como nos dois exemplos que acabei de apresentar.

Acabamos de observar o primeiro aspecto, que é relativo à sedimentação do conceito (a incompletude do sentido do verbo, que pede complemento) e um possível ponto de deslocamento nesse conceito sedimentado (a possibilidade da incompletude do predicado proposto por Maciel). Vejamos agora o segundo aspecto: trata-se da sensibilidade aos diferentes modos de enunciação. A maioria das gramáticas analisadas ignora a ocorrência de enunciados com verbos transitivos sem objeto. Trazer enunciados desse tipo implica uma responsabilidade de explicar o efeito de completude num enunciado com verbo de significação incompleta sem o complemento. Normalmente, a explicação adquire um caráter sumário, como na gramática de Júlio Ribeiro: “os verbos transitivos, si são tomados em sentido geral, dispensam o objeto, e tornam-se intransitivos, ex.: *Antônio come pouco*” (p. 259). Na gramática de Celso Cunha (p. 134), aparece uma perspectiva que resulta na rarefação do próprio conceito de transitividade:

A análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente ora transitivamente; ora com objeto direto, ora com objeto indireto. Comparem-se estes exemplos:

Perdoai sempre [=intransitivo]

Perdoai as ofensas [=transitivo direto]

Perdoai aos inimigos [=transitivo indireto]

Perdoai as ofensas aos inimigos [=transitivo direto e indireto]

A noção de “emprego” transitivo ou emprego intransitivo do verbo submete a análise gramatical à dimensão da pura e simples eventualidade. Submeter a identidade de uma categoria à eventualidade do seu aparecimento no texto, longe de ser uma solução, é na verdade uma fuga do problema da completude. Mas é novamente na gramática de Maximino Maciel que vamos encontrar uma atitude investigativa a esse respeito. Vimos acima que é na ótica da *predicação*, e não no verbo, que Maciel insere a questão da incompletude. Isso possibilita a ele produzir um capítulo na gramática dedicado ao fenômeno da “transpredicação”, que é definido como uma mudança no conceito do verbo. Quando um verbo que participa de uma predicação completa aparece num enunciado sem objeto, é porque esse verbo “subjativou-se” (Maciel, p. 408). Por adquirir um sentido geral (subjativar) o verbo não precisa de objeto, como em “Por isso bem fazem os verdadeiros liberais, celebrando públicas e numerosas reuniões” (idem). Nesse caso, a predicação “fazem bem”, apesar de abrigar o verbo “fazer”, é uma predicação “completa”, mesmo sem a presença de um termo de função objetiva.

Dessa forma, na gramática de Maximino Maciel, podemos perceber, de um lado, os traços de um espaço para pensar a completude fora do lugar sedimentado em que se assentam as outras gramáticas (o déficit de significação do verbo); de outro lado, percebemos também um esforço de análise e sistematização dos enunciados-exemplo. No final do século XIX, a gramática de Maciel ganha características de resultado de pesquisa.

Na 37ª edição da gramática de Bechara, publicada em 1999, encontramos uma perspectiva de completude diferente daquela que ele mesmo expressou até a publicação da 36ª edição da gramática. Nesta nova edição, o verbo transitivo não é “deficitário” de sentido, conforme transcrevemos no item (viii) acima. Ao invés disso, Bechara propõe hoje a seguinte explicação:

Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam argumentos ou complementos verbais (...) os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de transitivos (p. 414-5).

Dessa forma, ao invés do “déficit”, aparece aqui uma perspectiva de “superávit” de sentido no tratamento da transitividade verbal. Apesar disso, o problema da completude não é resolvido. No exemplo de Bechara “o porteiro *viu o automóvel*” (p. 415), “o automóvel” delimitaria o sentido do verbo “ver”. Bechara diria então que, através do objeto “o automóvel”, expressamos uma realidade específica, concreta. O objeto funcionou aqui como delimitador semântico verbal. No entanto, Bechara continua a chamar esse termo-objeto de “complemento” verbal, afirmando que os verbos transitivos diretos “necessitam” dessa delimitação semântica. Tanto a noção de complemento quanto a noção de necessidade religam a transitividade ao tema da completude. Afinal, como explicar o enunciado “esse porteiro não vê à noite”? Temos aqui o mesmo verbo, agora sem o delimitador semântico, mas operando num enunciado perfeitamente amparado no efeito da completude. Estando o delimitador semântico submetido aos conceitos de complementação e de necessidade, enunciados como esse último ainda constituem em entraves para os gramáticos. Vimos que a submissão do delimitador semântico aos conceitos de *complementação* e *necessidade* demonstra como a gramática ainda hoje é afetada pela sedimentação histórica dos conceitos.

A completude e a concepção de gramática

O que significa para nós analisar a noção de déficit e de superávit na gramática? Trata-se de verificar como se constituiu, na história das gramáticas, um modo de conceber a língua, tendo em vista uma completude. A elaboração de gramáticas, como também de dicionários, envolve a projeção de uma completude. Trata-se na verdade de um efeito da completude da representação da língua (Orlandi, 2000, p. 98). Em Dias (2004), dissemos que a gramática é afetada por uma unidade lingüística historicamente projetada. Uma língua não suporta uma completude em si mesma. Ela se beneficia da força aglutinadora advinda da sua contraparte: o idioma. Com efeito, a língua, apreendida como idioma, se constitui pela projeção de uma unidade, aglutinada no imaginário social, e determinada pelas coerções de ordem histórica. E é em função dessa unidade que se configuram as designações do tipo *gramática da língua portuguesa*, *gramática da língua francesa* ou *gramática da língua espanhola*. Para isso, a gramática renuncia ao detalhamento e ao aprofundamento específicos de um relatório de pesquisa, por exemplo, tendo em vista o compromisso com uma “integralidade” de língua. Por outro lado, a gramática é afetada pela convergência de uma “tecnologia intelectual”,⁴ que visa a configurar uma harmonia entre as suas partes. A gramática é produzida sob uma perspectiva de ordem teórica e metodológica que orienta desde questões como a relação entre conceito/regra e demonstração até a conformação dos capítulos do livro que lhe fornece o suporte.

Finalmente, podemos afirmar que o campo de constituição dos conceitos gramaticais não opera sob o signo do progresso linear ao longo do tempo. Situando-se entre a veemência da sedimentação de um conceito e a inclinação sobre os enunciados rebeldes ao efeito de exemplificação desse conceito, um gramático do final do século XIX,

⁴ Segundo Auroux (1994), a produção de gramáticas ao longo da história criou uma “tecnologia intelectual”, cuja força e importância transcendem o próprio campo de estudos da linguagem.

como Maximino Maciel, mesmo operando de forma rudimentar, antecipa o que as modernas perspectivas de gramática pregam hoje: uma integração entre a análise dos enunciados e a produção dos conceitos.

O problema da completude na transitividade verbal em gramáticas contemporâneas

Nas gramáticas que deslocam a transitividade da dimensão semântica para a órbita da estruturação formal da língua, o problema da completude ganha outros vieses. Em Perini (1995), por exemplo, o problema da completude remete à organização sintática da sentença. O verbo, enquanto núcleo do predicado, e um dos itens léxicos componentes da sentença, detém a propriedade de estipular traços da configuração sentencial da qual ele (verbo) integra. O exemplo fornecido por Perini envolve o verbo *fazer*. Esse verbo pertenceria ao grupo daqueles que detém a propriedade de estipular a presença de um objeto direto na sentença da qual participam. A presença de um objeto é explicada, portanto, em função de uma completude. Não se trata nem da exigência do sentido do verbo, e nem da especificidade do predicado em relação ao sujeito, mas de um fator de estruturação sintática. Para Perini, o verbo exige que a sentença da qual ele participa seja estruturada com a presença de um termo denominado objeto direto. A completude, nesse caso, aparece como uma resposta às demandas das propriedades lexicais dos vocábulos que compõem a sentença. Nessa perspectiva, os vocábulos guardariam a capacidade de determinar as informações sobre a sua participação nas sentenças. Dito de outra maneira, os vocábulos já demandam uma configuração da estrutura de que participam. Se a estruturação se deu obedecendo a essa demanda, houve completude. O verbo *fazer* demanda uma sentença estruturada com objeto, da mesma que o verbo *gostar* (p. 159). Já *nascer* demanda uma estrutura sem a presença de objeto. Nesse caso, a completude, também em atendimento ao que o verbo *nascer* estipula, seria configurada justamente nas sentenças sem objeto. Já o verbo *comer* não carregaria traços de demanda, seja demanda de presença

(como *fazer*), seja demanda de recusa (como *nascer*). Haveria portanto uma liberdade de constituição de sentenças com esse verbo, que aceitaria tanto

(7) Meu gato já comeu todo o mingau

(8) Meu gato já comeu

A completude seria configurada tanto com objeto, quanto sem objeto.

Uma visão semelhante a essa está presente nas teses sobre estrutura argumental, desenvolvida pela gramática de valências.

Uma gramática de valências se constrói a partir da observação de que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo. Os primeiros (pedra, tamanduá) são semanticamente auto-suficientes e têm necessidade nula de vinculação; os segundos (sogra, obediência) são semanticamente incompletos tendo necessariamente de ligar-se a outros para se realizarem plenamente. Uma palavra como **pedra** vale por si mesma por ter um peso semântico específico; já uma palavra como **sogra** implica outra que completa a expressão **sogra de**. Diz-se, então, que o item **sogra** (como **pai, filho, genro, vizinho...**) é semanticamente incompleto na medida em que contém uma casa vazia destinada a ser preenchida por outro elemento. (Borba, 1996, p. 18)

No âmbito dessa perspectiva, os verbos guardam a capacidade de reger os argumentos, ou seja, os verbos projetam lugares a serem preenchidos na composição da sentença. O conceito de valência se aplica ao número de argumentos que um verbo poder reger. Segundo Borba (idem, p. 19): “cada verbo tem, assim, um número limitado (0 a 4) de lugares a serem preenchidos por constituintes que se relacionam com o núcleo verbal em escalas variáveis de distâncias (=grau de coesão) e de dependência (=grau de subordinação)”. Nesse sentido, o verbo *chover* projetaria 0 lugares, possibilitando enunciados como “Chove”, já o verbo *dar* projetaria três lugares, permitindo enunciados como *Pedro deu flores a Maria*, no qual “Pedro”, “flores” e “a Maria”

se caracterizam como argumentos A1, A2 e A3, respectivamente. Sobre os argumentos A2 e A3, tradicionalmente considerados complementos verbais, afirma Borba: “o complemento completa (conclui, acaba) semanticamente a oração, sendo o constituinte que faz parte da estrutura interna do sintagma verbal, isto é, representa um argumento realizado no interior da projeção máxima definida pelo predicado” (idem, p. 13).

Sumariamente, podemos afirmar que, para Perini, os verbos, enquanto itens lexicais, projetam a necessidade de termos que completem a estrutura oracional; e, em Borba, o verbo projeta lugares (valência) para a ocorrência dos argumentos. Seja definido como *termo*, seja definido como *lugar*, o complemento nasce de uma *necessidade* do verbo. Certamente, essas duas abordagens mostram-se distantes daquela visão apresentada pelas gramáticas tradicionais. No entanto, elas também estão susceptíveis ao problema da validação dos enunciados-exemplo. Mais especificamente, há que se perguntar:

- a) como lidar com enunciados que têm como núcleos aqueles verbos que “necessitam” de complementos, e que, no entanto, não se mostram incompletos (ex.: *Quem sabe, faz?*)
- b) como lidar com enunciados que têm como núcleos aqueles verbos que projetam 0 lugares sintáticos, e que, no entanto, aparecem com sujeito e complementos (ex.: *Para a alegria dos hebreus, o Senhor choveu-lhes do céu o maná?*) Para cada nuance de sentidos do verbo haveria um regime de valências diferente?

Essas perguntas são desafiadoras para uma teoria da transitividade. Mas há que se ressaltar a importância da introdução do conceito de lugar sintático no campo de estudos da transitividade. Consideramos que dois dos maiores desafios no estágio atual das pesquisas nesse campo são:

- a) conceber o conceito de lugar sintático sem se colocar inteiramente afetado pelos conceitos de “necessidade” e de “complementação”, que trazem o problemático pressuposto da completude
- b) elaborar parâmetros de ocupação dos lugares sintáticos.

Nos últimos dois anos, temos desenvolvido esforços no sentido de fornecer alguns elementos de resposta a esses desafios. Veremos a seguir alguns aspectos do nosso trabalho.

Bases para uma nova concepção do objeto como lugar sintático

Trabalhamos com a tese segundo a qual o fato lingüístico é definido a partir da tensão entre o posicionamento de uma unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de sentidos, de outro. Nessa direção, a estabilidade das unidades sintáticas é sustentada tanto pelas relações que elas estabelecem na ordenação do arranjo sintático quanto por uma apreensão do domínio de sentidos que sustenta a ocupação desses lugares.

Vejam algumas ocorrências da língua portuguesa, no sentido de conferir uma maior visibilidade a essa tese:

- (9) Era briluz. As lesmolisas touvas Roldavam e relviam nos gramilvos Estavam mimsicais as pintalouvas E os momirratos davam grilvos.⁵

Tomemos a sentença “As lesmolisas touvas roldavam e relviam nos gramilvos”. Em primeiro plano, podemos perceber que as bases lexicais dos substantivos, adjetivos e verbos são estranhas à língua portuguesa. No entanto, podemos reconhecer aí os lugares sintáticos sujeito e adjunto adverbial, ocupados respectivamente por “As lesmolisas touvas” e “nos gramilvos”, respectivamente. Podemos levantar alguns fatores que beneficiam o reconhecimento desses lugares. Eles se distribuem conforme a ordem usual na língua portuguesa; além disso, há o aparato da determinação formal de lugares através de artigos e preposições que, ao lado dos mecanismos de

⁵ Do poema Jaguadarte, de Lewis Carrol. Adaptação de Augusto de Campos.

concordância, favorecem uma sustentação orgânica para esses lugares. Dessa forma, a determinação da palavra “gramilvos” pela preposição “em” torna-se um dos fatores da sustentação do lugar adjunto. Mas, além da sustentação orgânica, esses lugares recebem uma sustentação relativa ao domínio de sentidos que suporta a ocupação desses lugares. Com efeito, embora constituídas de bases lexicais estranhas à língua portuguesa, essas sentenças compõem uma seqüência descritiva que produz efeitos de familiaridade com tantas outras que participam de um domínio de memória de mesmo gênero (poesia). Tendo em vista que as bases lexicais são estranhas a nossa língua, não teríamos as condições para conceber a projeção de argumentos a partir do verbo em “estado de dicionário”. A ocorrência a seguir poderia nos oferecer as condições para lidarmos com essa projeção. Vejamos:

(10) Que entoe o canto o coral.

Nesse caso, a sustentação dos lugares de sujeito e objeto guarda dependência da ordenação do arranjo. Com efeito, “o canto” e “o coral” ocupam o lugar de objeto e sujeito, respectivamente, tendo em vista a construção canônica “Que o coral entoe o canto”. Mas esse aspecto da organicidade sintática não é suficiente para que possamos afirmar algo decisivo sobre a identidade dos lugares. Certamente, em busca da identidade dos lugares, estaríamos tentados a afirmar o primado do verbo na projeção do sujeito e do objeto, com base na idéia de que ele (verbo) projeta dois argumentos, e um deles constitui um lugar que exige ser ocupado por um agente (“coral”). Essa assimetria dos papéis, desempenhados por “coral” e “canto” em (10), constitui a base para a distinção entre argumentos sujeito e objeto. Adiante, vamos voltar a essa questão. Vejamos agora a ocorrência (11):

(11) César é César; Deus é Deus.

Nesse caso, a tese da projeção dos lugares sintáticos a partir do verbo não encontraria sustentação na assimetria dos papéis, nas duas sentenças. Da mesma forma, a sustentação morfológica da caracterização do sujeito, como vimos, não se mostra eficiente nesse caso, uma vez que as ocorrências de substantivos guardam exatamente os mesmos

traços de pessoa e número. A sustentação dos lugares sintáticos estaria fortemente vinculada à sustentação pelo domínio de sentidos.

Vejamos (12) e (13), no sentido de especificar um pouco mais essa noção.

(12) Bebeu, jogou, furtou; beberá, jogará, furtará.

(13) Vim, vi, venci.

A primeira ocorrência é um provérbio. É bastante comum encontrarmos provérbios com estruturas do tipo: *quem X, Y*. O que se sobressai dessa relação é um perfil de sujeito que pode ser identificado por “Todo aquele que...” (*Todo aquele que bebeu, beberá*). Quem se adequar a esse perfil, está se ajustando às condições de uma verdade condensada nos próprios domínios do corpo textual no qual se insere a sentença. Nesse sentido, os provérbios se caracterizam por uma textualização formulada a partir de seu próprio domínio de enunciação. Daí o efeito de universalidade, isto é, de uma “verdade” condensada nos seus próprios domínios. Por isso, o provérbio é invocado para sustentar situações específicas as mais diversas. O que chamamos de condensação adquire uma face visível na “amarração” entre passado e futuro, produzindo-se um efeito de fechamento e completude, que se projeta como uma “verdade” anterior a qualquer experiência subjetiva. A segunda ocorrência é uma frase atribuída a César. Também podemos vislumbrar aí um efeito de completude, mas ela não provém da condensação de uma verdade, como no provérbio, mas de um trajeto.

O que podemos extrair dessas duas ocorrências é que os eventuais papéis projetados pelos verbos são subsumidos na constituição de uma unidade que se sobressai como um efeito da composição temática. Nesse momento, torna-se imprescindível introduzirmos as condições de ocupação do lugar sintático como parte constitutiva do fato lingüístico. No provérbio analisado, os verbos “beber”, “jogar” e “furtar” guardam a memória de percursos enunciativos com projeção de objetos (*Ele bebia uísque sem gelo; Ele joga cartas todos os dias; Ele furtou os bens da família*). Mas o que interessa aqui não são exatamente as configurações de objeto, tendo em vista os papéis semânticos projetados pelos verbos em análise, mas a memória de um domínio de

referência que os objetos guardam, e que foi convocada para constituir um efeito de homogeneidade de todos eles na amarração da unidade da construção.

Dessa forma, o fato lingüístico se constituiria no espaço onde cruzam, de um lado, uma memória de regularidades demarcadas pelas condições formais da organicidade da língua, e, de outro, as condições de pertinência dessas unidades num movimento de agregação temática, tendo em vista um domínio de sentidos.

Vamos nos deter um pouco mais naquilo a que referimos como condições de pertinência das unidades. Essas condições de pertinência são na verdade as condições de ocupação dos lugares sintáticos. Vamos concentrar a nossa atenção na ocupação do lugar do objeto.

Partimos da hipótese segundo a qual a constituição da referência não é algo da relação entre a linguagem e o real, e nem algo relativo ao gesto singular do sujeito na locução. Na nossa perspectiva, a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento (Guimarães, 2002). O fato de assumir um lugar de sujeito nesse domínio histórico permite a ele (sujeito) igualmente assumir perspectivas de constituição de recortes de significação. Assim, o objeto referido é, antes de tudo, um objeto constituído no gesto de significação, isto é, um objeto historicamente delimitado no acontecimento enunciativo.

Trabalhamos com a tese segundo a qual a constituição do objeto se desenvolve numa dimensão mais ampla do que aquela constituída pelo campo lexical do verbo. Dentre os elementos que compõem o fenômeno da ocorrência de objeto numa sentença, não podemos negar a importância do verbo na configuração do lugar sintático. Mas há um outro lado importante do fenômeno: os domínios de referência na ocupação desse lugar. Na nossa concepção, o lugar de objeto é um dos lugares de configuração de referência. Mas é preciso ressaltar aqui que a idéia de configuração de referência não significa que esse lugar de objeto tenha como contraparte uma entidade extralingüística. Em outros termos, isto não significa que a constituição de um lugar de objeto é produzida por uma orientação a um objeto do real. E como se constitui então a referência? O verbo projeta um lugar, isto é, um espaço no interior do qual se constitui um domínio de referência. O

objeto, enquanto forma lingüística, é um recorte de significação historicamente delimitado que ganha uma forma na língua através desse lugar projetado. Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística.

Vejam agora algumas ocorrências com o verbo “dar”, no sentido de desenvolvermos melhor a idéia de domínio de referência na ocupação do lugar de objeto.

(14) Pedro é do tipo que bate e depois dá flores

Nesse caso, no mesmo lugar onde está *flores*, poderia estar *beijos* ou *carinho*. Isso se aplicaria também a uma sentença como (14a)

(14a) Cuidado! Pedro é o tipo de pessoa que não costuma dar flores

Aqui, também teríamos a possibilidade de trocar *flores* por *beijos*, tendo em vista que ambos atendem aos mesmos parâmetros do domínio de referência. Diremos que, em casos como esse, o mesmo domínio abarca tanto *flores* como *beijos*. O termo “flores” em (14) e (14a) funciona como um representante da orientação do domínio de sentidos.

Por sua vez, na medida em que se estende o domínio de referência na ocupação, a relação entre o campo de objetos passíveis de ocupar o lugar e o campo de objetos passíveis de exclusão do lugar passa a ser fortemente controlada por fatores discursivos que atuam na enunciação. Vejamos:

(15) É dando que se recebe.

Aqui, não temos a ocupação material (orgânica) do lugar do objeto. No entanto, na medida em que concebemos uma sustentação discursiva para a sentença, podemos projetar um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação.

Não é difícil localizar na memória social do ocidente a origem dessa frase. Trata-se da frase que, segundo a Igreja Católica, foi proferida por São Francisco de Assis. Mas é comum encontrarmos essa frase sendo

enunciada também no âmbito do discurso político, como conclusão de uma reportagem sobre corrupção de parlamentares, por exemplo.

Um dos fatos lingüísticos que marcam a configuração enunciativa dessa frase é a ausência de complemento (objeto direto e indireto) dos verbos “dar” e “receber”, que são classificados pela tradição gramatical como verbos transitivos direto e indireto, tendo em vista que “pedem” os dois tipos de complemento.

Mas é a ausência de complemento que justamente permite a inserção da mesma frase em dois discursos diferentes. E essa relação com o espaço institucional (concretizado enquanto espaço de memória), em que os discursos ganham identidade, torna a sentença um texto. No discurso religioso, o objeto não aparece lingüisticamente tendo em vista a sua amplitude. Prega-se que se dê *carinho, amor, perdão, compreensão*, ou mesmo *bens materiais*, no sentido de receber *bênçãos, paz, salvação*, etc. Por outro lado, no discurso político, o objeto não aparece porque fere a ética. Poderíamos ter como objeto do verbo “dar” *propina, favores, votos...* e como objeto do verbo receber, *obras, votos, favores*, etc. Veja que não podemos permutar os objetos que ocupariam o lugar específico do discurso político para o mesmo lugar no discurso religioso e vice-versa. Se imaginarmos a frase “É dando perdão que se recebem bênçãos” no discurso político, estaremos trabalhando sob o signo da ironia. O chamado “complemento verbal”, enquanto fato lingüístico, não deve ser analisado apenas do ponto de vista de sua relação com o verbo. O verbo “dar” se inscreve no enunciado trazendo uma memória de complemento (que aparece explicitamente em *Pedro deu flores a Maria, Carlos dá uma mesada para o filho*, etc). No entanto, o objeto pode adquirir uma identidade tendo em vista a sua circulação institucional. Nesse caso, o que nos interessa é a identidade do seu domínio de ocupação, isto é, a sua pertinência discursiva e não apenas a sua presença lexicalmente marcada. A responsabilidade pela “ocupação” do espaço de enunciação advindo do verbo “dar” está na esfera do discurso, e não apenas no lingüístico.

Pretendíamos, com essa breve reflexão em torno do lugar do objeto, apontar os traços de um trabalho de ordem gramatical que atenda a um perfil alternativo em relação àqueles que apontamos acima. Neste trabalho, a relação entre a língua e a exterioridade se situaria nas

condições de sustentação e pertinência do enunciado a domínios de sentido. A língua se constitui em possibilidades regularmente configuradas numa ordem material específica, que tem na sintaxe a sua base; e é sobre essas possibilidades que opera o discurso. A descrição da configuração dessas possibilidades, aliada à explicação do mecanismo de acionamento das possibilidades que constituem o perfil de uma gramática explicativa. Sendo assim, aquilo que se configura como exemplo nas outras gramáticas, nesta, tem outro estatuto. As sentenças que demonstram as regularidades lingüísticas vão se ordenar segundo o perfil de constituição dos gêneros discursivos em função dos quais os enunciados ganham pertinência. Dessa forma, vamos operar com enunciados já configurados segundo o seu gênero de pertencimento, e com base neles, vamos operar com a elaboração de outros enunciados com o mesmo perfil de pertencimento. Assim, pretendemos elaborar uma gramática capaz de explicar o funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica e suas projeções de acionamento enunciativo.

Esperamos ter apontado elementos que justifiquem o desenvolvimento de uma linha de trabalho em torno de um novo recorte no campo da sintaxe. Nessa linha, as relações entre as unidades lingüísticas na gramática seriam sustentadas pela constituição histórica dos lugares sintáticos e pelas condições enunciativas de ocupação desses lugares. Estaríamos, dessa forma, na direção de configurar uma abordagem enunciativa do fato gramatical.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, P. Mémoire e production discursive du sens. In: *Histoire et linguistique*. Paris: Sciences de L'Homme, 1984. p. 235-241.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- BALDINI, L. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. 1999. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. - revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002a. p. 47-63.

DIAS, L. F. Aspectos de uma gramática explicativa: a ocupação do lugar do objeto direto. *Textura*, Canoas, v. 5, p. 23-30, 2002b.

DIAS, L. F. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Claudia S. (Org.). *Questões de lingüística*. Passo Fundo: UPF, p. 57-69, 2003.

DIAS, L. F. Énonciation et grammaire: perspectives du champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Un dialogue atlantique*. Paris: ENS Editions, 2005 (no prelo).

FAVERO, L. L. O lugar e a função da sintaxe nas antigas gramáticas luso-brasileiras. In: MARI, H. et alii (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 287-295.

FAVERO, L. L. A gramática no Brasil: o período científico. *Anais do XIX Encontro Nacional da ANPOLL*. Maceió, 2004.

GOIS, C. *Método de Análise (léxica ou lógica) ou sintaxe das relações*. 19. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

ORLANDI, E. P. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, p. 101-118, 1988.

ORLANDI, E. P. Lexicografia discursiva. *Alfa*, São Paulo, n. 44, p. 97-114, 2000.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. 30. ed. São Paulo: Nacional, 1932.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 10. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1885.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

Reexame da incorporação nominal em narrativas orais do português

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
UFMG

Introdução

Neste texto,¹ retomo a análise das construções com **incorporação nominal** (IN) em português, inicialmente investigadas em Saraiva (1997) com base no arcabouço teórico-metodológico da Gramática Gerativa, em seu modelo Princípios e Parâmetros, e em Saraiva (2001), sob o prisma da abordagem funcionalista dos estudos lingüísticos.

Dando continuidade à análise de cunho funcionalista, nas próximas seções serão reexaminados os traços característicos das construções com **objeto incorporado** em português.

De início, convém esclarecer que, em Saraiva (1997), a denominação **objeto incorporado** foi reservada para identificar os casos em que o objeto direto vem representado por um **SN nu**, isto é, um SN constituído apenas do nome comum (núcleo) na sua forma básica, sem marca de plural, conforme ilustrado pelos constituintes destacados em (1) e (2):

- (1) Na minha casa, a empregada lava **roupa** e cozinha.
- (2) Fui buscar **menino** no colégio às cinco horas.

¹ Uma parte da análise desenvolvida neste artigo foi apresentada sob forma de comunicação no 51º Seminário do GEL.

A expressão **SN pleno**, por outro lado, foi aplicada aos casos em que o SN é constituído do nome, singular ou plural, acompanhado de determinantes e/ou modificadores diversos à esquerda ou à direita do núcleo.

A análise efetuada em Saraiva (1997) focalizou os aspectos sintáticos e semânticos de estruturas como as de (1) e (2), procurando aproximá-los dos casos de **incorporação nominal** típica, fenômeno bastante recorrente nas línguas polissintéticas, conforme as investigações de Baker (1988), Givón (1984; 2001a) e Velázquez-Castillo (1995), dentre outros, nos revelam.

Nessas línguas, o aspecto morfológico é um dos mais salientes na IN, uma vez que há a formação de um **vocábulo complexo** a partir da incorporação da raiz nominal (destituída de todos os morfemas nominais característicos) à raiz verbal, acrescida das flexões verbais previstas na língua.

Em português, apesar de não existir a incorporação morfológica, há uma série de propriedades sintáticas e semânticas do SN nu objeto (além do comportamento discursivo-pragmático a ser discutido mais adiante) que nos autorizam a identificar o fenômeno da IN em exemplos como (1) e (2).

Dessas propriedades, neste momento, interessa-me principalmente o seguinte aspecto sintático: o SN nu objeto apresenta uma certa rigidez de colocação, favorecendo a posição adjacente ao verbo como a única natural para sua ocorrência. Verifique-se, por exemplo, a “estranheza” das construções (3) e (4), em que o objeto se afasta do verbo pela intercalação de outros constituintes:

- (3) *Fui buscar no colégio **menino**.
- (4) *Minha empregada passa rapidamente **roupa**.

Quanto à interpretação do SN nu objeto, em Saraiva (1997), a rotulação **objeto incorporado** foi utilizada exatamente para captar a leitura típica desse constituinte, a qual foi descrita com base numa série de traços semânticos.

Para os propósitos deste texto, no entanto, basta-me caracterizar a interpretação desse SN como **não-referencial**, no sentido de Liberato

(1997) e Du Bois (2001a). Em outras palavras, o objeto das construções em pauta é interpretado como um conceito, isto é, à luz do conjunto de atributos que definem sua classe, e não a partir das entidades portadoras de tais atributos. Assim, explora-se a intensão do nome e não sua extensão.

Verifica-se ainda que, nessas construções, **V + SN** objeto passam a formar um todo semanticamente coeso, a traduzir uma idéia unitária. Em outros termos, **V + SN** passam a designar um tipo de ação ou processo, à semelhança do que ocorre nas línguas polissintéticas. Eis, então, o que se pode denominar função subclassificadora do nome em relação ao verbo. Atente-se, por exemplo, para o comentário de Tozzer sobre os casos de IN em maia: “(...) a raiz verbal se combina com um objeto tão intimamente que a **idéia global é, em si mesma, considerada como uma ação (...)**” (Tozzer, 1997, p. 66. Destaque meu). Ou ainda para o de Velázquez-Castillo quanto ao guarani: “(...) a incorporação serve antes ao propósito de **caracterizar ou descrever o tipo de atividade** do que narrar um evento real que envolve um objeto específico”. (Velázquez-Castillo, 1995, p. 567. Ênfase minha.)

Como ilustração desse aspecto em português, observe-se que, em (2), a expressão **buscar menino** é interpretada como uma ação diferente de **levar menino, passar roupa, comprar carro, viajar, nadar** etc.

Identificadas as estruturas com objeto incorporado em português, a seguir objetiva-se retomar sua análise sob o prisma da abordagem cognitivo-funcional. Desse modo, nas próximas seções, os atributos característicos da IN serão reexaminados, considerando-se a ocorrência desse tipo de construção nos discursos efetivamente produzidos, conforme se espera de uma investigação baseada nessa abordagem.

Referencial teórico e metodológico

A abordagem cognitivo-funcional

Os princípios cognitivo-funcionais da vertente norte-americana dos estudos linguísticos nortearão a pesquisa a ser relatada nas próximas

seções. De um modo especial, vou-me beneficiar das idéias de Du Bois (1985; 2001a, b; 2003) em seus modelos **Discurso e Gramática e Sintaxe Dialógica**; da noção de **acessibilidade**, presente nos textos de Ariel (1999; 2001); do conceito de **construção** tal como formulado por Taylor (1995; 1998) e Langacker (2000); e, principalmente, da crença na natureza **prototípica** dos fatos lingüísticos, conforme advogada, dentre outros, por Givón (1995; 2001a, b), Hopper e Thompson (1980) e Taylor (op. cit.).

Como a maioria desses trabalhos tem ampla divulgação entre os lingüistas brasileiros, nesta parte vou-me ater a algumas considerações básicas para a exposição a seguir. Nesse sentido, convém ressaltar a íntima conexão entre gramática e discurso, advogada, por exemplo, na seguinte passagem:

Grammar codes, simultaneously, both propositional semantics and discourse coherence (pragmatics). This is indeed one of the most baffling facts about grammar-as-code: Although it is located (...) in the clause, its functional scope is **not** primarily about the propositional information couched in the clause in which it resides. Rather, grammar is predominantly about the coherence relations between the propositional (clause) and its wider discourse context. (Givón, 2001b, p.14-15)

Também Du Bois (2003), em seu texto “Discourse and Grammar”, deixa claro que refuta a dicotomia tradicional entre discurso e gramática, assim como rejeita a concepção de que haja um fosso intransponível entre eles. Definindo discurso natural como “qualquer instância autêntica do uso da língua em todas as suas manifestações” (op. cit., p. 52), o modelo seguido pelo lingüista cria elos produtivos entre discurso e gramática. Procura mostrar que o discurso espontâneo, à primeira vista considerado, dentre essas duas entidades, a mais livre, menos restringida e sem regras, incorpora algumas das tendências mais regulares, estáveis e difundidas translingüisticamente. “E esses padrões bem fundados no discurso têm o poder de moldar os verdadeiros alicerces da gramática”, afirma o autor (op. cit., p. 82).

Outro aspecto teórico presente na obra dos lingüista acima citados, subsídio fundamental para este trabalho, é a noção de **protótipo** e o

reconhecimento de que as categorias lingüísticas não são discretas e estanques, mas admitem sobreposições e outros efeitos prototípicos.

Taylor (1998), por exemplo, analisa uma série de construções que evidenciam a superioridade de uma abordagem que incorpore a noção de protótipo no tratamento das entidades lingüísticas sobre uma abordagem que adote a concepção clássica de categorização. Por ora, convém citar a seguinte passagem do texto mencionado:

Constructions are complex entities, which need to be characterized simultaneously from various perspectives – the parts of which they are composed, the configuration of the parts, the contribution of the parts to the overall meaning of the construction, the semantic, pragmatic, and discourse value of the construction, and so on. (...) Precisely because of their complexity, constructions are liable to give rise to prototype effects. An expression may fully match all the specifications of the construction; in this case, it will count as a central, or prototypical instance of the construction. Alternatively, it may match only some of the construction's specifications – in which case, it will turn out to be more marginal instance of the construction. (Taylor, 1998, p. 191-192)

As estruturas com incorporação nominal em português, enquanto instâncias de um tipo de construção dessa língua, também apresentam efeitos prototípicos, como a análise da terceira parte deverá revelar. Porém, antes de se proceder a esta análise, alguns esclarecimentos de natureza metodológica se fazem necessários.

Coleta e catalogação dos dados

Os dados desta pesquisa foram obtidos em oito narrativas orais espontâneas, versando sobre temas diferentes e produzidas por falantes do português do Brasil, nascidos e educados na Grande Belo Horizonte, com formação universitária completa ou em andamento.² Sua transcrição

² Maiores esclarecimentos sobre a metodologia de coleta e transcrição dessas narrativas podem ser obtidos em Saraiva (2001).

seguiu as sugestões do Projeto NURC/SP-1986, com algumas poucas alterações.

Foram arrolados sessenta e sete (67) casos de OI. Porém a identificação e catalogação dessas ocorrências suscitaram algumas questões. A seguir, apresento as decisões que foram tomadas.

O primeiro esclarecimento que se faz necessário é que foram consideradas todas as menções de OI, mesmo as repetidas, uma vez que, sob a perspectiva discursivo-pragmática, cada repetição detectada teve sua razão de ser. Examine-se, por exemplo, o seguinte excerto:

- (5) ... e eu fiquei assim sem saber ... porque era varredor de rua ... parecia assim varredor ... com uniforme azul ... e aí me falaram que ... podia ser presidiário ...
/PRESTANDO SERVIÇO/
prestando serviço lá ... (N.I)

Neste trecho, a primeira menção da construção com OI – /PRESTANDO SERVIÇO/ – é feita pelo interlocutor, que cooperativamente complementa a fala anterior do narrador. Esse, por sua vez, aceita a interferência e a confirma, retomando seu turno com a repetição dessa estrutura.

(5) é um bom exemplo para ilustrar, ainda, a construção distributiva do discurso, tal como entendida por Du Bois (2001b). Segundo esse lingüista, o discurso espontâneo (inerentemente dialógico) é construído cooperativamente por todos os interlocutores envolvidos, distribuindo-se cognitivamente entre todos eles.

Outro fato a ser observado é que, nos casos de **reparo**, como se vê em (6), só as estruturas “corrigidas” foram catalogadas:

- (6) ... então ... teve uma época que eu tava sem empregada ... aí ... eu pendurava **lavava::roupa pendurava::roupa** ... (N.I)

Foram excluídos da catalogação os casos de verbo **ter apresentacional** acompanhado de SN nu.³ Em favor dessa decisão, repare-se

³ Devo esta sugestão a Maria Luíza Braga e Mário Martelotta.

que, no exemplo (7) abaixo, há a retomada do objeto de **ter** numa outra construção apresentacional, caracterizada por **verbo intransitivo + sujeito posposto**, revelando assim a semelhança funcional entre os dois tipos de estrutura:

- (7) ... teve o intervalo pro lanche ... não sei se de quinze ou vinte minutos ... QUANdo nós voltamos do recreio já **teve prova** ... já **veio prova** ... (N. VII)

Quanto às expressões com nomes em língua estrangeira, foram desconsideradas aquelas cujos nomes não fazem parte do léxico do português. Porém casos como *pizza*, *short* etc., já incorporados ao nosso vocabulário, foram catalogados.

À semelhança da decisão tomada em Saraiva (1997), também para esta pesquisa foram excluídos os casos de SN nu objeto que integram **expressões idiomáticas**, isto é, expressões cujo significado não é composicional, mas só pode ser captado “em bloco”, **metaforicamente**.⁴ Tais lexias, diferentemente das construções produtivas, devem ser listadas no léxico.

Todavia, com referência a esse aspecto, não se pode perder de vista a observação de que “(...) idiomaticity is a matter of degree”,⁵ nem a consideração de Langacker (2000, p. 122) sobre a existência de um contínuo entre **léxico e gramática**. Assim, entre as **construções produtivas**, criadas pelo falante no momento do discurso, para atender às suas intenções comunicativas, à perspectiva sob a qual deseja apresentar o evento, e as **lexias**, expressões já prontas, das quais o falante apenas se apropria, há um espaço preenchido por construções que apresentam diferentes graus de convencionalidade, de previsibilidade, conforme atestado pelos seguintes exemplos:

⁴ Para um detalhamento dos critérios usados para distinguir construções idiomáticas de construções produtivas, consulte-se Saraiva (1997).

⁵ Taylor (1998, p. 200, nota 9).

- (8) [...] / CÊ VAI TENTAR **TIRAR CARTEIRA?**/ (N. VI)
- (9) ... na hora que nós descemos no aeroporto ... [...] e éh:: ... nós ... **levamos susto** ... (N. III)
- (10) ... várias pessoas se banhavam ... estavam lá **pegando sol** ... usando bronzeador ... fazendo sua batucada ... comendo a sua farofa ... (N. V)

Logo, dentre as construções convencionais, somente as **expressões idiomáticas**, com interpretação nitidamente metafórica – como **dar bola** (no sentido de “paquerar”), **pentear macaco** (expressão de xingamento) etc. –, não integraram o elenco de dados desta pesquisa.

Enumeradas as questões relativas aos procedimentos metodológicos, na próxima parte procedo à análise efetiva das estruturas com IN em português.

O objeto incorporado sob a perspectiva cognitivo-funcional

Nas seções a seguir, retomo o estudo das construções com objeto incorporado em português, analisando-as com base nos princípios cognitivo-funcionais apresentados na seção anterior. Uma série de questões serão levantadas com o intuito de guiar os próximos passos da pesquisa.

Atributos do nome e do verbo das construções com IN

A primeira indagação a ser apresentada concerne à **forma do nome** nas construções em apreço: a interpretação incorporada é exclusiva de SNs nus com o núcleo na sua forma básica? Ou há possibilidade de leitura incorporada também com nomes no plural?

Embora nas línguas polissintéticas a incorporação morfológica se dê com a raiz nua, destituída de todos os morfemas nominais previstos na língua, nada impede que o português tenha um comportamento diferente, já que nessa língua existe apenas a incorporação sintático-semântica e não a morfológica.

Além disso, deve-se levar em conta que a marca morfológica de plural nem sempre está associada à noção semântica de pluralidade. Tipicamente, há a correspondência entre as flexões de número e sua representação, como afirmam Dubois et al. (1978, p. 437): “No interior dos nomes contáveis, o número opõe a representação de um ‘objeto’ individualizado, isolado (singularidade), à representação de mais de um objeto individualizado (pluralidade).”

Todavia pode acontecer o uso do plural como uma variante estilística do singular, não marcando a oposição semântica de número. Ainda pode-se aventar a hipótese de haver incorporação de nomes com marcas de plural, assinalando pluralidade.

Essas alternativas mencionadas com relação à **forma do nome incorporado** vão constituir o primeiro parâmetro a ser investigado. Abaixo retomo-as em (A), ilustrando-as em seguida com dados extraídos do *corpus*:

A) Forma do nome incorporado

- forma singular neutra para a oposição semântica de singularidade x pluralidade (representada por **a**)
- forma singular marcando singularidade (representada por **b**)
- forma plural neutra para a oposição singularidade x pluralidade (representada por **c**)
- forma plural assinalando pluralidade (representada por **d**)

A alternativa **a** pode ser ilustrada pelo seguinte exemplo:

- (11) ... enTÃO começou aquela confraternizaÇÃO:: ... elas **deram presente** pra e::les ... (N. II)

Não foi encontrado nenhum caso de objeto incorporado que se enquadrasse na segunda alternativa. Já o uso da forma plural neutra para a interpretação de pluralidade x singularidade é exemplificado em (12):

- (12) ... porque ele cismou ... agora ele anda **fazendo ciúmes** em mim ... (N. I)

Quanto à quarta possibilidade, no *corpus* examinado o dado a seguir é o único a ilustrá-la:

- (13) ... a minha amiga até tá se juntando ao a:: ao ao Instituto Patrimônio HistÓ::rico e mais ainda a Anda ... que defende o ambienn::te ... **organizando comissões** ... lá na ciDA::de ... (N. VII)

Categorizados os dados de OI com referência ao parâmetro (A), chegou-se aos resultados da tabela I:

Forma do nome	Número de menções	%
a	59	88
b	0	0
c	7	10
d	1	2
Total	67	100

TABELA I

A quantificação acima registrada nos revela que, à semelhança do que ocorre nas línguas polissintéticas, também em português há preferência maciça para a IN de nomes destituídos das marcas flexionais previstas na língua. Apenas 8 casos em 67 apresentam marcas de plural, sendo que, para sete desses, o uso do plural ou singular é indiferente, já que o plural não representa pluralidade.

Esse resultado não surpreende, ao contrário, harmoniza-se com a expectativa de que o processo da IN envolve nomes que se apresentam como exemplares atípicos de sua categoria, como membros periféricos da classe. Espera-se, pois, que as alternativas **b** e **d** sejam mais freqüentes com SNs típicos, referenciais, ou seja, aqueles usados para introduzir ou retomar entidades no discurso, conforme asseverado por Du Bois (2001a, p. 31): “Noun phrases are labeled referential forms because they are of a type **typically** used to refer, not because they always refer”. (O destaque é meu)

O caráter atípico desses itens ainda é apoiado pelas idéias de Hopper e Thompson (1984), já que os nomes considerados não se manifestam na plenitude de sua “nominalidade”, conforme entendida por esses autores.

Em síntese, a investigação referente ao parâmetro (A) demonstrou a possibilidade de ocorrência das alternativas **c** e **d** quanto à forma do nome, embora a forma singular neutra para a expressão semântica do número seja a privilegiada.

A segunda indagação a ser feita diz respeito aos traços semânticos do nome incorporado. Em Saraiva (1997), a análise de dados de introspecção revelou a possibilidade da interpretação incorporada com nomes tanto inanimados como animados ou humanos. Nos discursos efetivamente produzidos, há predomínio de alguma dessas alternativas? O parâmetro (B), que segue abaixo, registra essa questão:

B) Traços semânticos do nome incorporado

- humano (representado por **e**)
- animado (representado por **f**)
- inanimado (representado por **g**)

Os traços acima são exemplificados, respectivamente, pelos dados de (14) a (16):

- (14) ... a história inicial era uma coleção de bichos de alguém ... mas enfim todo mundo lá **conhecia caçador** e:: ... conhecia o Seu Zito ... (N. VIII)
- (15) ... bom no final o Seu Zito até confessou que a Bahia num era mestra ... [...] aquele cachorro que ensina os outros a **caçar onça** ... (N. VIII)
- (16) ... enTÃO começou aquela confraternizaÇÃO:: ... elas **deram presente** pra e::les ... (N. II)⁶

A tabela II responde à pergunta apresentada quanto aos atributos semânticos do objeto incorporado. Observe-se:

⁶ Apesar de esse exemplo já ter sido usado anteriormente, aqui recebe nova numeração, para facilitar a referência neste momento. Esse procedimento será adotado com todos os exemplos repetidos a partir desta seção.

Traços semânticos do N	Número de menções	%
Humano (e)	1	2
Animado (f)	3	4
Inanimado (g)	63	94
Total	67	100

TABELA II

Em II se lê que 94% dos objetos incorporados examinados apresentam o traço **inanimado** como um de seus ingredientes semânticos. Todavia não se pode excluir a existência de IN com nomes **animados** ou **humanos**, embora na amostra a percentagem seja ínfima.

A terceira questão desta parte diz respeito às propriedades de seleção semântica dos verbos das construções em foco. Em Saraiva (2001), a análise efetuada revelou que nem todas as possibilidades comprovadas empiricamente com dados de introspecção se manifestaram no discurso oral espontâneo, ou seja: não houve, por exemplo, casos de IN com verbos que selecionam objeto com a interpretação de **experenciador**, **beneficiário** ou **locativo**.⁷ Só foram encontrados exemplos de OI com verbos que selecionam os papéis semânticos **paciente**, **resultativo** e **objetivo** para seu complemento.

Retomando a investigação deste aspecto nas narrativas que constituíram o *corpus* desta pesquisa, observou-se que as constatações de Saraiva (2001) foram confirmadas. O parâmetro (C), abaixo, registra os atributos concernentes às propriedades de seleção semântica dos verbos detectados no *corpus*:

C) Propriedades de seleção semântica do verbo relativas à posição de objeto:

- objeto **paciente** (representado por **h**)
- objeto **resultativo** (representado por **i**)
- objeto **objetivo** (representado por **j**)

⁷ Os papéis semânticos aqui mencionados são entendidos de acordo com Whitaker-Franchi (1987).

Esses atributos vêm ilustrados, respectivamente, pelos dados de (17) a (19):

- (17) ... não tinha McDonald's ... nem Burger King ... nem nada ... aí então fui experimentar **comer pizza** ... (N. III)
- (18) ... você tem também uma pessoa que canta algumas músicas folclóricas do Chile ... outro que **conta piadas** ... MUITO interessante ... (N. III)
- (19) sua vida é boa né? cê não trabalha não faz nada ... /NADA/ ((risos)) só fica **vendo filme?** (N. VI)

Atente-se, a seguir, para a Tabela III, que registra os resultados obtidos:

Papel semântico	Número de ocorrências	%
Paciente (h)	19	28
Resultativo (i)	5	8
Objetivo (j)	43	64
Total	67	100

TABELA III

A tabela III demonstra a maior incidência (64%) de IN com verbos que selecionam o papel **objetivo** para seu complemento direto. Isso significa que os verbos cujos complementos não são afetados nem resultam de processos ou ações construtivos favorecem a IN em português.

Contudo é conveniente que se esclareça, com relação a esses resultados, que a noção de **todo semântico** obtida entre V+SN, nos casos de IN, se sobrepõe à função semântica do complemento. Em outras palavras, a propriedade **modificadora, subclassificadora** do nome em relação ao verbo, comentada na Introdução, fica em primeiro plano neste tipo de estrutura, obscurecendo a relevância do papel semântico atribuído pelo verbo.

Comportamento discursivo-pragmático do OI

Esta seção tem por objetivo examinar, no português, uma característica da IN freqüentemente apontada na literatura referente às línguas polissentéticas: a **não** proeminência discursivo-pragmática dos nomes incorporados, sua ausência de relevância e persistência tópica.

Em Saraiva (1997), os dados de introspecção analisados apontaram para a estranheza de estruturas como as abaixo:

- (20) a) *Fui buscar **menino**_i no colégio às cinco horas mas **ele**_i não estava lá.
- b) *Fui buscar **menino**_i no colégio às cinco horas mas não **o**_i encontrei.

Este comportamento do SN nu objeto foi caracterizado, na ocasião, com o traço abreviado como [-Pr], significando a não possibilidade de sua retomada por pronome pessoal (nominativo ou acusativo) de mesmo gênero e número do SN.

Tal traço do OI em português, no entanto, relaciona-se a um aspecto mais amplo de seu comportamento discursivo-pragmático, conforme a investigação iniciada em Saraiva (2001) procurou revelar. Neste texto, retomo a análise desse aspecto, apoiando-me em autores como os abaixo citados.

Observe-se, por exemplo, o seguinte comentário de Velázquez-Castillo quanto à IN no guarani:

(...) a incorporação tem a função comunicativa de sinalizar ausência de topicalidade discursiva e/ou proeminência do nome incorporado. (...) a incorporação nominal interage com outros recursos formais (...) para sinalizar ausência de proeminência ou topicalidade discursiva. (Velázquez-Castillo, 1995, p. 557)

Também Givón, em vários de seus trabalhos, alerta para o fato de que a IN é um dos recursos de que as línguas dispõem para o “rebaixamento” ou “demonção do *status*” de objeto direto dos itens que se enquadram numa destas situações: são previsíveis, estereotipados

ou não-referenciais e topicamente não-relevantes.⁸ Em outras palavras, trata-se de objetos atípicos, que não introduzem nem retomam participantes do discurso.

Como se sabe, para Givón,⁹ os argumentos das proposições se apresentam numa hierarquia segundo seu grau de importância na comunicação. Os tópicos mais relevantes manifestam-se através da **continuidade**, isto é, aparecem em cadeias de orações equi-tópicas. São elementos recorrentes, retomados no discurso subsequente à sua menção.

Há a considerar ainda que, embora a posição de sujeito seja a privilegiada para o rastreamento dos participantes de maior relevância na comunicação, na hierarquia de topicalidade fornecida por Givón, a posição de objeto direto ocupa o segundo lugar em importância.

Logo, para esse lingüista, demover o *status* de objeto direto de um constituinte, codificando-o como objeto atípico, é uma maneira de sinalizar sua **não** proeminência comunicativa.

Du Bois também comunga de idéias semelhantes a essas em alguns pontos. Em sua conferência “Referring as dialogically distributed cognition”,¹⁰ o autor chama a atenção, mais uma vez, para o fato de que o falante, ao usar um objeto incorporado, não-referencial, está fornecendo uma pista para seu interlocutor de que não precisa abrir um arquivo cognitivo (*cognitive file*) para futuras referências a esse SN.

Para ele, a maior evidência da referencialidade de um SN é a possibilidade de seu rastreamento (*tracking*) no texto subsequente à sua menção, principalmente na posição de sujeito. “Subject promotes referentiality”, afirma o lingüista.

Mas o que, precisamente, Du Bois entende por referencialidade, SN referencial e não-referencial? No início da palestra aqui comentada, **referente** é definido como “a linguistically constituted framework for the dialogically distributed cumulation of predicational information” (Du Bois, 2001a, p. 2). Com essas palavras, o lingüista quer deixar claro

⁸ Cf. Givón (1984, p. 137 e 388 ss) e (1990, p. 900 ss).

⁹ Cf. Givón (1995, p. 46).

¹⁰ Conferência proferida por ocasião do LSA, em 9/7/2001. As citações abaixo são do texto fornecido para acompanhar a palestra.

que o referente não se identifica com “as coisas do mundo” nem com “os conceitos das coisas do mundo”. Trata-se, antes, de um arquivo cognitivo criado no discurso, ao qual predicacões podem ser acumuladas distributivamente, isto é, por todos os interlocutores envolvidos. “The first criterion of successful Reference”, comenta, “is correspondence between dialogic participants’ cognitive frameworks, not correspondence with the world”. (id, p. 18)

Continua afirmando também:

(...) We Refer primarily in order to cumulate predicational information collaboratively, through the dialogically distributed cognitive process of Identification (and its negative counterpart Non identification).

An expression is **Referential** to the extent that it makes sense for interlocutors to try to *Identify* its Referent, that is, to try to jointly cumulate multiple predications in a single Distributed Cognitive File.

A **Non-Identifiable** referential expression directs the addressee **NOT** to cumulate the current predicational content in any existing Distributed Cognitive File, but to initialize a new Distributed Cognitive File containing only the current predicational content.

An **Identifiable** referential expression directs the addressee to cumulate the current predicational content in the unique Distributed Cognitive File which is intended by the speaker, and whose identity is fixed by prior predicational content. (id. ib.)

Du Bois apresenta, ainda, dois princípios, duas máximas e os seguintes corolários deles decorrentes:

Referential Maxims

Principle	Maxim	Corolaries
Discrimination	Don't lump information	• Discriminate referents, if identity is salient
Cumulation	Don't strand information	• Don't initiate new Distributed Cognitive File if appropriate one exists • Don't discriminate referents, if identity is not salient • Don't treat relational information as autonomous

(Fonte: Du Bois, 2001, p. 19)

Embora a citação seja longa, julgo-a necessária para deixar bem clara a noção, tantas vezes repetida pelo autor, de que um SN referencial é, potencialmente, destinado a ser retomado no discurso subsequente. Já SNs não-referenciais, como é o caso do OI, não abrem arquivos cognitivos destinados a acumular predicções a seu respeito.

Como evidências da não-referencialidade de um SN, Du Bois sugere que se atente para as seguintes características:

1ª) **Indiferença à definitude** (*definiteness insensitivity*)

A segunda menção do nome, se a houver, não é sensível à primeira: mantém-se a mesma forma da primeira menção.

Como exemplo dessa situação no português, examine-se este dado:

- (21) ... e a partir daí ... não **DEu** mais **sossego** ... mais ele não **dava sossego** MES::mo ... era aborrecimento seguido ... e ... sempre queria conversar comigo ... (N. I)

Em (21), **sossego** ocorre duas vezes no mesmo contexto de objeto incorporado, ou seja, a segunda menção não é um SN definido, como se espera que aconteça nos casos de SN referencial.

2ª) **Indiferença ao número** (*number insensitivity*)

Essa característica já foi devidamente analisada na seção anterior, com relação à forma do nome incorporado (Parâmetro A). Recorde-se, por exemplo, o dado abaixo repetido:

- (22) ... porque ele cismou ... agora ele anda **fazendo ciúmes** em mim ... (N. I)

Nesse contexto, tanto faz o uso singular ou plural do SN grifado, uma vez que, em ambas as situações, a forma do nome continua “insensível”, neutra para a expressão semântica de singularidade x pluralidade.

Por último Du Bois apresenta o seguinte atributo:

3ª) **Indiferença à pronominalização** (*pronominalization insensitivity*)

Com os SNs referenciais, espera-se que menções subseqüentes à primeira ocorram na forma de SNs definidos, anáforas zero ou pronominais. Essas últimas são as favorecidas no caso de retomada de referentes proeminentes e bem acessíveis (no sentido de Ariel (1999; 2001)), sobretudo na posição sintática de sujeito.

Já com SNs não-referenciais a expectativa é diferente: não se espera a pronominalização de menções posteriores à primeira. Além do dado (21) e dos dados de introspecção de (20), o exemplo a seguir também ilustra essa característica:

- (23) [...] é que a mulher era colaboradora do colégio que **dava dinheiro** para o colégio e tal e que NÃO ia **dar** mais **dinheiro** ... (N. VI)

Com base nos trabalhos de Velázquez-Castillo, Givón e Du Bois, acima citados, espera-se que, também em português, o objeto incorporado, enquanto SN não-referencial, tenha um comportamento discursivo-pragmático condizente com as idéias expostas.

Para a análise desse aspecto no português, foram formulados os parâmetros (D) e (E), que passo a examinar:

D) *Status* informacional

E) Continuidade no discurso subseqüente à ocorrência do nome

O parâmetro (D) focaliza o *status* informacional do nome incorporado, isto é, seu caráter de constituinte **novo** ou **dado** no discurso. Tendo em vista, contudo, que a noção de dadidade não é discreta mas, como outras noções aqui tratadas, comporta diferentes graus de acessibilidade (Cf. Ariel (2001)), preferi adotar esse último termo, com algumas adaptações ao sentido usado por Ariel, considerando dois graus de acessibilidade: o atributo **intermediariamente acessível** e o atributo **muito acessível**. Na realidade, a rotulação escolhida não é o mais relevante, mas sim o reconhecimento de que essa categorização, como qualquer outra que se faça, pressupõe uma boa dose de abstração com referência ao comportamento efetivo dos dados examinados.

Para os efeitos da presente análise, todavia, julguei ser satisfatória a seguinte formulação dos atributos de (D):

D) *Status* informacional

- O nome é **novo**:
 - não foi mencionado previamente no discurso. (Esta alternativa será representada por **I**)
- O nome é **intermediariamente acessível**:
 - foi mencionado anteriormente, no mesmo episódio, como objeto incorporado;
 - **ou** não foi mencionado, mas é passível de ser recuperado de um *frame* no mesmo episódio;
 - **ou** foi mencionado em episódio anterior ao focalizado. (Esta alternativa será representada por **m**)
- O nome é **muito acessível**:
 - foi introduzido ou retomado anteriormente na posição de **sujeito, objeto direto pleno e objeto indireto** (isto é, argumentos nucleares), no **mesmo episódio**. (Esta alternativa será representada por **n**)

Para ilustrar as alternativas do *status* informacional do objeto incorporado, apresentam-se os exemplos que se seguem. O traço **novo**, atribuído aos SNs nus objetos que se caracterizam como primeira menção no discurso, se aplica a (23):

(23) [...] agora ele anda **fazendo ciúmes** em mim ... (N. I)

O traço **intermediariamente acessível** foi atribuído, conforme acima comentado, a toda gama de casos intermediários entre o *status novo* e o extremo da **acessibilidade**. As maiores dificuldades na categorização, como é de se esperar, surgiram com relação a esses casos intermediários. Como bem salienta Ariel (2001), a noção de acessibilidade é escalar e bastante complexa, envolvendo outros fatores, além da “distância” entre as menções. Concordando com Du Bois, Ariel realça, dentre esses outros fatores, a posição sintática do elemento em foco.

Procurando levar em conta tais ponderações na descrição dos dois graus de acessibilidade do nome incorporado, considere, além da noção de **frame** e de **distância** (mesmo episódio ou não), a **função sintática** do nome mencionado, conforme se verifica na formulação dos atributos **m** e **n**.

Para ilustrar o traço descrito como **intermediariamente acessível**, considerem-se os seguintes exemplos:

- (24) ... e a partir daí ... não DEu mais sossego ... mas ele não **dava sossego** MES::mo [...] (N. I)
- (25) ... e aí me falaram que ... podia ser persidiário ...
/PRESTANDO SERVIÇO/
prestando serviço lá ... (N. I)

Os nomes das expressões em negrito foram enquadrados na alternativa **m** do parâmetro (D), por já terem sido mencionados como objetos incorporados nas construções precedendo as destacadas.

Há diferenças entre (24) e (25) que não foram consideradas para os efeitos desse parâmetro: em (24), a repetição da estrutura **V + OI** é feita pelo próprio narrador. Já em (25), há a retomada de uma expressão introduzida pelo outro interlocutor. Contudo, estendendo-se a noção de construção distributiva do discurso (Du Bois, 2001a, b) aos dados em tela, pode-se afirmar que, para o caráter de acessibilidade desses objetos, as diferenças citadas não devem contar.

Observe-se, ainda, o exemplo (26):

- (26) [...] na primeira alfândega na primeira parada que nós fizemos que:: foi no parque Nahuel Huap [...] a gente teve que mostrar o passaporte para poder sair do país [...] e:: nós chegamos até à alfândega chilena pra gente mostrar ... apresentar bagagem ... ter que abrir ... aquele processo todo e **mostrar passaporte** ...¹¹ (N.III)

Também a expressão **mostrar passaporte** de (26) foi arrolada na segunda alternativa de (D), já que a primeira menção do nome

¹¹ A notação [...] significa corte na narrativa, efetuado por mim para efeitos de exemplificação. Logo, entre os episódios considerados em (26), há um corte desta natureza.

passaporte se deu num episódio anterior ao focalizado, como núcleo de um objeto direto pleno. É interessante observar ainda, nesse exemplo, a “indiferença à definitude”, realçada por Du Bois: o objeto incorporado é indiferente à primeira menção definida do nome, o que comprova seu caráter não-referencial. O alvo de interesse, nesse caso, não é o “passaporte” em si mesmo, mas a enumeração das atividades rotineiras em alfândegas que foram praticadas pelos personagens principais, codificados como sujeitos das estruturas.

Ainda foi categorizado como **intermediariamente acessível** o OI abaixo grifado, já que o nome “trabalho” pode ser recuperado do *frame* de “trabalhar”, mencionado no mesmo episódio:

- (27) ... mudei-me pra CÁ ... com a intenção de prosseguir os estudos ... e ... trabalhar também ... só que cheguei aQUI ... só **achei traBAIho** ... ((riu)) estudar mesmo que era bom eu NÃO consegui prosseguir mas de jeito nenhum ... (N. VII)

Para ilustrar o terceiro atributo de (D), nome **muito acessível**, forneço o seguinte exemplo:

- (28) ... MAS no que o dia amanheCEU ... tomei logo um táxi ... fui diREto pra faculdade ... cheguei LÁ ... a aula já Tinha comeÇAdo ... aí entrei pra sala ... **assisti aula** ... e:: ... como eu tinha planejado na hora do almoço eu arrumei lugar pra ficar ... (N.VII)

Em (28), a primeira menção de **aula** se dá na posição de sujeito, representado por um SN referencial e definido, no **mesmo episódio** em que, posteriormente, ocorre a menção incorporada do nome.

Ilustradas as alternativas quanto ao *status* informacional do objeto incorporado, na tabela IV, abaixo, registro os resultados obtidos nas narrativas:

Status informacional	Número de menções	%
Novo (l)	40	60
Int. acessível (m)	24	36
Muito acessível (n)	3	4
Total	67	100

TABELA IV

O que esses números nos sugerem vem ao encontro das expectativas sobre o comportamento discursivo-pragmático do OI em português, tal como comentado no início desta seção. Predominam os casos em que o nome aparece pela primeira vez no discurso na condição de OI, cumprindo uma função subclassificadora em relação ao verbo, conforme já visto.

O caso extremo da acessibilidade do nome ocorre numa percentagem ínfima e os exemplos de acessibilidade intermediária também se caracterizam por uma percentagem intermediária.

Há ainda duas considerações que devem ser feitas com referência à tabela IV: em primeiro lugar, esses resultados (assim como os das tabelas anteriores) evidenciam a inadequação de um tratamento monolítico, à maneira da categorização clássica, dos fatos lingüísticos e, de um modo especial, da construção com objeto incorporado. Embora os nomes incorporados sejam predominantemente **novos** (como é de se esperar, uma vez que não têm a função de codificar participantes do discurso, mas de subclassificar o verbo), não se pode considerar esse atributo como indispensável para a caracterização do *status* informacional do SN no objeto. Conforme se lê em IV, há 40% de ocorrências desses SNs que não são primeira menção. Em outras palavras: há a possibilidade de se retomar um SN já mencionado (mesmo que seja um SN referencial) e de se optar por um uso não-referencial dele.

Em segundo lugar, convém realçar que os fatos acima ainda fornecem comprovação empírica para a seguinte posição de Du Bois: a escolha da forma do SN (não-referencial, referencial indefinido ou definido, por exemplo) é, em princípio, imprevisível e dependente das intenções comunicativas do falante. Trata-se de "(...) linguistic pragmatic processes constituted by the speakers, in accordance with his/her intention to communicate with other discourse participants, via conventions of language/grammar". (Du Bois, 2001b, p. 18)

Atente-se, a seguir, para o parâmetro (E) – **continuidade no discurso subsequente à ocorrência do nome**. (E) refere-se à possibilidade ou não de a estrutura com OI criar um *frame* propício à retomada do SN.

O caso típico, conforme os demais atributos do constituinte em apreço sugerem, é aquele em que **o nome não é retomado** (*tracked*, no sentido de Du Bois) no discurso subsequente. O extremo atípico, com referência a esse parâmetro, seria ilustrado pelos casos em que a construção **V + OI** seria considerada como base para um posterior uso referencial do SN, na posição de sujeito ou tópico principal da sentença, tal como entendido por Pontes (1987) ou Taylor (1995, p. 217): “What the sentence is about”. O que seria de se esperar menos ainda, quanto a esse aspecto, seria a possibilidade de haver uma retomada do nome incorporado através de um sujeito pronominal ou elíptico.

Todavia, à semelhança do que foi observado com relação aos traços de (D), os dados mais difíceis de serem categorizados com relação ao parâmetro (E) são aqueles situados na posição intermediária entre os dois extremos acima mencionados.

Antes de passarmos à ilustração dessas alternativas, vamos sintetizá-las abaixo:

G) Continuidade no discurso subsequente à ocorrência do nome incorporado:

- O nome não é retomado no discurso subsequente. (Representado por **o**)
- O nome é retomado:
 - **mas** mantém a condição de objeto incorporado;
 - **ou** apresenta-se como um participante secundário e efêmero (cf. Givón, 1995 e Du Bois, 2003), aparecendo em posições diferentes do sujeito. (Representado por **p**)
- O nome é retomado como SN lexical na posição de sujeito/ tópico, no mesmo episódio. (Representado por **q**)
- O nome é retomado por anáfora zero ou pronominal na posição de sujeito, no mesmo episódio. (Representado por **r**)

Como exemplo do primeiro atributo de (E), apresenta-se (29), cujo nome incorporado aparece uma única vez na narrativa em exame, não servindo de base para retomadas subsequentes:

(29) ... eu tenho aquela sensação que ele não **toma banho** ... (N. I)

A retomada do nome como objeto incorporado, isto é, mantendo sua não-referencialidade e a função subclassificadora com relação ao verbo, é exemplificada em (30), além de outros exemplos citados anteriormente:

(30) ... eu tive que **fazer cesariana** porque:: ... aINda continuou:: ... com dois cenTÍmetros de dilatação ... fui:: ... **fiz cesariana** ... ela éh ... nasceu Ótima ... (N. IV)

Dados como os de (29) e (30) não oferecem dificuldade para a classificação. Por outro lado, a categorização de exemplos como o que se segue já se mostra menos tranqüila. Considere-se:

(31) [...] aí eu pendurava **lavava::roupa pendurava::roupa** ... e como eu acho o varal mui::to pesado que qu'eu fazia ... invés de pôr **a roupa** no varal baixado e subir ... eu subia em cima da MÁquina de lavar roupa e PENdurava **a roupa** lá em cima então com isso ele ficava me vendo ... eu fazendo estripulia ((riu)) acho que foi aí que ele cismou comigo ... (N. I)

Nesse exemplo, as expressões **lavava roupa** e **pendurava roupa** criam um *frame* que propicia o uso do SN referencial definido – **a roupa** – no co-texto subsequente. Observe-se, no entanto, que o SN **a roupa** ocupa a posição de objeto direto, isto é, a posição de um **tópico secundário**, segundo a argumentação de Givón (1995). Além disso, trata-se de um participante efêmero (cf. Du Bois, 2003), já que não são as roupas lavadas e dependuradas o alvo de atenção. Este, pode-se afirmar ainda com base em Givón (1995), são os participantes principais da narrativa, que se manifestam na posição de sujeito/tópico. São eles a narradora, codificada como primeira pessoa, e um velho, que nesse trecho vem representado pelo pronome nominativo **ele**. Logo, “lavar roupa”, “pendurar/pôr roupa no varal”, “subir em cima da máquina” etc. apenas descrevem as “estripulias” rotineiramente praticadas pela narradora e observadas pelo senhor idoso.

O comportamento atípico do OI com referência ao parâmetro (E), como já se disse, seria sua retomada na posição de sujeito ou tópico

da sentença que o sucede. Dentre as 67 ocorrências de OI analisadas, apenas um exemplo pôde ser categorizado nessa alternativa de (E). Examine-se:

- (32) [...] e falei assim ... Seu Zito ... nós num vamos **achar onça** em trilha ... ((risos)) **onça em trilha** onde é que se viu? (N. VIII)

Convém esclarecer, todavia, que a segunda ocorrência do nome “onça”, em (32), se dá como **tópico** de um tipo de estrutura que Pontes (1987) caracteriza como sendo adequadamente descrita com base em noções discursivo-pragmáticas apenas, dispensando noções sintáticas como **objeto, predicado** etc. Além disso, deve-se observar que o **comentário**, nesse exemplo, é constituído por uma construção cristalizada, estereotipada, que poderia perfeitamente ser substituída por outras como: “Que bobagem!”, “Que absurdo!” etc.

Apoiando-me, assim, em considerações como essas, posso dizer que o exemplo em foco não chega a ilustrar, com exatidão, o tipo de retomada prevista pela alternativa **q** de (E).

Quanto à quarta alternativa (**r**), não houve dado que a ilustrasse.

Passemos, a seguir, à quantificação dos dados, registrados na tabela V:

Continuidade no discurso	Número de ocorrências	%
o	40	60
p	26	39
q	1	1
r	0	0
Total	67	100

TABELA V

Os resultados da tabela V confirmam as expectativas de que, à semelhança do que Velázquez-Castillo, Givón, Du Bois e outros têm salientado com relação ao objeto incorporado em línguas polissintéticas, também em português esse constituinte se caracteriza pela não proeminência e continuidade discursiva. 60% dos casos de nome

incorporado não foram mencionados no co-texto subsequente, apenas cumprindo sua função subclassificadora com relação ao verbo. Os 39% dos exemplos alocados na alternativa **p** também não se caracterizam como retomadas típicas, que estabelecem o rastreamento de participantes efetivos do discurso, conforme entendimento dos lingüistas citados neste texto. A própria formulação da alternativa **p** deixa claro esse fato.

Por fim, o único caso de nome incorporado retomado na posição de **tópico** não se caracteriza como um tópico individualizado, mas sim de caráter genérico e sem persistência no discurso subsequente.

A análise efetuada nesta parte confirma, pois, a não-proeminência discursivo-pragmática dos nomes incorporados, sua ausência de relevância e persistência tópica. Além disso, harmoniza-se com os resultados dos parâmetros examinados nas seções precedentes.

Tipos de verbo e a incorporação nominal

O último aspecto a ser examinado nesta etapa da pesquisa é a relação entre incorporação nominal e tipo de verbo. A pergunta que se apresenta é a seguinte: há maior índice de incorporação nominal com **verbos-suporte** ou com **verbos plenos**?

Essa terminologia está sendo usada aqui de acordo com Miyamoto (1999) e Neves (2000). Interpretando as considerações desses lingüistas, poderíamos afirmar que os verbos plenos são aqueles que, sintática e semanticamente, funcionam como o núcleo da predicação, como se vê no exemplo abaixo:

- (33) [...] mas enfim todo mundo lá **conhecia** caçador e::: conhecia o seu Zito ... (N. V)

Quanto aos verbos-suporte, do ponto de vista semântico mostram-se bastante esvaziados, deixando para seu complemento a maior contribuição sob essa perspectiva. Observem-se as seguintes palavras de Miyamoto (1999, p. 1-2):

The first defining characteristic of the LVC [Light Verb Construction] is that it is a type of periphrastic construction (...). In these periphrastic expressions, the verbs such as *take*, *give* and *have* are non-significant (...) in the sense that they are responsible

merely for marking person and tense while **the major semantic burden of the expression is carried by the verbal nouns.**
(O destaque é meu)

À semelhança dos outros aspectos analisados neste trabalho, observa-se que também essa categorização comporta diferentes graus de tipicidade. Assim julguei conveniente estabelecer, dentre os verbos-suporte, duas classes diferentes: na primeira, o conjunto V + SN pode ser parafraseado por um verbo cognato do nome, conforme ilustrado em (34):

(34) [...] e éh:: ... nós **leVAmos susto** ... (=assustamos) (N. III)

Já a segunda classe de verbos-suporte caracteriza-se pela ausência de paráfrases como a de (34). Essa situação aparece exemplificada em (35) e (36):

(35) [...] ele ficava me vendo ... eu **fazendo estripulia** [...] (N. I)

(36) [...] eu posso aTÉ **fazer turismo** mas que eu vou ter que estudar PRA caRAMba ... ((risos)) Isso eu vou ... (N. VII)

Conceituados os tipos de verbos examinados com referência à IN, atente-se para os resultados obtidos:

Tipo de verbo + OI	Número de ocorrências	%
Pleno	39	58
Suporte (com paráfrase verbal)	14	21
Suporte (sem paráfrase verbal)	14	21
Total	67	100

TABELA VI

Esses resultados evidenciam, mais uma vez, que a IN em português é um fenômeno produtivo, abrangendo não apenas as classes de verbos-suporte (42%), mas principalmente a de verbos plenos, núcleos da predicação sob todos os ângulos (58%).

Conclusão

O objetivo principal deste trabalho foi reexaminar os atributos característicos das construções com IN em português, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem cognitivo-funcional, tal como apresentada nas obras de lingüistas norte-americanos como Givón, Du Bois, Hopper, Thompson, Langacker e Taylor, dentre outras.

Os resultados da investigação e quantificação, registrados nas tabelas de I a VI, indicaram o predomínio das seguintes características do OI em português:

- (37)
- nome na forma básica, neutra para a expressão semântica de número;
 - nome inanimado;
 - preenchimento do papel semântico objetivo selecionado pelo verbo para seu complemento;
 - ausência de proeminência discursivo-pragmática;
 - ausência de persistência tópica;
 - estrutura com verbo pleno.

O predomínio de verbos plenos, último aspecto investigado, revela a produtividade da construção com OI em português. Os demais atributos, por sua vez, apontam para a mesma direção numa escala de prototipicidade, harmonizando-se com a função subclassificadora desse constituinte. Tendo em vista que a função típica de SNs (conforme lembrado por Du Bois, 2001a) é a de **referir**, isto é, abrir ou rastrear arquivos cognitivos aos quais predicções possam ser acumuladas, entende-se que a não-referencialidade do OI, sua atipicidade sob essa perspectiva, desencadeie seu caráter atípico também com relação às outras características investigadas.

Por fim, convém que se dê destaque, novamente, ao maior poder de descrição e explicação de uma teoria lingüística que incorpora a noção de prototipicidade em suas categorizações. Conforme demonstrado pelo exame dos dados, apesar de haver predomínio dos atributos de (37) na categorização das construções com OI, há casos

que não se conformam completamente com esses atributos. Logo, apenas uma análise aberta para os efeitos da prototipicidade, uma análise de caráter não monolítico, é capaz de incorporar tais dados e explicar seu comportamento “desviante”.

Referências bibliográficas

- ARIEL, Mira. Cognitive universals and linguistic conventions: the case of resumptive pronouns. *Studies in Language* 23, p. 217-269, 1999.
- ARIEL, Mira. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS, T. et al. (Ed.) *Text representation: linguistic and psycho-linguistic aspects*. Amsterdam: Benjamins, 2001 (no prelo).
- BAKER, Mark C. *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- CASTILLO, A. T. de e PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo; elocuições formais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986. v. I.
- DECAT, M. B. N. et al. *Aspectos da gramática do português; uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- DU BOIS, John W. Beyond definiteness; the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. L. (Ed.). *The pear stories; cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, N. J.: Ablex, 1980. p. 203-274.
- DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: Benjamins, 1985. p. 343-365.
- DU BOIS, John W. Referring as dialogically distributed cognition. Palestra proferida no LSA, 2001(a). (Hand out)
- DU BOIS, John W. Towards a dialogic syntax. LSA, 2001(b). (Mimeogr.)
- DU BOIS, John W. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language; cognitive and functional approaches to language structure*. London: Erlbaum, 2003. v. II, p. 47-87.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax; a functional-typological introduction*. Amsterdam: Benjamins, 1984. v. I.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax; a functional-typological introduction*. Amsterdam: Benjamins, 1990. v. II.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

- GIVÓN, Talmy. *Syntax*; An introduction. Amsterdam: Benjamins, 2001(a). v. I.
- GIVÓN, Talmy. Towards a linguistic of performance. *Special lecture series*: July 2-6, 2001(b). (Mimeogr.)
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56, p. 251-299, 1980.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, 60, 1984.
- LANGACKER, Ronald W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- LIBERATO, Yara G. *A estrutura do SN em português*; uma abordagem cognitiva. 1997. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- MIYAMOTO, Tadao. *The light verb construction in japanese*; the role of the verbal noun. Amsterdam: Benjamins, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. *'Buscar menino no colégio': a questão do objeto incorporado em português*. Campinas: Pontes, 1997.
- SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca. Iconicidade e a distribuição do objeto incorporado no discurso narrativo oral do português. In: DECAT, M. B. N. et al. *Aspectos da gramática do português*; uma abordagem funcionalista. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 15-40.
- TAYLOR, John R. *Linguistic categorization*; prototypes in linguistic theory. 2. ed. New York: Clarendon, 1995.
- TAYLOR, John R. Syntactic constructions as prototypes categories. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language*; cognitive and functional approaches to language structure. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1998.
- TOZZER, Alfred M. *A maya grammar*. New York: Dover Publications Inc., 1977.
- VELÁZQUEZ-CASTILLO, Maura. Noun incorporation and object placement in discourse; the case of Guarani. In: DOWING, Pamela; NOONAN, Michael. *Word order in discourse*. Amsterdam: Benjamins, 1995. p. 555-579.
- WHITAKER-FRANCHI, Regina C. M. *As construções ergativas*; um estudo semântico e sintático. 1989. Dissertação (Mestrado) – IEL/Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

O adjetivo no discurso narrativo oral do português

Luciana Camara Fernandes d'Araujo
Colégio de Aplicação – UFRJ

Introdução

Este trabalho investiga aspectos relacionados ao uso do adjetivo no discurso narrativo oral do português. Ele tem por objetivo verificar a frequência de uso do adjetivo em narrativas orais do português, examinar sua distribuição nas categorias discursivas FIGURA e FUNDO e, principalmente, descrever as funções discursivas desempenhadas pelo adjetivo no discurso narrativo oral.

Seguindo a concepção de Perini et al. (1996), entendo “adjetivo” como uma função semântica dos nomes. Para os autores, os nomes “se distinguem, semanticamente, segundo propriedades tais como: poderem ou não ser usados para *referir-se* a alguma entidade; e poderem ou não ser usados para *qualificar* alguma entidade” (Perini et al., 1996, p. 65). Assim, “cadeira”, por exemplo, só pode ser usado para se referir a uma entidade, e “lindo”, para atribuir uma propriedade a uma entidade. Já o item “velho” pode ser usado para ambas as funções.

Desse modo, segundo essa visão, “substantivos” e “adjetivos” (e ainda os “pronomes”) são uma grande classe – a classe dos “nominais”, cujos componentes se diferenciam pela função (substantiva ou adjetiva) que podem exercer. Neste trabalho, refiro-me sucintamente a “adjetivo” apenas por comodidade de referência.

Tradicionalmente, dividem-se os adjetivos em atributivos (aqueles que ocorrem no interior de um sintagma nominal,¹ com função de adjunto adnominal) e predicativos (aqueles que funcionam como núcleo de predicado em predicados nominais ou verbo-nominais). O presente trabalho pretende tratar dos dois “tipos” de adjetivo, procurando estabelecer uma comparação entre as funções discursivas de ambos em narrativas orais.

Para a tradição gramatical, “o adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo” (Cunha & Cintra, 1985, p. 238). Em outras palavras, a função primária do adjetivo seria identificada com o uso atributivo, ou seja, com o emprego do adjetivo em função de adjunto adnominal. Tal afirmação não é justificada pelos gramáticos tradicionais, mas pode-se supor que ela esteja baseada na hipótese de que o adjetivo atributivo ocorra mais freqüentemente do que o adjetivo predicativo. Entretanto, a meu ver, tal suposição somente pode ser investigada de maneira rigorosa caso se leve em conta o gênero discursivo (discurso narrativo, conversação etc) e a modalidade da língua (oral ou escrita) em que tais formas ocorrem.

Desse modo, a primeira questão que gostaria de propor neste trabalho é: qual a freqüência de uso dos adjetivos atributivo e predicativo em narrativas orais espontâneas do português?

Segundo a vertente gerativo-transformacional dos estudos lingüísticos, de acordo com os postulados básicos da “teoria padrão” (Chomsky, 1968), o adjetivo que aparece na estrutura de superfície como adjunto adnominal é, na estrutura profunda, o predicativo de uma frase que sofre uma transformação de relativização e de apagamento. Em outras palavras, nessa abordagem, pressupõe-se que a posição atributiva é, de uma maneira ou de outra, uma forma “disfarçada” da posição predicativa. Tal pressuposto já podia ser encontrado, mais ou menos explicitamente, em estudos gramaticais clássicos, como o próprio Chomsky aponta, citando a Gramática de Port-Royal.

Ao longo deste trabalho, proporei que não se pode igualar a posição predicativa à atributiva, pelo fato de os adjetivos aí envolvidos

¹ Utilizarei, a partir de agora, a abreviação de “sintagma nominal” já consagrada: SN.

possuírem funções discursivas diferentes, nos contextos em que ocorrem. Buscarei demonstrar que há diferenças de comportamento funcional-discursivo entre o adjetivo predicativo e o atributivo.²

Assim, além da questão colocada acima, que diz respeito à frequência dos adjetivos predicativo e atributivo, pretendo ainda investigar o padrão de uso de um e outro adjetivo, respondendo a perguntas, tais como: em que momento da narrativa um e outro ocorrem? Em que plano discursivo? Com qual intenção comunicativa? Em que o uso atributivo se diferencia do uso predicativo? Há diferença de natureza entre o adjetivo que, em geral, ocorre predicativamente e aquele que ocorre, com maior frequência, em função de adjunto adnominal?

Indagações como estas podem ser adequadamente respondidas, a meu ver, se adotarmos uma perspectiva funcionalista face aos fatos lingüísticos. Dessê modo, este estudo assume os pressupostos teóricos da abordagem funcionalista dos estudos lingüísticos, em sua vertente norte-americana (Givón, 1984, 1990, 1995; Haiman, 1983, 1985; Hopper, 1979; Hopper & Thompson, 1980, 1984, dentre outros). A filiação a essa perspectiva justifica-se plenamente, a meu ver, pelo fato de esta pesquisa ter por objeto de estudo o **uso** do adjetivo em discursos³ efetivamente produzidos.

O ângulo focalizado neste trabalho pretende trazer uma contribuição diferente daquela vista em outros trabalhos que já trataram do adjetivo. Pretendo investigar o uso do adjetivo em situações reais de comunicação e em um tipo específico de evento discursivo, enfatizando, sobretudo, as possíveis funções discursivas dos adjetivos predicativo e atributivo.

² Ver texto clássico de Bolinger (1967).

³A concepção de discurso adotada aqui envolve “toda instância autêntica de uso da língua em todas as suas manifestações, isto é, em qualquer ato organicamente motivado de produção ou apreensão lingüística, através de qualquer meio, escrito, falado ou outro, incluindo o âmbito total do enunciado produzido em uma determinada situação, em todos os seus aspectos de forma, significado e contextualização” (Du Bois, no prelo, p. 4). A tradução desta e de outras citações presentes neste trabalho são de minha autoria e responsabilidade.

Considerações teóricas acerca das funções semântico-discursivas do adjetivo

Nesta seção, resumirei algumas das hipóteses e conceitos presentes em Perini et al. (1996) e Liberato (1997), fundamentais para meu trabalho, bem como dois textos (Thompson, 1989 e Englebretson, s.d.), acerca das funções discursivas dos adjetivos, que serviram de ponto de partida para minha análise.

Em Perini et al. (1996), discutem-se dois possíveis traços semânticos dos adjetivos: as acepções “classificadora” e “qualificativa” dos adjetivos. Os autores não apresentam uma definição do que seriam exatamente tais traços, mas propõem testes e exemplos em que eles ficam claros. Em *engenheiro civil*, o item *civil* teria acepção classificadora, opondo *engenheiro civil* a *engenheiro mecânico* ou *engenheiro naval*, ao passo que *simpático*, no exemplo *engenheiro simpático*, por não exprimir um tipo de engenheiro, mas sim uma qualidade atribuída a um determinado engenheiro, teria acepção qualificativa.

Tal distinção entre as duas acepções do adjetivo foi desenvolvida, de forma mais detalhada e através de dados contextualizados, por Liberato (1997). A autora, em estudo que tem por objetivo desenvolver uma análise de alguns aspectos da estrutura interna do SN em português, delimita duas funções semânticas exercidas pelo adjetivo (e por outros elementos do SN, que não nos interessam aqui): a função de *subclassificador* e a de *qualificador*. Baseando-se na oposição restritivo/explicativo, normalmente empregada na distinção de orações relativas, e estendendo-a a adjetivos, ela define as duas funções do seguinte modo:

subclassificador (SUB): delimita uma subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição e que engloba outras subclasses possíveis no contexto (tem função restritiva);

qualificador (QUA): fornece características do referente que, no entanto, não são utilizadas como delimitação de subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição (tem função explicativa). (Liberato, 1997, p. 85)

Deve-se salientar que cada adjetivo poderia assumir uma ou outra função dependendo do SN e do enunciado em que ocorre, não devendo essa subclassificação ser tomada como uma propriedade inerente ao adjetivo.

Em relação à posição dos termos no SN, Liberato afirma que “a colocação dos adjetivos em relação ao classificador [termo que tem sentido substantivo] parece ser condicionada pelo menos parcialmente pela função semântica – de *subclassificador* ou *qualificador* – que exercem” (Liberato, 1997, p.85). Sua hipótese é que, na posição posposta, podem ocorrer tanto *subclassificadores* quanto *qualificadores*, ao passo que, na posição anteposta, ocorrem apenas *qualificadores*. As conclusões a que Liberato chega são válidas para quase todas as ocorrências por ela analisadas. No entanto, como ela mesma ressalta, tais restrições não são absolutas, mas uma forte tendência.

Em Thompson (1989), investiga-se o uso de palavras que expressam conceitos que se referem a propriedades, qualidades ou características de referentes, que, em inglês, enquadram-se na classe “adjetivo”. Após examinar dados de conversações espontâneas do inglês, a autora encontrou 308 palavras que expressam conceitos de propriedade, concluindo que os adjetivos são usados, basicamente, de duas maneiras: para predicar uma propriedade de um referente já estabelecido no discurso (79%) e para introduzir um novo referente no discurso (21%).⁴

A primeira função, amplamente majoritária, corresponderia ao papel predicativo do adjetivo, isto é, adjetivos que predicam uma propriedade de um referente já presente no discurso. Em termos sintáticos, tais adjetivos recaem em duas categorias distintas: em função predicativa com um verbo de ligação (86%) e em SNs predicativos cujo N núcleo não traz nenhuma informação nova ao discurso (com palavras vicárias ou em uso anafórico), funcionando como verdadeiros predicados (14%).

Thompson (1989) ilustra o segundo caso acima com alguns exemplos retirados de seu *corpus*. Dentre eles:

⁴ Cf. nota 7.

- (1) The last time she saw him which was three years ago he was pretty good looking, and um, you know she says he's a very *nice* guy, he's a real *good* person. (Thompson, 1989, p. 253)⁵

O exemplo acima, segundo a autora, ilustra um caso de adjetivo atributivo funcionando como o verdadeiro predicativo porque o núcleo do SN predicativo é anafórico; desse modo, ele não traz nenhuma informação nova ao discurso, uma vez que já havia sido introduzido na conversa anteriormente.

Há também exemplos de adjetivo atributivo funcionando predicativamente porque o núcleo do SN predicativo é um substantivo não-informativo, a que a autora chama de “(relativamente) vazio”:

- (2) She and I are gonna go out and get drunk at four o'clock in the afternoon. It's a *religious* thing we're gonna have. (Thompson, 1989, p. 253)⁶

Assim, para a autora, “a função primária dos adjetivos em inglês (...) é a de servir como predicado da oração em que ocorrem, seja como o único constituinte do predicado, seja como um atributo para um substantivo não-informativo” (Thompson, 1989, p. 254).

A segunda função discursiva dos adjetivos, segundo a autora, é a de introduzir um referente novo no discurso.⁷ Todos esses adjetivos são atributivos, como era de se esperar. Entretanto, na maioria das vezes, tais adjetivos ocorreram em SNs cujo N núcleo, novamente, não traz informação nova ao discurso, sendo o adjetivo o principal

⁵ Uma possível tradução para o exemplo seria: “Na última vez em que ela o viu, que foi há três anos atrás, ele estava muito bonito e, você sabe, ela diz que ele é um cara muito legal, que ele é realmente uma boa pessoa.”

⁶ Tradução: “Ela e eu vamos sair e nos embriagar às quatro horas da tarde. É uma coisa religiosa pra gente.”

⁷ Parece estranha, à primeira vista, a afirmativa de THOMPSON de que é o adjetivo o responsável pela introdução do novo referente, e não o SN como um todo. Ao fazer tal afirmação, a autora baseia-se no fato de que, nos casos encontrados por ela em seu *corpus*, o adjetivo acompanha um substantivo que não traz informação nova ao discurso (palavras vicárias ou substantivos anafóricos).

responsável pela introdução do novo referente. Um exemplo desse caso apresentado pela autora foi:

- (3) (talking about a movie) and there's something really *sad* that happens. (Thompson, 1989, p. 253)⁸

No exemplo acima, o novo referente é delimitado a partir do fato de ser algo triste. No discurso subsequente, o falante continua descrevendo essa coisa triste, tornando claro que o SN em questão está introduzindo um novo referente no discurso. O ponto interessante aqui, segundo Thompson, é que é o adjetivo que está desempenhando o papel principal na introdução do referente no discurso.

Como estão envolvidos na introdução de novos participantes no discurso, esses adjetivos ocorrem em SNs que são em geral indefinidos, bem como ocupam as posições esperadas para a introdução de novos participantes, a saber, a de paciente, oblíquo e sujeito de um verbo intransitivo, mas não a de sujeito de um verbo transitivo.⁹

A autora encontrou apenas um caso de adjetivo em SN definido, com a função de distinguir ou reidentificar um referente já introduzido no discurso. Ela chegou à conclusão de que tal função é extremamente rara, pelo menos em dados de conversação, fato esse que contrariou a expectativa que ela própria possuía antes de examinar o *corpus*.

Implícita nessa discussão de Thompson (1989), está a visão de que essas duas funções do adjetivo, a de predicar uma propriedade de um referente já estabelecido e a de introduzir um novo referente no discurso, diferem quanto ao *status* do referente ao qual um determinado conceito de propriedade é atribuído. Um conceito de propriedade (leia-se “adjetivo”, no caso específico do inglês) predicativo atribui uma propriedade a um referente já estabelecido no discurso, ao passo que um conceito de propriedade do tipo “introdutor de referente” (atributivo) atribui uma propriedade a um novo referente do discurso.

⁸ Traduzindo: “(falando sobre um filme) e tem uma coisa realmente triste que acontece”.

⁹ Cf. Du Bois (1985 e *no prelo*) para maiores considerações.

Os dados de Thompson (1989) parecem mostrar claramente que a gramática reflete o *status* discursivo do referente ao qual a propriedade está sendo atribuída.

Outro trabalho que aborda a questão das funções discursivas dos adjetivos é o artigo de Englebretson (s.d.), que investiga a distribuição de adjetivos predicativos *versus* adjetivos atributivos em conversas espontâneas de falantes do inglês. O autor demonstra que a frequência de cada tipo de adjetivo está relacionada a aspectos da situação interacional, mais especificamente à quantidade de experiência partilhada, bem como de informação e referentes partilhados, entre os interlocutores. Ele procura mostrar que são justamente as funções discursivas desses dois tipos de adjetivos, a saber, contribuir para a introdução de um novo referente, no caso dos adjetivos atributivos, e predicar uma propriedade de um referente já estabelecido, no caso dos predicativos, que levam a essa correlação entre frequência de adjetivos atributivos e predicativos e quantidade de referentes compartilhados entre os interlocutores.

O *corpus* examinado pelo autor compõe-se de dez diferentes “eventos discursivos” em conversações espontâneas do inglês. O autor segue a classificação padrão dos adjetivos em dois tipos: atributivos e predicativos. No primeiro grupo, ele inclui os adjetivos que ocorrem no interior de SNs.¹⁰ No segundo grupo, ele distingue três tipos de adjetivo predicativo, de acordo com o ambiente sintático em que ocorrem: com verbo de ligação, em predicados nominais (“*Oh that sounds great!*”), como predicativo do objeto (“*I keep it really cool!*”) e em predicados declarativos, em que se expressa uma opinião, predicando uma qualidade de um referente presente no discurso prévio, sem auxílio de um verbo (“*How bizarre!*”).

Englebretson pergunta-se o que exatamente alguns lingüistas querem dizer quando afirmam que a função primária do adjetivo seja

¹⁰ Deve-se observar que o autor incluiu entre os adjetivos atributivos aqueles que aparecem dentro de um SN com função predicativa, o que não é consensual. Thompson, no artigo citado aqui, adota outro posicionamento, afirmando que tais adjetivos funcionam *predicativamente*, apesar de serem *gramaticalmente* atributivos. Tal discussão será retomada na análise dos dados.

a de modificar nomes em sintagmas nominais. A principal questão a que ele tentará responder neste artigo é se realmente, em conversas espontâneas em inglês, o adjetivo ocorre prioritariamente como modificador de um nome dentro de um SN.

Seus resultados parecem indicar uma freqüência muito próxima de adjetivos atributivos e predicativos (48,3% dos adjetivos ocorrem atributivamente e 51,7% ocorrem como predicativos). A diferença numérica entre os dois, de acordo com o próprio autor, seria pouco relevante, tendo em vista o grande número de dados de sua pesquisa.

Os dez eventos discursivos analisados por ele podem ser divididos em três grupos: no primeiro grupo, há um percentual muito maior de adjetivos atributivos do que predicativos, no segundo grupo, as diferenças percentuais entre os dois usos do adjetivo são pouco significativas e, no terceiro, observa-se o oposto do que ocorre no primeiro grupo, isto é, há um percentual muito maior de adjetivos predicativos do que atributivos. Para Englebretson, o que caracterizaria os dois extremos encontrados seriam as diferenças no que se refere ao nível de formalidade, bem como ao grau de intimidade entre os participantes. Assim, uma primeira hipótese levantada pelo autor foi: um número maior de adjetivos atributivos corresponde a um alto grau de formalidade e de distância social, ao passo que um número maior de adjetivos predicativos relaciona-se com interações informais entre pessoas íntimas.

Entretanto, o autor observa que essa correlação não se verifica para todos os dez eventos discursivos: há, por exemplo, o caso de uma conversa entre um *trainee* e seu treinador, em seu local de trabalho (que não é um diálogo informal entre duas pessoas íntimas) que apresenta um número muito maior de adjetivos em função predicativa do que em função atributiva. Em função disso, ele procede a uma revisão de sua primeira hipótese.

Com esse propósito, Englebretson (s.d.) retoma as funções discursivas propostas para os adjetivos por Thompson (1989) e Ferris (1993), quais sejam: os adjetivos predicativos tenderiam a predicar uma propriedade de um referente já estabelecido no discurso, e os adjetivos atributivos tenderiam a auxiliar na introdução de novos referentes. Ele propõe, e seus dados parecem confirmar, que a distribuição entre adjetivos predicativos e atributivos, nos diferentes eventos discursivos

por ele estudados, se deve à quantidade de referentes partilhados entre os interlocutores. Em suma, interações em que os participantes estão avaliando e comentando referentes partilhados tenderiam, segundo o autor, a apresentar mais adjetivos predicativos, ao passo que interações tais como narrativas¹¹ ou palestras, que envolvem a introdução de novos referentes no discurso, tenderiam a possuir um número maior de adjetivos atributivos.

Respondendo à primeira questão colocada no início do texto, o autor conclui que não há como afirmar que os adjetivos ocorram prioritariamente como modificadores dentro de um SN. Os resultados de sua análise parecem sugerir que a ocorrência de um ou outro tipo de adjetivo depende fortemente da natureza do evento discursivo em questão.

Adiante, retomaremos algumas idéias de Thompson (1989) e de Englebretson (s.d.), confrontando os resultados de ambos autores com aqueles encontrados nesta pesquisa, e dedicaremos uma seção à aplicação das funções semânticas de *subclassificador* e *qualificador*, propostas por Liberato, aos adjetivos do *corpus*, e à verificação de sua hipótese de que a colocação dos adjetivos está relacionada à sua função semântica no sintagma nominal.

Considerações metodológicas

Como a preocupação desta pesquisa é sobretudo com o uso da língua e não com regras gramaticais internalizadas, procurou-se estudar o fenômeno gramatical do ponto de vista de seus contextos de ocorrência. Para isso, este trabalho valeu-se de dados contextualizados, extraídos de um *corpus* constituído por 12 narrativas orais espontâneas do português brasileiro, com um total de 3h 10' 8" (três horas, dez minutos e oito segundos). Nesse *corpus*, foram encontrados 767 casos de adjetivo, que constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

¹¹ Adiante veremos que os dados do *corpus* analisado nesta pesquisa não confirmaram tal predição, pelo menos no que diz respeito ao gênero narrativo.

Não foram feitas restrições quanto ao tema da narrativa. Pediu-se apenas aos informantes que relatassem um fato real, que eles tivessem experienciado e no qual tivessem se envolvido emocionalmente. Foi-lhes transmitida ainda a orientação de que o fato narrado não deveria ser do conhecimento prévio do documentador, para evitar pressupostos e referências a informações partilhadas anteriormente. Não houve qualquer restrição quanto ao tempo de gravação, tendo os informantes podido utilizar o tempo que julgassem necessário para relatar os fatos.

Houve a preocupação de que os falantes tivessem perfil parecido. São todos falantes de português do Brasil, nascidos no Estado de Minas Gerais e, em sua maioria, residentes em Belo Horizonte ou na Grande Belo Horizonte desde o nascimento. A faixa etária situa-se entre 20 e 50 anos. Todos possuem, no mínimo, formação universitária.

Com o intuito de descrever as funções discursivas do adjetivo, a análise constou de várias etapas, que resumirei a seguir.

Inicialmente, fez-se um levantamento geral das ocorrências de adjetivo. Em seguida, tendo como objetivo específico a análise do adjetivo nos diversos planos discursivos, as narrativas foram divididas em unidades oracionais. Seguindo-se, em parte, Azevedo (1992), essas unidades oracionais foram numeradas e distribuídas em quatro categorias discursivas: DISCURSO DIRETO, FIGURA, FUNDO e FUNDÃO.

Azevedo (1992), ao separar as orações em estruturas pertencentes à FIGURA ou ao FUNDO, seguindo a já consagrada proposta de Hopper (1979), percebeu que uma série de seqüências não se encaixavam perfeitamente nessas categorias discursivas, por apresentarem características formais e discursivas diferentes daquelas ali encontradas. São basicamente três os casos: há estruturas que não fazem parte da FIGURA, apesar de ligadas a ela, mas que também não podem ser consideradas como estruturas pertencentes ao FUNDO narrativo (estruturas substantivas, relativas, finais, construções com gerúndio etc); há estruturas em discurso direto, que, apesar de freqüentemente fazerem avançar a narrativa, são formalmente muito distintas das estruturas típicas da FIGURA; há ainda as interrupções por parte do documentador, bem como alguns elementos muito periféricos ao tema abordado na narrativa, que não poderiam constar como fazendo parte da narrativa propriamente dita.

As dificuldades encontradas por Azevedo na divisão das narrativas em apenas duas categorias discursivas levaram a autora a refinar essa categorização, numa tentativa de melhor captar a realidade desse tipo de discurso. Assim, a autora ampliou o quadro básico da estruturação narrativa, passando de duas categorias para cinco: a narrativa conteria duas categorias maiores, FIGURA e FUNDO, e três categorias menores, DISCURSO DIRETO, CATEGORIA INTERMEDIÁRIA e FUNDÃO.

A divisão proposta por Azevedo é problemática, a meu ver, no que diz respeito à CATEGORIA INTERMEDIÁRIA. Tal categoria é de difícil apreensão, pois não apresenta um traço caracterizador que a diferencie dos outros dois planos aos quais ela seria intermediária. Azevedo parece definir essa categoria discursiva através de características puramente formais das estruturas que a integram (estruturas substantivas, relativas, finais etc), não deixando claro qual seria a função discursiva desse plano da narrativa.

Assim, optei, neste trabalho, por não considerar a existência de uma categoria intermediária entre a FIGURA e o FUNDO. As estruturas que seriam classificadas por Azevedo (1992) como pertencentes à CATEGORIA INTERMEDIÁRIA foram classificadas, em sua maioria, no FUNDO.

Embora as narrativas do *corpus* tenham sido divididas em quatro categorias discursivas, a saber, DISCURSO DIRETO, FIGURA, FUNDO e FUNDÃO, a análise dos dados propriamente dita levou em conta apenas os adjetivos presentes nas categorias FIGURA e FUNDO. Aqueles presentes nas duas outras categorias em que dividi o *corpus* (DISCURSO DIRETO E FUNDÃO) foram considerados apenas na apresentação do levantamento inicial e da distribuição geral dos adjetivos pelas narrativas.

Em relação à categoria DISCURSO DIRETO, decidi não levar em conta os adjetivos que aí ocorrem, em função do fato de as orações dessa categoria serem formalmente muito diferentes das demais orações da narrativa. A mesma decisão foi tomada, embora por motivos diferentes, com relação aos dados de adjetivo presentes na categoria discursiva FUNDÃO. Pela própria caracterização de tal categoria, podemos ver que ela se compõe de elementos que parecem externos à narrativa propriamente dita: ora são comentários do documentador, que não

interessam como dado lingüístico para esta pesquisa, ora são observações metalingüísticas feitas pelo falante – e o discurso metalingüístico é, por definição, um ponto de vista exterior à narrativa –, ora são falas completamente periféricas às narrativas, mais relacionadas à situação de fala do que à narrativa em si.

A etapa seguinte consistiu em verificar, nas narrativas, a distribuição do adjetivo nas duas categorias principais, FIGURA e FUNDO.

Depois, verificou-se o “cruzamento” das duas variáveis anteriores, a saber: o “tipo” de adjetivo (atributivo ou predicativo) e a categoria discursiva em que ele ocorre.

Em seguida, levando-se em conta os resultados dessas análises, explorou-se a função discursiva do adjetivo predicativo.

Posteriormente, com o intuito de investigar a função discursiva do adjetivo atributivo, verificou-se o papel discursivo dos SNs em que ocorrem adjetivos atributivos (se introduzem ou retomam referentes) e a função sintática desses SNs. Verificou-se ainda a função semântica do adjetivo em SN referencial (se “subclassificador” ou “qualificador”), seguindo Liberato (1997), e a sua posição diante do substantivo (se posposto ou anteposto). Em seguida, “cruzaram-se” as duas variáveis que se mostraram relevantes na análise anterior, a saber, a função semântica do adjetivo atributivo e o seu papel discursivo.

Por último, estabeleceu-se, de forma sintética, uma comparação entre as funções discursivas do adjetivo predicativo e atributivo.

Análise e Resultados

Distribuição do adjetivo nas narrativas do *corpus*

Constatou-se, logo de início, que os adjetivos encontrados no *corpus* não estavam distribuídos uniformemente pelas narrativas do *corpus* (cf. coluna 1 da tabela I). A primeira hipótese levantada para a falta de uniformidade dessa distribuição foi a de que ela se devia à grande variação na duração de cada narrativa. Assim, de acordo com essa hipótese, uma narrativa mais extensa conteria um número maior de adjetivos, bem como uma narrativa menor conteria um número

menor de adjetivos. Essa hipótese, todavia, foi logo descartada, ao se verificar que narrativas com, aproximadamente, o mesmo número de adjetivos possuem durações muito diferentes. Constatou-se que a ocorrência de adjetivos não é diretamente proporcional à duração da narrativa.

De todo modo, com o intuito de verificar, de forma mais precisa, a relação existente entre a ocorrência de adjetivos e a duração de cada narrativa, considerou-se o número de orações de cada narrativa como medida de sua extensão. Calculou-se, assim, uma taxa de ocorrência de adjetivos por narrativa, dividindo-se, em cada narrativa, o número de adjetivos pelo número de orações.

A tabela abaixo apresenta, na primeira coluna, o número de adjetivos encontrado em cada narrativa do *corpus*; na segunda, o número de orações de cada narrativa; finalmente, na terceira coluna, apresenta-se a taxa de ocorrência de adjetivos por narrativa:

TABELA I

Taxa de ocorrência de adjetivo nas narrativas do *corpus*, relativamente ao nº de orações de cada narrativa

	Ocorrências de Adjetivo	Nº de orações	Taxa de Ocorrência de Adjetivo
NARRATIVA 1	30	349	9%
NARRATIVA 2	29	190	15%
NARRATIVA 3	177	495	36%
NARRATIVA 4	25	217	12%
NARRATIVA 5	67	287	23%
NARRATIVA 6	101	989	10%
NARRATIVA 7	106	468	23%
NARRATIVA 8	49	250	20%
NARRATIVA 9	26	127	20%
NARRATIVA 10	86	417	20%
NARRATIVA 11	25	240	10%
NARRATIVA 12	46	388	12%
TOTAL	767	4417	17%

Tomando como exemplo as narrativas 9 e 11, apesar de elas apresentarem, aproximadamente, o mesmo número de adjetivos (26 e 25, respectivamente), a frequência de adjetivos é muito maior na primeira do que na segunda, levando-se em conta o número de orações de cada narrativa. Isso é revelado pelas taxas de ocorrência de adjetivo apresentadas por cada uma das narrativas: 20% para a narrativa 9 e 10% para a narrativa 11, ou seja, esta última apresenta a metade da frequência da primeira.

Por outro lado, comparem-se agora as narrativas 6 e 11. Em 6, ocorreram 101 adjetivos, ao passo que em 11, 25. Entretanto, como a narrativa 6 é bem mais longa do que a 11, ambas apresentam frequência idêntica de adjetivos: 10%, nos dois casos. Ocorre o mesmo com as narrativas 8, 9 e 10, que têm a mesma taxa de ocorrência de adjetivos (20%), apesar de seus tamanhos variarem muito.

Com base na tabela I, é possível constatar, portanto, que, de fato, como se suspeitava, o número de adjetivos encontrados em uma narrativa não está diretamente associado à sua extensão.

Assim, se a grande variação na taxa de ocorrência de adjetivos encontrada no *corpus* não se deve aos diferentes tamanhos das narrativas, há que se buscar uma outra explicação para tal variação. Uma possibilidade seria imaginar que as narrativas em que há uma maior incidência de adjetivos seriam justamente aquelas em que o informante tivesse se envolvido emocionalmente com o ato da narração, em função do assunto que estava sendo abordado. Isto porque, muitas vezes, o uso de adjetivos (e isso será examinado mais detidamente no momento oportuno) está relacionado à expressão da subjetividade por parte do falante.

Entretanto, buscando verificar tal hipótese, logo percebi que uma das narrativas com taxa baixa de ocorrência de adjetivos (12%), a narrativa 4, tem como tema o dia do nascimento da primeira filha da informante, o que dificilmente poderia ser classificado como um tema pouco envolvente, pelo menos para a maioria das pessoas. De todo modo, para verificar a relação entre tema da narrativa e incidência de adjetivo, foi construída a tabela abaixo:

TABELA II

Taxa de ocorrência de adjetivo por oração e o tema da narrativa

	Ocorrências de Adjetivo por Oração	Tema da Narrativa
NARRATIVA 1	9%	casos de paquera
NARRATIVA 2	15%	viagem
NARRATIVA 3	36%	viagem
NARRATIVA 4	12%	nascimento da primeira filha
NARRATIVA 5	23%	afogamento
NARRATIVA 6	10%	relato de um filme (comédia)
NARRATIVA 7	23%	viagem
NARRATIVA 8	20%	fuga de uma onça do zoológico
NARRATIVA 9	20%	nascimento da primeira filha
NARRATIVA 10	20%	relato de um filme (drama)
NARRATIVA 11	10%	viagem de uma trupe de teatro
NARRATIVA 12	12%	histórias de assalto/de penetra numa festa

A tabela acima parece indicar a ausência de relação entre o tema da narrativa e a maior ou menor incidência de adjetivos. Constatase, por exemplo, que há quatro narrativas do *corpus* (narrativas 2, 3, 7 e 11) sobre o mesmo tema, “viagem”, que apresentam taxas de ocorrência de adjetivo muito desiguais: 15%, 36%, 23% e 10%, respectivamente. Da mesma forma, as narrativas 4 e 9, ambas relatando o nascimento da primeira filha, apresentam taxas discrepantes: 12% e 20%, respectivamente. Ainda corroborando a não-correlação entre o tema da narrativa e a frequência de adjetivos, pode-se observar, que, nos dois grupos de narrativas (aquele formado por narrativas em que ocorre um número maior de adjetivos *vs* aquele constituído por narrativas em que ocorre um número menor), encontram-se praticamente os mesmos temas.

Conclui-se, pelo menos à primeira vista, que a escolha do tema por si só não implica maior ou menor uso de adjetivos por parte do informante. Porém, sem que se conheça mais a fundo cada informante, fica muito difícil estabelecer o grau de envolvimento de cada um com o tema escolhido. Um mesmo tema pode ser mais envolvente para um narrador e menos para outro. Além disso, em princípio, todos os temas

escolhidos pelos informantes deveriam ser envolventes para eles, pois a orientação que lhes foi dada pelo documentador foi a de que narrassem uma experiência que os tivesse marcado de alguma forma.

Deixando de lado o fator “tema da narrativa”, passei a considerar uma terceira possibilidade como fator motivador de uma maior ou menor frequência de adjetivo nas narrativas: o grau de intimidade entre informante e documentador. Há estudos que associam um maior uso de adjetivos a um menor grau de formalidade entre os interlocutores. Recorrendo às fichas dos informantes, que contêm tal informação, observei que há dois níveis de intimidade entre os interlocutores de cada narrativa que compõe o *corpus* deste trabalho: grande e médio. Infelizmente, as fichas não esclarecem sempre o que se entende por esses graus de intimidade, ou seja, a que tipos de relacionamento (amigos, parentes, colegas, vizinhos) eles se referem.

De toda forma, pressupondo uniformidade no julgamento dos documentadores a esse respeito, achei interessante verificar a associação entre a frequência de adjetivos e o grau de intimidade entre interlocutores, chegando ao seguinte quadro, expresso na tabela III, abaixo:

TABELA III

Correlação entre a taxa de ocorrência de adjetivo e o grau de intimidade entre os interlocutores das narrativas

	Taxa de ocorrências de Adjetivo por Oração	Grau de intimidade entre informante e documentador
NARRATIVA 1	9%	médio
NARRATIVA 2	15%	grande
NARRATIVA 3	36%	grande
NARRATIVA 4	12%	médio
NARRATIVA 5	23%	grande
NARRATIVA 6	10%	grande
NARRATIVA 7	23%	grande
NARRATIVA 8	20%	médio
NARRATIVA 9	20%	grande
NARRATIVA 10	20%	grande
NARRATIVA 11	10%	grande
NARRATIVA 12	12%	médio

Os resultados não me pareceram conclusivos. Por um lado, parecendo indicar a associação entre uma frequência menor de adjetivos com um menor grau de intimidade, constata-se que três dos quatro casos de interlocutores com grau médio de intimidade correspondem a narrativas com menos adjetivos do que a média (narrativas 1, 4 e 12). Ainda, cinco das seis narrativas (narrativas 3, 5, 7, 9 e 10) com taxa de ocorrência de adjetivos acima da média foram produzidas por informantes que tinham um grau de intimidade grande com o documentador.

Por outro lado, tendendo a indicar ausência de relação entre os dois fatores examinados aqui, há dois casos de narrativa (narrativas 6 e 11), produzidas por informantes que possuíam grande intimidade com o documentador, que se encontram entre as que têm menor percentual de uso de adjetivos.

Parece-me que seria precipitado se chegar a alguma conclusão a partir desses resultados. Além disso, uma pesquisa que tivesse como objetivo principal a investigação desse tipo de associação (repito que não é o caso deste trabalho) deveria basear-se em uma amostragem maior do que esta, uma vez que se trata de assunto mais subjetivo e de menor precisão. A amostragem deveria ser também mais variada quanto a esse aspecto do grau de intimidade, contendo interlocutores com grau pequeno ou nulo de intimidade. Por enquanto, são só especulações, que julguei importante registrar aqui, pois podem vir a constituir um trabalho promissor.

Tudo o que posso afirmar até aqui é que, ao se escutarem as narrativas, tem-se a impressão de que a frequência de adjetivos estaria relacionada a um “estilo de narrar”, que é próprio de cada informante. De fato, podemos perceber pelo menos dois “estilos” bem distintos de se narrar uma história: há informantes que são mais sucintos e restringem-se a contar “o que aconteceu”, isto é, a relatar as ações dos personagens principais da história, sem fazer maiores comentários, ao passo que há outros que “perdem o fio da meada” de tanto que “recheiam” seu texto com impressões pessoais, descrições, explicações, digressões, julgamentos etc. Em relação a estes últimos, seu estilo de narrar parece propiciar uma maior ocorrência de adjetivos, uma vez que suas histórias tornam-se mais subjetivas e mais descritivas. Já as narrativas mais “enxutas” não favorecem o uso de muitos adjetivos.

Tal observação remete-nos à estruturação da narrativa em planos discursivos, responsáveis diferentemente por cada uma dessas intenções comunicativas. Imagino, como hipótese de trabalho, considerando apenas as duas categorias discursivas principais, FIGURA e FUNDO, que o maior número de adjetivos presente em algumas narrativas está diretamente associado a um FUNDO maior do que a FIGURA, nessas mesmas narrativas.

Distribuição do adjetivo nas categorias discursivas FIGURA e FUNDO

Do total de 767 adjetivos encontrados nas narrativas do *corpus*, 643 casos encontram-se nas duas categorias discursivas principais, FIGURA e FUNDO, com que trabalharei a partir de agora, até o final deste trabalho. A verificação da distribuição das ocorrências de adjetivos nas categorias FIGURA e FUNDO é relevante para se depreender um padrão distribucional no uso dos adjetivos em narrativas orais. Os resultados dessa análise serão retomados no momento de se descreverem as funções discursivas dos adjetivos.

Du Bois (1980) levanta algumas hipóteses a respeito do uso de adjetivos nos modos narrativo e descritivo (correspondentes *grosso modo* às categorias FIGURA e FUNDO). Segundo ele, há uma tendência no sentido de a ocorrência de adjetivos ser restrita ao modo descritivo. Tal restrição não seria absoluta, mas sim uma forte tendência de uso. Em seus dados, relativos a SNs que introduzem referentes pertencentes às classes semânticas “partes do corpo” e “roupas”, um número muito reduzido de menções iniciais a esses referentes, ocorridas no modo narrativo, contêm adjetivos.

Ele explica tais resultados afirmando que, “aparentemente, se um falante deseja atribuir uma qualidade a um referente, ele tenderá a desviar toda sua atenção para essa tarefa, utilizando-se do modo descritivo (...)” (Du Bois, 1980, p. 240). Nesse momento, o modo descritivo é acionado, favorecendo o uso de adjetivos. Assim, os falantes evitam misturar a tarefa de atribuição de uma qualidade a um referente com a de fazer “avançar” a história. Os resultados parecem

claros, pelo menos no que se refere a “partes do corpo” e a “roupas”. Entretanto, segundo o próprio autor, para se poderem generalizar tais conclusões, deveria ser realizado um estudo que verificasse se a forte restrição de adjetivos ao modo descritivo pode ser estendida a outras classes semânticas.

Seguindo Du Bois (1980), acredita-se que o FUNDO, por apresentar material descritivo e explicativo, é a categoria discursiva em que a ocorrência de adjetivos se dá com maior frequência. Já a FIGURA, responsável por apresentar a seqüência de ações dos personagens, fazendo a narrativa “avançar”, tenderá a apresentar um número muito reduzido de adjetivos.

Parte-se, assim, das seguintes hipóteses, destacadas abaixo:

- (4) **Em função de a FIGURA ser responsável por fazer a narrativa “progredir”, espera-se encontrar, nesse plano, um número menor de adjetivos do que no FUNDO;**
- (5) **a ocorrência de adjetivos deve-se dar mais frequentemente no plano narrativo FUNDO, onde se encontram as explicações, descrições, julgamentos, caracterizações de personagens e cenários.**

Para ilustrar, atente-se para os seguintes exemplos (as orações da FIGURA vêm em negrito e sublinhadas, e os adjetivos, no FUNDO, apenas em negrito):

- (6) (...) **ela tomou banho**
e ficou comigo
e foi comigo pro quarto juntas nós duas
e:: depois eles colocaram o bercinho do lado da minha cama
e nós ficamos lá (...)
a Natasha teve icterícia icterícia né? (...)
e aí eu fiquei mais tempo
 mas graças a Deus que hoje ela tá com um aninho né? **saudável**
linda inteligente
 e:: assim o marido baBANDo né? por ela
 a gente tá tentando fazer de tudo

pra que ela seja muito **feliz**
 ela é uma criança **sorridente** uma criança **alegre**
 ela acorda sorrindo (...)
 então assim eu estou **realizada** né?
 com... com o que eu esperava né?
 estou muito **realizada** e e o meu marido também igualmente (...)
 (N4:91-116)

Para dar início à testagem das hipóteses (4) e (5), segue a tabela abaixo:

TABELA IV
Distribuição do adjetivo nas categorias discursivas
FIGURA e FUNDO

	FIGURA	FUNDO	TOTAL
NARRATIVA 1	–	30	30
NARRATIVA 2	3	26	29
NARRATIVA 3	12	162	174
NARRATIVA 4	3	13	16
NARRATIVA 5	5	49	54
NARRATIVA 6	17	43	60
NARRATIVA 7	–	98	98
NARRATIVA 8	4	33	37
NARRATIVA 9	1	22	23
NARRATIVA 10	8	52	60
NARRATIVA 11	5	19	24
NARRATIVA 12	4	34	38
TOTAL	62 (10%)	581 (90%)	643 (100%)

A tabela acima registra **62** casos de adjetivo na categoria FIGURA e **581** na categoria FUNDO. Em termos percentuais, registram-se: 10% das ocorrências na categoria FIGURA e 90%, na categoria FUNDO. Confirmando as expectativas, verifica-se, pois, que a ocorrência de adjetivos na categoria FUNDO é nove vezes maior do que na FIGURA, ou seja, 90% dos adjetivos se aloca na categoria FUNDO. Reiterando: esse resultado confirma as hipóteses (4) e (5), apresentadas no início desta seção.

Entretanto, como o FUNDO é, em geral, mais extenso do que a FIGURA, julguei necessário retomar os dados apresentados acima, considerando o número de orações que cada uma das duas categorias discursivas apresenta em cada narrativa. Procedi desse modo, porque me parece que, pelo fato de a categoria discursiva FUNDO conter um número maior de orações, ela está mais exposta, isto é, mais suscetível a apresentar uma quantidade maior de adjetivos. Desse modo, paralelamente ao que foi feito para a narrativa como um todo, julguei relevante calcular uma taxa de ocorrência de adjetivos nas categorias FIGURA e FUNDO, que fosse **proporcional** ao número de orações de cada categoria discursiva. Só assim, a meu ver, poderei verificar se a categoria FUNDO realmente propicia um maior uso de adjetivos em função de sua natureza intrínseca e não apenas de sua maior extensão.

A taxa de ocorrência de adjetivo por categoria discursiva foi calculada dividindo-se o número de adjetivos encontrados em cada categoria discursiva pelo número de orações de cada categoria. O cálculo foi feito para cada narrativa em separado, e posteriormente foi calculada uma taxa média de adjetivo por categoria discursiva.

TABELA V

Taxa de ocorrência de adjetivo na figura e no fundo, relativamente ao nº de orações de cada categoria

	Categoria Discursiva	Ocorrências de Adjetivo	Número de Orações	Taxa de Ocorrência de Adjetivo
NARRATIVA 1	FIGURA	–	56	0%
	FUNDO	30	222	14%
NARRATIVA 2	FIGURA	3	49	6%
	FUNDO	26	125	21%
NARRATIVA 3	FIGURA	12	119	10%
	FUNDO	162	359	45%
NARRATIVA 4	FIGURA	3	48	6%
	FUNDO	13	42	31%
NARRATIVA 5	FIGURA	5	67	7%
	FUNDO	49	144	34%
NARRATIVA 6	FIGURA	17	367	5%
	FUNDO	43	196	22%

(continua)

(continuação)

NARRATIVA 7	FIGURA	–	30	0%
	FUNDO	98	361	27%
NARRATIVA 8	FIGURA	4	43	9%
	FUNDO	33	136	24%
NARRATIVA 9	FIGURA	1	12	8%
	FUNDO	22	91	24%
NARRATIVA 10	FIGURA	8	134	6%
	FUNDO	52	197	26%
NARRATIVA 11	FIGURA	5	64	8%
	FUNDO	19	123	15%
NARRATIVA 12	FIGURA	4	93	4%
	FUNDO	34	166	20%
TOTAL	FIGURA	62	1082	6%
	FUNDO	581	2162	27%

Em síntese, a tabela acima apresenta uma taxa média de ocorrência de adjetivo de 6% na categoria discursiva FIGURA e de 27% no FUNDO. Se tomarmos cada narrativa em separado, veremos que tal taxa é sempre maior, ainda que com algumas variações, no FUNDO, do que na FIGURA.

Tal cálculo mostrou que, ainda que FIGURA e FUNDO tivessem a mesma extensão, o mesmo número de orações, a frequência de adjetivos no FUNDO seria maior do que na FIGURA. Em outras palavras, o fator “extensão da categoria discursiva” foi neutralizado e, mesmo assim, há uma concentração muito maior (mais de quatro vezes maior) de adjetivos no FUNDO do que na FIGURA. Agora, sim, podemos afirmar que a categoria discursiva FUNDO propicia uma maior ocorrência de adjetivos em narrativas orais.

É interessante notar que, mesmo que a FIGURA seja maior do que o FUNDO, como no caso das narrativas 4 e 6, atípicas, ainda assim a taxa de ocorrência de adjetivo é maior no FUNDO do que na FIGURA. Isso parece indicar que é a própria natureza da categoria FUNDO, mais descritiva, que propicia essa frequência maior de adjetivos. Em outras palavras, pode-se afirmar que a forte presença de adjetivos contribui, junto a outros traços formais, para a caracterização do FUNDO enquanto plano discursivo.

Ocorrência do adjetivo predicativo vs atributivo

Nesta seção, pretende-se examinar a ocorrência de adjetivo predicativo *versus* adjetivo atributivo nas narrativas do *corpus*. Conforme já foi assinalado na introdução, um dos objetivos desta pesquisa é justamente o de verificar a freqüência de um e outro uso do adjetivo em narrativas orais do português. Os resultados encontrados com relação à freqüência de adjetivos atributivos e predicativos, aliados a outros fatores, como, por exemplo, o plano discursivo em que esses adjetivos ocorrem, servirão de base para se investigarem as possíveis funções discursivas de cada uso do adjetivo.

Segui, primeiramente, as definições tradicionais de adjetivo predicativo e atributivo. Tais definições baseiam-se em um critério puramente sintático, ou seja, se o adjetivo desempenha função de predicativo, na oração em que aparece, ou se ocorre no interior de um SN, exercendo função de adjunto adnominal.

A tabela abaixo apresenta a ocorrência de adjetivos predicativos e atributivos nas narrativas examinadas, de acordo com esse primeiro critério:

TABELA VI

Ocorrência de adjetivos predicativos e atributivos

	Adjetivos Predicativos	Adjetivos Atributivos	Total
NARRATIVA 1	24	6	30
NARRATIVA 2	6	23	29
NARRATIVA 3	105	69	174
NARRATIVA 4	12	4	16
NARRATIVA 5	28	26	54
NARRATIVA 6	39	21	60
NARRATIVA 7	38	60	98
NARRATIVA 8	12	25	37
NARRATIVA 9	12	11	23
NARRATIVA 10	13	47	60
NARRATIVA 11	14	10	24
NARRATIVA 12	22	16	38
TOTAL	325 (51%)	381 (49%)	643 (100%)

Dos 643 adjetivos examinados no *corpus*, **325** são predicativos e **318**, atributivos. Em termos percentuais, 51% dos adjetivos examinados são predicativos e 49%, atributivos. Isso significa que a diferença de ocorrência entre os dois tipos é muito pequena (2%).

Entretanto, esse ponto de vista exclusivamente sintático não é o mais relevante para o tipo de análise que se pretende desenvolver neste trabalho, qual seja, a investigação das possíveis funções discursivas do adjetivo. De um ponto de vista discursivo, os adjetivos em SNs predicativos são distintos, funcionalmente, dos demais adjetivos que ocorrem em SNs. Isto porque, como bem observou Thompson (1989), o adjetivo em SN predicativo tem uma função discursiva diferente daquela do adjetivo em SNs com outras funções sintáticas (sujeito, objeto e regime de preposição).

Segundo Thompson (1989), se, por um lado, os adjetivos que ocorrem em SNs predicativos são atributivos gramaticalmente, por outro lado, eles devem ser considerados predicativos funcionalmente. Isto porque, na grande maioria das vezes, eles são atributos de substantivos que não trazem nenhuma informação nova ao texto: substantivos relativamente “vazios”¹² (palavras como *coisa*, *negócio*, *idêia*, *pessoa* etc) ou anafóricos (que retomam referentes já estabelecidos no discurso).

Assim, o adjetivo atributivo desse tipo de SN funciona predicativamente, segundo a autora, uma vez que ele modifica um substantivo não-informativo. Nesse sentido, é o adjetivo que realiza, sozinho, a tarefa de predicar uma qualidade do referente introduzido anteriormente. O adjetivo, segundo Thompson (1989), é o próprio predicado da oração.

Uma evidência desse fato, segundo a autora, é que se pode parafrasear a oração *é realmente um bonito apartamento*, em que o adjetivo *bonito* ocorre dentro de um SN predicativo, com a oração o

¹² Thompson (1989) utiliza o termo “vazio” para se referir a termos polivalentes (palavras vicárias), como *coisa*, *negócio*, *pessoa* etc. Por comodidade de referência, também empregarei esse termo, mas isso não significa que tais palavras sejam destituídas de sentido, mas, sim, que, nos contextos em que são empregadas, não trazem nenhuma informação nova ao discurso.

apartamento é realmente bonito, em que o adjetivo ocorre como predicativo. Em conversações espontâneas, a distinção entre essas duas frases ficaria neutralizada. Há, no *corpus* desta dissertação, um exemplo particularmente interessante, em que o próprio falante constrói a paráfrase, sugerindo que tais estruturas sejam, de fato, equivalentes:

- (7) (...) aí... começou a ficar um mato **fechado**
o mato começou a ficar **fechado** (...) (N8:203-204)

Du Bois (1980), ao analisar casos semelhantes de SNs predicativos, têm a mesma percepção. Ele afirma que, quando se diz *são crianças pequenas*, o que está em jogo é a qualidade de ser uma criança pequena, e não a referência a uma entidade enquanto tal. Ele afirma que a qualidade “ser uma criança pequena” pode ser expressa em uma predicação que não faça menção a criança, mas apenas estabeleça suas idades, por exemplo: *elas têm de três a cinco anos*. Ele chegou à conclusão de que tais estruturas, devido ao seu *status* não-referencial, são marcadas pelo falante como indefinidas ou como zero, em termos do artigo utilizado. A esse respeito, convém citar ainda Liberato (1997), que afirma, distinguindo o uso predicativo de uma determinada expressão lingüística do uso referencial:

(...) o que caracteriza o uso predicativo de uma expressão é o fato de ela não ser usada para evocar uma entidade, nem de existência certa, nem hipotética. Ou seja, no uso predicativo não há referente (...). Expressões de uso predicativo evocam atributos mas não entidades – hipotéticas ou não – que tenham esses atributos. (Liberato, 1997, p. 62-63).

No *corpus* deste trabalho, todos os adjetivos encontrados em SNs predicativos funcionam predicativamente, isto é, como um verdadeiro predicado. Todos enquadram-se nos casos previstos por Thompson (1989): são adjetivos que acompanham um substantivo já introduzido no discurso anteriormente (substantivos anafóricos) ou substantivos “vazios”. Eis um exemplo do primeiro tipo:

- (8) (...) ah::... a pensão... nas circunstâncias que eu consegui
arrumar a pensão
eu não consegui
arrumar coisa assim... excelente não sabe?
era um pouco:: era uma pensão **pequena**... (...)
(N7:327-331)

No exemplo acima, o referente 'pensão' já havia sido introduzido em uma oração anterior, sendo o adjetivo o responsável maior pela predicação feita pelo falante, ao utilizar a estrutura com SN predicativo.

Abaixo seguem dois casos em que o substantivo também é anafórico, mas não havia sido introduzido lexicalmente, estando porém já presente de outra forma. Vejamos:

- (9) (...) e:: eu resolvi
engravidar
com a gente já tinha dois anos de casado
e:: graças a Deus não tive dificuldades
pra engravidar
foi uma gravidez super **tranquila**
engordei MUITo vinte quilos (...) (N9:18-24)

No exemplo acima, pode-se dizer que o referente 'gravidez' já havia sido introduzido no texto, através do "esquema"¹³ de *engravidar*, ainda que o item lexical *gravidez* não tivesse ainda ocorrido. Ele já havia sido evocado pelo verbo *engravidar* e por expressões como *o nascimento da minha filha*, que ocorrem no contexto anterior, o que faz com que ele não constitua informação nova a essa altura da narrativa.

Outro exemplo de casos em que a idéia encontra-se presente, não evocada por um item lexical, mas pela situação anterior à ocorrência do SN predicativo em questão, seria:

¹³ Remeto ao conceito de "esquema" em Liberato(1997), cap. 1. Du Bois (1980) também faz menção a esse tipo de evocação de referentes por meio de "frames".

- (10) (...) aí você tem um jantar com cinco pratos diferentes
são comidas **típicas** comidas SUPER **estranhas** umas bebidas
estranhas também **típicas** da Polinésia (...) (N3:401-402)

No exemplo acima, o referente 'comida' já havia sido introduzido através de *prato*. Já quanto ao referente 'bebida', ele havia sido introduzido implicitamente: a oração anterior não se refere a bebida, mas ela evoca um esquema, uma situação que inclui tal referente. Em outras palavras, um *jantar com cinco pratos diferentes* muito provavelmente inclui bebidas.

Passemos agora a exemplos encontrados no *corpus* do segundo tipo de substantivo (os "vazios") que ocorre em SNs predicativos que contêm adjetivos:

- (11) (...) você vai ver
que é uma das coisas mais **linda**
que pode existir
é como se você realmente tivesse dentro de uma igreja barroca
só que você olha pro piso
olha pra parede aí já vê
que ficou destoante
num:: num ficou assim aquela coisa **harmonio::sa**
aquela coisa **boni::ta** (...) (N7:208-217)
- (12) (...) aí ele olhou assim
(era) aquele trem **exagerado** né?
aí ele falou assim
que batom que cê usa? (...) (N6:446-449)

Nesses últimos exemplos, o adjetivo funciona predicativamente, porque o substantivo núcleo do SN é "vazio", no sentido de ser não-informativo, conforme já comentado anteriormente. Em (12), por exemplo, o adjetivo *exagerado* realiza praticamente sozinho a tarefa de predicar uma qualidade do referente em questão, já que o substantivo que o acompanha, o item *trem*, é "vazio", no sentido de Thompson (1989).

Este parece ser também o caso dos "SNs soltos" encontrados no *corpus*. Os adjetivos que ocorrem nesse tipo de SN, assim como os adjetivos encontrados em SNs predicativos, funcionam predicativamente,

uma vez que modificam um substantivo não-informativo (anafórico ou “vazio”). Nesse sentido, da mesma forma, é o adjetivo que realiza, sozinho, a tarefa de predicar uma qualidade do referente introduzido no contexto anterior. Abaixo seguem alguns exemplos:

- (13) (...) o céu tava azul e tudo na ho/ na hora
 nós descemos no aeroporto
 um aeroporto super **pequeninho**

éh:: nós levamos (assim) um susto (...)
 (N3:157-160)

- (14) (...) mas aí nós fomos pra cidade
 a cidade **maravilhosa** né?
 vale ressaltar que era verão... (...) (N3:165-166)

Assim, tendo constatado esse uso predicativo dos adjetivos atributivos em SNs predicativos e dos adjetivos atributivos em SNs “soltos”, foi realizada uma segunda divisão dos adjetivos, pelo fato de a primeira, que leva em conta apenas o ambiente sintático em que ocorre o adjetivo, não me parecer adequada aos objetivos desta pesquisa, que pretende investigar o **uso** dos adjetivos. Essa nova divisão reflete, a meu ver, as diferentes funções discursivas dos adjetivos em questão.¹⁴ Desse modo, pautando-me, não mais por um critério estritamente sintático, mas sim por um critério de natureza discursiva, agrupei os adjetivos predicativos, os adjetivos em SN predicativo e os adjetivos em SNs “soltos” em uma só categoria, uma vez que tais adjetivos têm em comum a função de predicar uma propriedade de um referente já estabelecido no discurso, funcionando como verdadeiros predicados, conforme demonstrado acima.

A partir de agora, portanto, seguindo Thompson (1989), quando for utilizada a expressão “predicativo”, está-se referindo aos casos de adjetivos predicativos, adjetivos em SNs predicativos e adjetivos em SNs “soltos”. Da mesma forma, quando se falar em “adjetivo atributivo”, faz-

¹⁴ Tais diferenças serão exploradas mais adiante.

se referência somente a adjetivos que ocorrem em SNs com outras funções sintáticas, a saber SNs sujeito, objeto e regime de preposição. Esses SNs são responsáveis, em sua grande maioria,¹⁵ pela introdução ou pela retomada de referentes no discurso. São os chamados SNs referenciais ou SNs rastreáveis (Du Bois, 1980 e no prelo, respectivamente).

A distribuição dos dois usos do adjetivo, a partir de uma perspectiva discursiva, vem expressa na tabela abaixo:

TABELA VII

Ocorrência de adjetivos com função predicativa e adjetivos com função atributiva

	Adjetivos Predicativos	Adjetivos Atributivos	Total
NARRATIVA 1	25	5	30
NARRATIVA 2	14	16	29
NARRATIVA 3	141	33	174
NARRATIVA 4	14	2	16
NARRATIVA 5	43	11	54
NARRATIVA 6	48	12	60
NARRATIVA 7	69	29	98
NARRATIVA 8	27	10	37
NARRATIVA 9	21	2	23
NARRATIVA 10	36	24	60
NARRATIVA 11	19	5	24
NARRATIVA 12	30	8	38
TOTAL	487 (76%)	156 (24%)	643 (100%)

Na tabela acima, podemos constatar a existência de **487** adjetivos com função predicativa e **156** adjetivos com função atributiva. A ocorrência de adjetivos com função predicativa é mais de três vezes maior do que a de adjetivos com função atributiva. Em termos percentuais, **76%** dos adjetivos encontrados são predicativos, ao passo que apenas **24%**, atributivos.

¹⁵ As exceções serão tratadas no momento oportuno.

É interessante notar como, com essa nova divisão dos adjetivos, o quadro se alterou em relação aos resultados da tabela VI. Somente agora, podemos ter uma idéia mais precisa do **uso** de adjetivos em narrativas. De acordo com o primeiro critério, estritamente sintático, praticamente não havia diferença entre a freqüência de uso dos adjetivos predicativos e atributivos (51% para os predicativos e 49% para os atributivos). A partir desse novo entendimento acerca do que vem a ser um adjetivo predicativo, vê-se que os falantes, ao relatarem suas histórias, utilizam muito mais freqüentemente adjetivos em função predicativa do que adjetivos atributivos, propriamente ditos.

A respeito da freqüência de adjetivos predicativos e atributivos, Englebretson (s.d.) propõe, e seus dados parecem confirmar, que a distribuição entre adjetivos predicativos e atributivos, nos diferentes eventos discursivos por ele estudados, depende da quantidade de referentes partilhados entre os interlocutores. Interações em que os participantes estão avaliando e comentando referentes partilhados tenderiam, segundo o autor, a apresentar mais adjetivos predicativos, ao passo que interações tais como narrativas ou palestras, que envolvem a introdução de novos referentes no discurso, tenderiam a possuir um número maior de adjetivos atributivos.

Os dados do *corpus* aqui analisado não confirmaram tal afirmação, pelo menos no que diz respeito ao gênero narrativo. De acordo com o primeiro critério utilizado (o sintático), encontrou-se uma distribuição uniforme de adjetivos predicativos e atributivos (51% e 49%, respectivamente). De acordo com o critério funcional, como foi visto logo acima, a distribuição alterou-se significativamente, apresentando ampla maioria de adjetivos predicativos (76%).

De todo modo, nas doze narrativas aqui estudadas, com base em um ou outro critério, não se encontrou um número maior de adjetivos atributivos do que predicativos, como previra Englebretson (s.d.) para o gênero narrativo. Cabe salientar, inclusive, que, de acordo com a metodologia de coleta de narrativas adotada na constituição do *corpus* deste trabalho, foi pedido aos informantes que relatassem histórias desconhecidas pelos documentadores, justamente para restringir ao máximo a quantidade de referentes previamente partilhados entre os interlocutores. Ou seja, mesmo havendo poucos referentes que fossem

do conhecimento prévio de ambos os interlocutores das narrativas do *corpus* desta pesquisa, ainda assim, a freqüência de adjetivos atributivos foi menor do que a de adjetivos predicativos.

Dessa forma, os dados aqui examinados não confirmaram as previsões do autor de que um maior número de adjetivos atributivos estaria relacionado a um menor número de referentes partilhados entre os interlocutores.

As tentativas de explicação para a distribuição encontrada virão mais adiante.

Distribuição do adjetivo predicativo e atributivo na FIGURA e no FUNDO

Verificou-se, ainda sem distinguir adjetivos atributivos de predicativos, a distribuição geral dos adjetivos nas duas categorias discursivas principais, a FIGURA e o FUNDO. O objetivo, naquele momento, era investigar se, de fato, como previra Du Bois (1980), a ocorrência geral de adjetivos se dá com maior freqüência no FUNDO do que na FIGURA, conforme hipótese aventada (mas não comprovada) por Du Bois (1980).

A partir do momento em que se dividiram os adjetivos encontrados em adjetivos predicativos e atributivos, cabe verificar agora se os dois grupos de adjetivo ocorrem prioritariamente na categoria discursiva FUNDO ou não. Em outras palavras, deseja-se saber se o que se concluiu para os adjetivos como um todo, isto é, que sua ocorrência se dá com maior freqüência no FUNDO do que na FIGURA, continua sendo válido, ou não, para cada uso do adjetivo em separado.

Esta seção destina-se, pois, a fazer o cruzamento das duas variáveis que foram consideradas anteriormente, a saber: a categoria discursiva (FIGURA ou FUNDO) e o uso do adjetivo (em função predicativa ou atributiva).

TABELA VIII**Distribuição dos adjetivos predicativos vs adjetivos atributivos nas categorias discursivas FIGURA E FUNDO**

	Adjetivo Predicativo	Adjetivo Atributivo	Total
FIGURA	15 (2%)	47 (7%)	62 (9%)
FUNDO	472 (74%)	109 (17%)	581 (91%)
TOTAL	487 (76%)	156 (24%)	643 (100%)

Na tabela acima, registram-se 15 casos (2%) de adjetivo predicativo na FIGURA, 47 casos (7%) de adjetivo atributivo na FIGURA, 472 casos (74%) de adjetivo predicativo no FUNDO e 109 casos (17%) de adjetivo atributivo no FUNDO. Totalizando os percentuais, à primeira vista, pode-se concluir, conforme aventado por Du Bois (1980), que os dois tipos de adjetivo ocorrem majoritariamente no FUNDO, ainda que a diferença entre a ocorrência na FIGURA e no FUNDO seja muito maior no caso dos adjetivos predicativos do que no caso dos atributivos.

Porém, de forma semelhante ao que foi feito anteriormente, quando consideramos a distribuição geral do adjetivo nas duas categorias principais, é indispensável que se calcule uma taxa de ocorrência de adjetivos predicativos e atributivos nas duas categorias discursivas, levando-se em conta o número total de orações de cada categoria. A tabela abaixo registra esses dados:

TABELA IX**Taxa de ocorrência de adjetivos predicativos e adjetivos atributivos nas categorias FIGURA E FUNDO, relativamente ao número de orações de cada categoria**

	adjetivos predicativos	adjetivos atributivos	número de orações por categoria	taxa de ocorrência de adjetivo predicativo	taxa de ocorrência de adjetivo atributivo
FIGURA	15	47	1084	1%	4%
FUNDO	472	109	2160	22%	5%

A tabela IX acima apresenta as seguintes taxas de ocorrência: 1% de adjetivo predicativo na FIGURA, 22% de adjetivo predicativo no FUNDO, 4% de adjetivo atributivo na FIGURA e 5% de adjetivo atributivo no FUNDO.

Pode-se ver que, quando levamos em conta o número de orações por categoria, o quadro de freqüência dos dois usos do adjetivo, em cada uma das duas categorias, altera-se de modo significativo, principalmente no que se refere ao adjetivo atributivo. Este último é quase tão freqüente na FIGURA quanto no FUNDO. Em outras palavras, a categoria discursiva, FIGURA ou FUNDO, parece não ter influência na freqüência de uso do adjetivo atributivo.

Logo, tal constatação contraria, em parte, a hipótese de Du Bois (1980), acima referida, de que ambos os adjetivos, predicativos e atributivos, ocorreriam mais freqüentemente no FUNDO do que na FIGURA. Nos dados desta pesquisa, como se lê em IX, tal hipótese só foi confirmada para os casos de adjetivo predicativo. Entretanto, cabe lembrar que os dois estudos seguem metodologias de coleta de narrativas muito diferentes, o que pode ter gerado resultados discrepantes. Além disso, o autor não quantificou todas as ocorrências de adjetivo, como foi feito neste trabalho, tendo apenas aventado a hipótese de que ambos os tipos de adjetivo seriam mais freqüentes no FUNDO do que na FIGURA.

Em relação ao adjetivo predicativo, os dados deste trabalho indicam que ele é muito mais freqüente no FUNDO, como a tabela anterior já havia demonstrado. Observa-se, a partir da tabela acima, porém, que a freqüência de adjetivo predicativo no FUNDO é ainda maior do que se imaginava. Aliás, os casos de adjetivo predicativo na FIGURA restringem-se a poucos casos de predicado verbo-nominal, em que o falante desvia-se do padrão acima citado e relata um evento, ao mesmo tempo em que predica uma qualidade do participante daquele evento.¹⁶

¹⁶ Alguns exemplos e tentativas de explicação desses casos, mais raros, de predicativo na FIGURA serão apresentados na seção seguinte.

Se focalizarmos a categoria discursiva, veremos que, na FIGURA, ocorrem, majoritariamente, adjetivos atributivos (as exceções são alguns casos de adjetivo predicativo em construções com predicado verbo-nominal). Já no FUNDO, embora ocorram também adjetivos atributivos, os adjetivos predicativos são bem mais freqüentes do que estes últimos.

Assim, se soubermos de antemão que o falante se utilizará da FIGURA, por exemplo, poderemos prever o tipo de adjetivo que provavelmente ocorrerá: serão adjetivos atributivos ou, mais raramente, adjetivos predicativos em predicados verbo-nominais. Se for o FUNDO, ocorrerão, mais freqüentemente, adjetivos predicativos, e, bem menos freqüentemente, adjetivos atributivos.

É interessante observar que somente após serem agrupados os adjetivos predicativos, os em SN predicativo e os em SNs “soltos” em uma só classe e ser calculada a freqüência dos adjetivos proporcionalmente ao número de orações de cada plano discursivo é que emerge um padrão de uso do adjetivo predicativo *vs* adjetivo atributivo.

Tais observações obrigam-nos a rever a conclusão de que, conforme previam as hipóteses (4) e (5), o adjetivo é mais freqüente no FUNDO do que na FIGURA. Na realidade, é necessário que distingamos os dois usos do adjetivo, o predicativo e o atributivo, para que possamos verificar se a categoria discursiva, no caso aqui FIGURA e FUNDO, propicia um maior ou menor uso do adjetivo. Assim, qualificando agora a conclusão obtida anteriormente, é possível afirmar o seguinte: *o FUNDO é um ambiente mais propício à ocorrência de adjetivos predicativos do que a FIGURA. Quando focalizamos apenas os adjetivos atributivos, a categoria discursiva parece não ter muita relevância como fator motivador de uma maior freqüência de adjetivos.*

Nas duas próximas seções, tentaremos formular algumas explicações para os resultados observados nesta seção.

Descrição da função discursiva do adjetivo predicativo

Até agora, as análises realizadas nas seções anteriores levaram a algumas conclusões a respeito do uso dos adjetivos predicativos em narrativas orais coloquiais do português, a saber:

- a) os falantes utilizam, muito mais freqüentemente, adjetivos predicativos do que adjetivos atributivos (76% dos adjetivos encontrados possui função predicativa);
- b) 97% dos adjetivos predicativos encontram-se na categoria discursiva FUNDO;
- c) a freqüência de uso de adjetivos predicativos no FUNDO (22%) é muito mais alta do que a freqüência de adjetivos predicativos na FIGURA (1%);
- d) as ocorrências de predicativo na FIGURA restringem-se a apenas 15 casos (3% do total de 487 adjetivos predicativos) de construções com predicados verbo-nominais.

Esta seção dá prosseguimento à análise, propondo-se a explorar a função discursiva que o adjetivo predicativo, discursivamente falando,¹⁷ desempenha nas doze narrativas orais que serviram de *corpus* para este estudo, considerando-se apenas, como já foi salientado outras vezes, os adjetivos presentes nas duas categorias principais, FIGURA e FUNDO.

Explorando mais detidamente as conclusões a que se chegou até aqui, pode-se afirmar que os falantes evitam misturar o uso de adjetivos predicativos com a tarefa de fazer avançar a história. A explicação residiria no fato de que, se um falante deseja fazer menção a uma determinada propriedade de um personagem da história, por exemplo, ele tenderá a desviar totalmente sua atenção para o assunto, utilizando-se do FUNDO narrativo. Desse modo, ele preocupa-se, primeiramente, com a introdução ou retomada de um determinado participante, tarefas necessárias para fazer “avançar” a narrativa. Só em um segundo momento é que ele predica uma propriedade desse referente.

Além disso, vimos também que Thompson (1989), a partir do exame de um *corpus* composto de dados de conversação, descreve a

¹⁷ Cabe repetir que se incluem aqui tanto os adjetivos tradicionalmente classificados como predicativos, como os adjetivos em SNs predicativos e os em SNs “soltos”, pelas razões expostas anteriormente: predicam propriedades de referentes já estabelecidos no discurso.

função discursiva do adjetivo predicativo como sendo a de predicar uma propriedade de um **referente já estabelecido no discurso**.

Com base nessas observações e nas conclusões obtidas a partir do exame dos dados, passo agora a investigar de maneira mais minuciosa tal função do adjetivo predicativo, que pode ser assim sintetizada, como primeira hipótese de trabalho:

- (15) **Utiliza-se um adjetivo predicativo quando, após a introdução ou a retomada de um dos participantes de uma dada narrativa, se deseja fazer menção a alguma propriedade desse participante. Nesse momento, o adjetivo predicativo é utilizado, no FUNDO, para predicar uma propriedade de um participante já estabelecido no discurso.**

O padrão descrito acima pode ser fartamente ilustrado através de exemplos do *corpus*, alguns deles reproduzidos a seguir (as orações da FIGURA encontram-se em negrito e sublinhadas e os adjetivos, no FUNDO, apenas em negrito):

- (16) (...) **passa um ônibus pra Santa Luzia** (...)
o ônibus tava tão **cheio** tão cheio tão cheio (...)
(N11:89-93)
- (17) (...) **ai éh veio... vieram duas pessoas... dois homens**
e eu percebi logo pelos olhos deles
que eles estavam **drogados** ou **bêbados** (...)
(N12:80-82)

Os exemplos acima ilustram casos em que o falante introduz um participante no discurso, e só em seguida à introdução desse novo participante é que ele lhe confere uma qualidade, utilizando-se, para isso, do FUNDO. Em (16), por exemplo, o referente 'ônibus' está sendo introduzido pela primeira vez na narrativa. Tal introdução é feita com a frase *passa um ônibus pra Santa Luzia*. Na oração seguinte, a narradora passa a descrever o referido ônibus: *o ônibus tava tão cheio tão cheio tão cheio*. O mesmo acontece no outros exemplo, com o referente 'dois homens', em que, primeiramente, se introduzem tais referentes, para, só depois, se predicarem qualidades a seu respeito.

Observe-se que os falantes poderiam ter feito referência à propriedade expressa pelo adjetivo no próprio SN em que eles introduziram o participante. Por exemplo, em relação a (17), o falante poderia ter introduzido toda a informação de uma só vez: *aí vieram dois homens drogados ou bêbados...* Mas não é isso o que costuma ocorrer: parece haver, por parte do falante, uma preferência em separar, em orações distintas, ou até mesmo, muitas vezes, em dois diferentes planos discursivos,¹⁸ essas duas funções discursivas

Observem-se agora os seguintes exemplos:

- (18) (...) **à noite eu fui ao show de tango**
 aí foi que comecei a conhecer mais ou menos as pessoas
 o show de tango foi **lindo**
 acho que é uma das danças mais **bonitas**
 que eu já vi assim pelo menos ao vivo MUITO **bonita** (...)
 (N3:75-80)
- (19) (...) **aí ele se encontra vai encontrar com esse cara**
 esse cara ele é de origem **italiana**
 como o Mastroiani também é no filme
 apesar de ser **português** mas de origem **italiana** (...)
 (N10:60-63)

Nos exemplos acima, o falante, primeiramente, retoma um participante da história, para em seguida, utilizando-se do FUNDO discursivo, predicar uma qualidade¹⁹ a respeito dele.

¹⁸ De acordo com o padrão descrito em Du Bois (1980), os participantes, em geral, são introduzidos no modo descritivo (equivalente ao FUNDO discursivo), e retomados, quando se tornam tópicos, no modo narrativo (equivalente à FIGURA). Nas narrativas que constituíram o *corpus* desta pesquisa, foram encontrados muitos casos de participantes introduzidos na FIGURA, como mostra a maioria dos exemplos acima, não tendo se confirmado tal padrão. Entretanto, não me preocupei em analisar mais detidamente esse ponto, nem em quantificar tais dados, pois fugiria ao escopo deste trabalho.

¹⁹ Estou usando aqui o termo “qualidade” em sentido amplo, como sinônimo de “propriedade”.

Os dados examinados no *corpus* confirmam a existência do padrão descrito em (15). A atribuição de uma propriedade a um participante do discurso é feita em duas etapas: introduz-se ou retoma-se um participante do discurso e, uma vez feito isso, aí sim é o momento de se predicar, no FUNDO, uma qualidade sua. Em termos de processamento de discurso, pode-se dizer que o falante opta pela separação dessas duas tarefas, fornecendo uma informação de cada vez. A realização das duas tarefas ao mesmo tempo traria um custo cognitivo maior, dificultando o processamento das informações pelo ouvinte. O falante é sensível a essas dificuldades de processamento por parte do ouvinte, levando-as em conta, no momento de construir o seu discurso e de codificar sua mensagem.

Não podemos nos esquecer de que estamos tratando aqui de processamento oral, em que o ouvinte não pode voltar atrás no discurso para verificar se compreendeu bem o que está sendo dito. Ou melhor, ele até poderia fazê-lo, pedindo para que o falante repetisse o que disse, mas não é isso o que ocorre (salvo ocasionalmente), ou seja, não ficamos o tempo todo pedindo ao nosso interlocutor que repita o que disse. Isso nos leva a crer que há um mecanismo muito eficaz de comunicação, garantido, em grande parte, no caso de narrativas, por essa alternância dos dois planos discursivos principais, que permite separar a seqüência de eventos propriamente dita dos comentários, descrições etc.

Não posso deixar de registrar aqui que há 15 ocorrências de adjetivos predicativos (3% do total de predicativos) que parecem se desviar do padrão descrito, pelo fato de ocorrerem na FIGURA, e não no FUNDO, como era esperado. São casos de predicativos que integram predicados verbo-nominais.²⁰ Nesses casos, o falante, diferentemente do que é mais usual, opta por atribuir uma qualidade a um participante da história, ao mesmo tempo em que se dedica à tarefa de fazê-la avançar.

Nesse sentido, eles são casos excepcionais. Todavia, um padrão discursivo revela uma tendência e não uma regra categórica. Espera-se que haja casos que não se acomodem ao padrão, sem que isso

²⁰ Está-se utilizando aqui o rótulo tradicional de “predicado verbo-nominal”.

constitua problema para a análise. Há que se notar, porém, dois fatos atenuantes do caráter excepcional dessas construções. O primeiro é que, em todos eles, o referente já havia sido estabelecido no discurso em alguma oração anterior, ou seja, não se misturam as tarefas de introdução de um novo participante com a de predicação de uma propriedade desse participante. Tal atribuição de propriedade é feita no momento da retomada de um participante do discurso e não no momento de sua introdução, esta última uma tarefa mais pesada, cognitivamente falando, do que a de retomar participantes.

Em segundo lugar, o predicado “verbo-nominal” dessas construções é constituído de verbo nocional intransitivo, ou seja, de predicador de apenas um lugar (o sujeito). Assim, se o sujeito já é conhecido do ouvinte, a única informação nova é aquela expressa pelo adjetivo, fato que torna a construção menos pesada em termos de processamento.²¹

Segue um exemplo desse tipo de predicação:

- (20) (...) **levaram meu dinheiro**
 não paguei conta
cheguei em casa arrasado (...)
 (N12:185-188)

Até aqui vimos em que momento o falante se utiliza do adjetivo predicativo: no FUNDO, após a introdução ou retomada de participantes. Contudo, ainda não analisamos o conteúdo dessa qualificação,²² não investigamos com que intenção o falante usa esse adjetivo. Em outras palavras, com que finalidade o falante atribui uma propriedade a um participante já estabelecido no discurso?

Como o participante já está estabelecido no discurso (seja por meio apenas de uma primeira introdução, seja após várias retomadas), não podemos imaginar que a função do adjetivo predicativo seja a de

²¹ Cf. Du Bois (no prelo) sobre o custo cognitivo de introdução e retomada de participantes etc.

²² Por enquanto, estou usando “qualificação” em sentido amplo. Na seção 4.6, será empregado no sentido de Liberato (1997), como uma das funções semânticas específicas do adjetivo que ocorre dentro de SNs.

auxiliar na delimitação desse referente. Ao contrário, parece mais natural se supor que os adjetivos predicativos não contribuam de modo algum para essa delimitação. Qual seria, então, sua função?

Assim, levanta-se uma segunda hipótese:

- (21) O adjetivo predicativo acrescenta informação extra ao participante já estabelecido no discurso, veiculando opiniões, julgamentos, impressões etc.

Vimos que os adjetivos predicativos servem para predicar uma propriedade de um referente já estabelecido no texto. Ora, se o referente já está estabelecido no discurso, é previsível que o adjetivo só possa acrescentar alguma informação extra a esse referente, não sendo necessário para sua delimitação. De certa forma, a hipótese (21) é um corolário do padrão descrito em (15). Ainda assim, penso ser importante explicitá-la e tentar encontrar explicações para esse fato.

Examinando o *corpus* em português, comprova-se a adequação da hipótese (21), conforme ilustrado pelos exemplos abaixo:

- (22) (...) com relação ao povo (...)
é um povo assim **agradável alegre hospitaleiro** rece/
receptivo sabe?
é um lugar assim que a gente chega
e que a gente tem a impressão
que tá em casa...
de tão **agradável** que é... (...) (N7:289-297)
- (23) (...) aquela região é muito **perigosa** (...)
é muito pe/... é muito **movimenTAda**
tem coMÉRcio
em tem BANco
tem esCOLa
mas também tem piVEte
tem margiNAL entendeu? (...)
entendeu? ali é muito **perigoso**
entendeu?... é é mais **periGOso**
você andar ali
do que entrar na favela (...) (N12:220-233)

Os adjetivos grifados nesses exemplos exprimem mais um julgamento do falante, uma avaliação, uma opinião, a respeito da pessoa, objeto ou lugar em questão, do que uma característica que descreva objetivamente essa entidade, delimitando-a enquanto referente. Eles constituem a expressão da subjetividade: ao narrar uma história, o falante não se contenta em relatar “o que aconteceu”, mas procura também colocar-se, imprimindo um tom pessoal ao que é narrado.

Pode-se observar que os adjetivos predicativos são, em geral, subjetivos, no sentido em que Maingueneau (1986) emprega esse termo: em vez de descreverem simplesmente o mundo, esses adjetivos “remetem principalmente a um julgamento de valor do sujeito enunciador” (Maingueneau, 1986, p.112). Tal oposição fica evidente em pares de exemplos como: *uma torre quadrada* vs *uma torre magnífica* ou *um menino louro* vs *um menino bonito*, em que o primeiro adjetivo do par é objetivo, ao passo que o segundo, subjetivo.

Segundo o autor, os adjetivos do primeiro tipo (os denominados “objetivos”) possuem uma função descritiva, no sentido de que enquadram as entidades em classes, ao passo que os do segundo tipo (os “subjetivos”) não fornecem critérios claros para que se possa determinar se uma entidade pertence ou não a uma dada classe. Por exemplo, é trivial determinar se o predicado “brasileiro” pode ou não ser corretamente aplicado a João, uma vez que há um consenso acerca das condições a serem satisfeitas para essa aplicação. Já no caso do predicado “bonito”, isso não ocorre, exatamente em função da natureza subjetiva dos critérios associados à sua aplicação.

Maingueneau salienta ainda que adjetivos como *grande*, *longo*, *pequeno* etc, que poderiam, à primeira vista, ser classificados como objetivos, dependem também de uma avaliação subjetiva por parte do enunciador. Em outras palavras, a avaliação é fundada em uma dupla norma: interna ao objeto e específica do enunciador. Se eu digo, por exemplo, *um livro grande*, estou dizendo que esse livro é maior do que a norma de tamanho de um livro, *a partir da idéia que eu tenho acerca disso*. De acordo com os objetos em questão e a situação de enunciação, diferentes fatores intervêm nessa apreciação.

Não é por mera coincidência que os adjetivos predicativos ocorrem justamente no FUNDO narrativo. É nesse plano discursivo que os falantes fazem apreciações e julgamentos acerca dos fatos ocorridos, expressam opiniões, descrevem estados e sensações, referem-se a qualidades de pessoas e situações etc. O FUNDO é o lugar em que o falante expõe sua identidade, sua interpretação do mundo. Já a FIGURA tende a ser mais objetiva, na medida em que – pelo menos supostamente – restringe-se a relatar os fatos de modo mais distanciado.

Sem querer me alongar por demais nessas observações, o que deve ser ressaltado aqui é o fato de que os adjetivos predicativos encontrados no *corpus* estudado são, em sua grande maioria, do tipo subjetivo, no sentido definido por Maingueneau. O uso de adjetivos predicativos é um dos recursos de que o falante dispõe, ao longo de sua narração, para emitir um julgamento de valor a respeito das entidades que participam do discurso.

Tal natureza mais subjetiva dos adjetivos predicativos parece coadunar-se com o fato de que eles acrescentam informação extra ao referente, conforme previsto em (21). Não que seja impossível se imaginar que uma informação extra possa ser objetiva, no sentido acima exposto, ou o contrário, que uma informação subjetiva possa servir para a delimitação de um referente. Mas, no exame dos dados, ficou claro que tais possibilidades potenciais são bem menos freqüentes. A informação extra veiculada pelos adjetivos predicativos consiste, basicamente, em opiniões, julgamentos, impressões.

Dando prosseguimento à investigação da função discursiva do adjetivo predicativo, levanta-se uma terceira hipótese, que diz respeito à relevância do papel que o participante ao qual se acrescenta informação extra desempenha na narrativa em questão:

- (24) O adjetivo predicativo acrescenta, com maior freqüência, informação extra a um participante relevante da narrativa.

De fato, o exame dos dados permite observar que, na grande maioria dos casos (81%), o adjetivo predicativo ocorre predicando uma propriedade de um participante que desempenha papel importante na

narrativa, e não de um participante secundário.²³ A explicação residiria no fato de que, como se trata de participante relevante, é natural que o falante volte sua atenção para descrevê-lo, julgá-lo, tecer comentários sobre ele etc. É como se tal personagem, dada a sua importância, provocasse a interrupção do fluxo da narrativa, para que se pudesse falar sobre ele. Ao contrário, é pouco comum que um falante se alongue atribuindo qualidades a um participante secundário da história.

Seguem alguns exemplos em que se pode verificar o uso de adjetivos predicativos empregados com relação a um participante relevante da narrativa:

- (25) (...) **a Natasha teve icterícia... né? (...)**
 aí eu fiquei mais tempo
 mas graças a Deus que hoje ela tá com um aninho né?
saudável linda muito **inteligente**
 e:: assim o marido está baBAN::do né? por ela a gente tá
 tentando fazer de tudo
 pra que ela seja muito **feliz**
 ela é uma criança **sorridente** uma criança **alegre**
 ela acorda sorrindo (...) (N4:100-108)
- (26) (...) **aí ele falou assim...**
 éh... aí ele até ele meio **assustado** assim olhando né?
 porque ele não não chegava não lembrava de algumas coisas
 e ele não controlava as reações dele
 quando ele tomava né?
 ele ficava muito **excitado** muito:: **doidão** né?... (...)
 (N6:739-745)

²³ Não é sempre fácil decidir se um dado participante do discurso possui maior ou menor importância para uma determinada narrativa. Givón (1990: 908) relaciona algumas formas de se medir a relevância global de referentes. Dentre elas, duas foram utilizadas aqui, de forma conjugada: a frequência geral (o número de vezes que um dado referente aparece no discurso) e a apreciação intuitiva de falantes (no caso aqui, a própria pesquisadora e um informante “ingênuo”), acerca da centralidade de um determinado participante.

Na realidade, parece que é a própria dinâmica dos planos discursivos, acionados em paralelo, que contribui para sinalizar ao ouvinte que se trata de participante importante para a narrativa em questão. Muitas vezes, o ouvinte infere a relevância de um participante justamente porque, em seguida à sua introdução ou retomada, a seqüência de eventos é interrompida e o plano FUNDO, acionado, demonstrando que tal personagem merece, digamos assim, que se faça um pequeno desvio para se falar um pouco mais sobre ele.

No entanto, deve-se registrar que, ainda que o adjetivo predicativo se refira majoritariamente a um dos participantes principais da narrativa, ele não é utilizado exclusivamente nesses casos: há também ocorrências de predicativos qualificando participantes aparentemente menos importantes (19% dos casos). A diferença é que esse tipo de participante *raramente aciona a abertura do plano discursivo FUNDO*. Mas, uma vez já acionado esse plano, devido à sua natureza descritiva e avaliativa, ele favorece o aparecimento de adjetivos predicativos, predicando propriedades também de participantes menos importantes. Muitas vezes, inclusive, tais participantes secundários só apareceram em função de uma descrição de algum outro participante mais importante do discurso. Para exemplificar, retome-se o dado abaixo:

- (27) (...) **à noite eu fui ao show de tango**
 aí foi que comecei a conhecer mais ou menos as pessoas
 o show de tango foi **lindo**
 acho que é uma das danças mais **bonitas**
 que eu já vi assim pelo menos ao vivo MUITO **bonita**
 apesar de que os bailarinos eram **horROROSOS** (risos) todos
 eles ué
 a gente tinha criado expectativa porque a guia
 (...)
 e assim ela tinha avi/avisado às pessoas né? os casais
 que pros maridos segurarem as esposas
 se não ia ter um:: como se diz? elas iam ficar **louquinhas**
 porque os bailarinos eram **maravilhosos**
 no final das contas acho
 que era ela que tava **louca** né?
 porque os homens eram **horrorosos** (...) (N3:75-94)

No exemplo acima, os referentes ‘os bailarinos’, ‘a guia’ e ‘as esposas’ foram introduzidos no FUNDO, em função da descrição do “show” de tango. Não são participantes principais da narrativa em questão, mas são qualificados, através de adjetivo predicativo, no FUNDO. Entretanto, não foi a descrição deles que acionou o FUNDO, mas sim a descrição do “show” de tango, que parece ter marcado de forma especial a viagem relatada pela informante, e que poderia ser considerado um participante relevante.

Em síntese, a função discursiva do adjetivo predicativo consiste em predicar qualidades de participantes já estabelecidos na narrativa, acrescentando-lhes informação extra, não necessária para sua delimitação. Além disso, pode-se dizer que existe uma forte tendência no sentido de que tal participante desempenhe um papel importante na narrativa, na visão do narrador.

É importante observar que tal função ocorre, de forma amplamente majoritária, no FUNDO da narrativa, ou seja, o falante opta por não integrar a função discursiva do adjetivo predicativo às funções características da FIGURA: estabelecimento e retomada de tópico, progressão das ações da narrativa etc. Ao sentir necessidade de descrever um participante, ele opta por interromper o fluxo da narrativa, fazer uma espécie de parêntese discursivo, para só então voltar à narração dos eventos propriamente dita.

Descrição da função discursiva do adjetivo atributivo

Na última seção, analisou-se a função discursiva do adjetivo em função predicativa. Passarei agora ao estudo da função discursiva do adjetivo atributivo.

Como já foi visto, há 156 ocorrências de adjetivos desse tipo, 47 na FIGURA e 109 no FUNDO. A comparação das taxas de ocorrência de adjetivo atributivo na FIGURA (4%) e no FUNDO (5%), levando-se em conta o número de orações de cada categoria, não revelou, como foi observado, diferença significativa entre o uso desse tipo de adjetivo em uma e outra categoria. Podemos afirmar, então, que os dados que obtivemos de ocorrências de adjetivo atributivo não se mostraram

sensíveis à variável categoria discursiva, pelo menos no que diz respeito à frequência. Em outras palavras, o potencial do FUNDO é quase idêntico ao da FIGURA no que se refere à frequência de uso desses adjetivos.

Nesta seção, com o intuito de explorar a função discursiva dos adjetivos atributivos, examinarei, primeiramente, se os SNs em que ocorrem adjetivos atributivos são responsáveis por introduzir ou retomar participantes do discurso; em seguida, serão verificadas as funções sintáticas de tais SNs; posteriormente, uma terceira etapa consistirá na aplicação das hipóteses de Liberato (1997) aos dados do *corpus*. Levando em conta os resultados dessas análises, procurarei desenvolver uma descrição do papel discursivo dos adjetivos atributivos.

Dando início à descrição da função discursiva dos adjetivos atributivos, passarei a examinar o papel discursivo dos SNs em que ocorrem adjetivos, no que se refere à introdução ou retomada de participantes no discurso.

Ao narrar uma história, o falante introduz, ao longo da narrativa, uma série de referentes, que desempenham certos papéis na história contada; são os chamados “participantes da narrativa”. Tais papéis podem ser mais ou menos relevantes na estrutura da narração: há participantes principais e secundários em uma narrativa, dado o grau de saliência de cada um no enredo. Os participantes principais, por serem o foco de atenção e de ênfase, no discurso em que ocorrem, são elementos constantemente retomados ao longo da narrativa.

A introdução de novos participantes no discurso é feita geralmente por sintagmas nominais lexicais. Uma vez já estabelecidos no discurso, o mais comum é que esses participantes sejam retomados, quando o são, através de pronomes, anáforas zero ou SNs lexicais anafóricos.

Para Thompson (1989), a função discursiva do adjetivo atributivo consiste justamente em contribuir para a introdução de novos referentes no discurso. Em seus dados, compostos de textos conversacionais, do total de 308 adjetivos encontrados, 21% eram casos de adjetivos atributivos, que exerciam a função introdutora de novos referentes.

Tendo em vista as observações acima, e visando a verificar, em narrativas orais do português, as conclusões a que Thompson (1989)

chegou, com base em textos conversacionais em inglês, parte-se da seguinte hipótese:

- (28) A ocorrência de adjetivos atributivos dá-se, mais freqüentemente, em SNs que introduzem novos participantes no discurso.

Observando os dados, chegamos ao seguinte quadro, representado na tabela X, abaixo:

TABELA X

Papel discursivo dos SNs em que ocorrem adjetivos atributivos

SNs lexicais que introduzem participantes	SNs lexicais que retomam participantes	SNs não-referenciais	TOTAL
101 (65%)	43 (27%)	12 (8%)	156 (100%)

A partir da tabela acima, pode-se atestar que 65% dos adjetivos ocorrem em SNs cuja função é a de introduzir um participante no discurso e 27%, em SNs que retomam participantes. Além disso, há 12 casos (8%) de adjetivos que ocorrem em SNs não-referenciais. Tais dados parecem confirmar a hipótese (28) de que os adjetivos ocorrem, majoritariamente, em SNs que introduzem referentes no discurso.

Para ilustrar, considerem-se os seguintes exemplos (os SNs vêm sublinhados e os adjetivos, em **negrito**):

- (29) (...) e depois à tarde a gente ia visitar alguns bairros **famo::sos** ia visitar a residência **presidencial** né? do Carlos Ménen (...) (N3:103-104)
- (30) (...) éh:: aí fomos direto para a casa da nossa amiga... ela ela estava nos esperando com um almoço **mineiro** daqueles (...) (N2:21-22)

Nos exemplos acima, os participantes estão sendo introduzidos no discurso, pela primeira vez, por SNs cujo nome núcleo vem acompanhado de um adjetivo. Há, entretanto, uma grande porcentagem de adjetivos – maior do que a esperada (27%) – que ocorre em SNs que retomam participantes já estabelecidos no discurso. Vejamos alguns exemplos:

- (31) (...) sei que nós ainda depois continuamos a caminhar
e acabamos encontrando mesmo águas mais claras águas rasas
(...)
eu também me banhei nas águas **rasas**... (...) (N5:250-257)
- (32) (...) o padre da igreja era uma figura fantástica assim
então ele cede a casa paroquial
pra gente ir trocar de roupa e tudo mais
só que tava tendo uma uma espécie de encontro de jovens na
casa **paroquial** (...)
na hora de fazer o aquecimento a gente não pôde fazer direito
e tal (...) (N11:193-197)

Nos exemplos acima, o adjetivo é utilizado no momento em que o participante é retomado no discurso. Especificamente no que diz respeito a esses casos de retomada de referentes, parece haver uma divergência entre meus resultados e os de Thompson (1989). Ela encontrou em seus dados apenas um caso, em 308, de adjetivo atributivo em SNs que retomam referentes já estabelecidos no discurso. No *corpus* aqui examinado, foram encontrados 43 casos (27% do total).

Tal diferença talvez possa ser atribuída ao fato de a autora se basear em dados extraídos de conversações, ao passo que, nesta dissertação, o *corpus* é constituído de narrativas. Sabe-se que, muitas vezes, o gênero discursivo é determinante no sentido de se utilizar mais ou menos frequentemente uma dada estrutura. Ainda assim, a ocorrência de adjetivos atributivos em SNs que introduzem participantes (65% do total) é consideravelmente maior do que em SNs que retomam participantes (27%). As explicações para ambos os casos serão buscadas mais adiante.

Devem-se registrar ainda 12 ocorrências de adjetivo atributivo em SNs não-referenciais. Para verificar o uso referencial ou não dos SNs encontrados, recorri à caracterização das funções discursivas referenciais de SNs, desenvolvida em Du Bois & Thompson (1991).

Dentre os 12 casos, há 1 de SN incorporado:

- (33) (...) mas:: resultado... curso super apertado bem difi::cil bem puxado mesmo... sabe... professores assim gabaritados sem dúvida mas muito exigentes...
e... a Carminha querendo estudar::...
tirar **boas notas**
e também desfrutar as belezas da cidade (...) (N7:145-149)

Saraiva (1997) estudou os casos de incorporação nominal com objetos representados por SN nu. Acredito, no entanto, que poderíamos estender suas considerações também para SNs como o do exemplo acima: não me parece que a presença do adjetivo, nesse caso, interfira no processo de interpretação incorporada. *Tirar boas notas* é um dos tipos de expressão convencional, no sentido de Tagnin (1989). Em suma, o SN, nesse caso, forma um todo semântico com o verbo, não introduzindo ou retomando participante do discurso.

Há ainda outros 7 casos de SNs não-referenciais, no sentido de Du Bois (1991), que formam o que ele denomina “conflated predicates” (predicados “amalgamados”), uma noção mais ampla que a de incorporação nominal presente em Saraiva (1997). Em todos esses casos, “verbo + SN” nomeiam um tipo de atividade ou evento. Ocorrem, em geral, com verbos “light”, tais como *dar, ter, ir, fazer, pegar* etc. Seguem alguns exemplos:

- (34) (...) e as águas foram me levando...
e aquilo foi me dando um desespero muito **grande**...
eu sei que eu fiquei eu ainda consegui assim
fazer o sinal-da-cruz...
e pensei... que realmente... tinha chegado mesmo a minha hora
vamos dizer assim
porque eu não conseguia dominar as águas
elas eram mui::to fortes... (...)
e elas foram me levando...
aquilo me deu um desespero muito **grande** (...) (N5:175-192)

- (35) (...) então eu passei a partir desse dia a ter um respeito muito **grande**... pelas águas os ri::os as cachoei::ras ao ma::res as lago::as...
 passei a respeitá-las
 a temê-las (...) (N5:263-265)

O exemplo (34) ilustra bem o que Du Bois (1980 e 1991) observa acerca dos SNs não-referenciais: eles são insensíveis a uma primeira menção. Os SNs referenciais, depois de introduzidos como SNs indefinidos (em geral), passam a ter menções definidas subseqüentemente (salvo casos de reparo, em que se reintroduz adequadamente o referente). Como SNs não-referenciais não são introduzidos como participantes (não são rastreáveis, nos termos de Du Bois), menções subseqüentes à primeira continuam mantendo a mesma forma desta, como ocorre com o exemplo (34).

Em (35), o próprio falante constrói a paráfrase (*passei a respeitá-las*), o que constitui evidência do uso não-referencial do SN *um respeito muito grande*. Tal fato vem corroborar a interpretação desses SNs como predicadores, ou seja, SNs que servem para nomear um tipo de atividade ou situação verbal.

Há também 4 ocorrências duvidosas quanto à referencialidade ou não do uso do SN, que não se encaixam nos casos acima mencionados. São SNs com função de “regime de preposição”, com valor adverbial. Segue um exemplo desse tipo:

- (36) (...) a gente tinha um opcional de visitar Portillo
 que é a estação mais chique éh do Chile de esquí né?
 chiQUÉRrima
 mas eu não fui
 porque eu acho
 como é que que eu vou fazer numa estação de esquí em
pleno verão né?
 não tem graça (...) (N3:411-416)

Todos os 12 casos de SN não-referencial citados acima serão excluídos da análise a partir de agora, uma vez que a descrição da função discursiva dos adjetivos atributivos será baseada no uso referencial dos

SNs em que ocorrem tais adjetivos. Assim, a análise levará em conta apenas os 144 casos de adjetivos que ocorrem em SNs referenciais.

Voltando à análise dos adjetivos atributivos que ocorrem em SN referencial, concluímos que, em nossos dados extraídos de textos narrativos, a maior parte deles (65%) ocorre em SNs que introduzem participantes no discurso. Esse número aumenta ainda mais, se levarmos em conta apenas as ocorrências de adjetivos em SN referencial, excluídos os 12 casos de adjetivos em SN não-referencial. Veja-se a tabela abaixo:

TABELA XI

Papel discursivo dos SNs referenciais em que ocorrem adjetivos atributivos

SNs que introduzem participantes	SNs que retomam participantes	TOTAL
101 (70%)	43 (30%)	144 (100%)

A tabela acima demonstra que, se considerarmos apenas os adjetivos encontrados em SNs referenciais, temos 70% de adjetivos que ocorrem em SNs introdutórios de participantes no discurso e 30%, em SNs que retomam participantes.

Assim, se é verdade que os adjetivos atributivos estão fortemente envolvidos com a introdução de novos referentes no discurso, é natural se ter a expectativa de que sua ocorrência se dê mais frequentemente em SNs com função sintática de sujeito de verbo intransitivo (S) e de objeto direto de verbo transitivo (O), por serem essas as funções que privilegiam a ocorrência de sintagmas nominais lexicais, de acordo com o padrão proposto por Du Bois (1985 e no prelo), conhecido como “estrutura argumental preferida”.

Du Bois (1985 e no prelo) verifica, em dados de discurso, que, em vez de uma variação aleatória na ordem dos argumentos de uma oração, ou na presença ou ausência de argumentos, há a emergência de um padrão recorrente, uma “estrutura argumental preferida”. Segundo Du Bois, tal estrutura é o resultado da combinação de duas fortes restrições pragmáticas complementares: (1) em geral, as orações codificam no máximo um argumento em forma de sintagma nominal lexical de cada

vez (*restrição de um (ou menos de um) sintagma nominal lexical*); (2) esse único argumento tende a ser **S (sujeito de verbo intransitivo)** ou **O (objeto direto de verbo transitivo)** e não **A (sujeito de verbo transitivo)** ou **I (objeto indireto de verbo transitivo)** (*restrição S/O*).

O autor afirma haver motivações discursivas subjacentes a esses dois princípios: eles seriam o reflexo de como a informação é introduzida, reintroduzida e “administrada” pelo falante, ao longo do texto. Em geral, a informação nova é codificada nos papéis de **S** ou **O**, mas quase nunca em **A** ou **I**. Isso explica a preferência por menções lexicais em **S** ou **O**, mas raramente em **A** ou **I**.

De fato, se verificarmos, no *corpus* deste trabalho, a função sintática dos SNs referenciais em que ocorrem adjetivos atributivos, os resultados confirmam tal predição. Analisadas as 144 ocorrências de adjetivo atributivo em SN referencial, tem-se o seguinte quadro:

TABELA XII

Função sintática dos SNs referenciais em que ocorrem adjetivos atributivos

SNs S	SNs A	SNs O	SNs I	SNs Obl	TOTAL
22 (15%)	4 (3%)	69 (48%)	2 (1%)	47 (33%)	144 (100%)

Em termos percentuais, 48% dos adjetivos atributivos encontrados ocorrem em SNs com função de objeto direto (O), 33% em SNs oblíquos (Obl), 15% em SNs com função de sujeito de verbo intransitivo (S), 3% em SNs com função de sujeito de verbo transitivo (A) e 1% em SNs com função de objeto indireto (I).

Conforme se esperava, a maioria dos adjetivos em SN referencial ocorre em SNs que ocupam posições livres quanto à possibilidade de se realizarem como sintagmas nominais lexicais, ou seja, em função de objeto direto (O) ou de sujeito de verbo intransitivo (S). Por outro lado, os SNs em posições restritas quanto à possibilidade de se realizarem como SNs lexicais, isto é, sujeito de verbo transitivo (A) e objeto indireto (I), apresentam um número muito reduzido de adjetivos.

O alto percentual de adjetivos em SNs oblíquos pode ser explicado, como prevê Du Bois (no prelo), pelo fato de as restrições

identificadas se aplicarem apenas aos papéis centrais (“core roles”) da estrutura argumental de um verbo, isto é, ao sujeito, objeto direto e objeto indireto, e não a quaisquer argumentos da oração. Os argumentos oblíquos não são governados pelos mesmos princípios que regem os argumentos nucleares, quanto à probabilidade de apresentarem SNs lexicais. Assim, os oblíquos, por não estarem sujeitos ao padrão “Estrutura Argumental Preferida”, representam uma outra oportunidade de se introduzirem referentes novos – portanto, lexicais. Entretanto, a informação introduzida obliquamente tende a ser menos tópica e mais efêmera, segundo o autor.

Assim, confirmando-se, mais uma vez, as previsões da hipótese (28), pode-se concluir que, de fato, como se esperava, os adjetivos atributivos em SNs referenciais ocorrem predominantemente em SNs responsáveis pela introdução de referentes. Já conhecemos, portanto, o papel discursivo do SN em que o adjetivo atributivo ocorre (em SNs introdutores de participantes, mais freqüentemente, e em SNs que retomam participantes, com menor freqüência). Resta entender agora de que modo eles contribuem – ou se realmente contribuem - para delimitar esse referente que está sendo introduzido ou retomado.

Acredito que uma resposta possa ser encontrada nas hipóteses de Liberato (1997). Para tanto, aplicaremos tais hipóteses aos adjetivos atributivos em SN referencial encontrados no *corpus*, quantificando-as. De forma resumida, as duas principais hipóteses levantadas pela autora, com relação aos adjetivos, são:

- 1) os adjetivos exerceriam duas funções semânticas distintas:
 - a) subclassificador (SUB): delimita uma subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição e que engloba outras subclasses possíveis no contexto (tem função restritiva);
 - b) qualificador (QUA): fornece características do referente que, no entanto, não são utilizadas como delimitação de subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição (tem função explicativa) (Liberato, 1997, p. 85);
- 2) na posição posposta ao classificador [substantivo], podem ocorrer tanto subclassificadores quanto qualificadores, ao passo que, na

posição anteposta, ocorrem apenas qualificadores (salvo alguns casos excepcionais, que veremos adiante).

Em relação à primeira hipótese, encontram-se nos dados exemplos das duas funções semânticas do adjetivo previstas por Liberato (1997), subclassificador e qualificador. Veja-se um exemplo de cada uma:

- (37) (...) e depois à tarde a gente ia visitar alguns bairros **famo::sos** ia visitar a residência **presidencial** né? (...) (N3:105-106)

No exemplo acima, o adjetivo *famosos* aparece como subclassificador, opondo *bairros famosos* a outros bairros, que não merecem ser visitados. Há uma classe mais ampla em que o referente se encaixa, delimitada pelo substantivo *bairros* e há uma subclasse, delimitada pelo adjetivo, a de *bairros famosos*.

Ainda em (37), o adjetivo *presidencial* restringe um subconjunto (unitário, no caso) dentro de um conjunto maior delimitado pelo substantivo *residência*. O adjetivo é essencial para a delimitação do referente. Já no exemplo seguinte, a função do adjetivo é qualificadora apenas:

- (38) (...) bom depois desse lugar nós fomos ainda pra outro lugar... mas aconteceu um **pequeno** acidente na hora em que eu estava virando o carro (...) (N2:118-120)

Nesse exemplo, o adjetivo *pequeno* aparece fornecendo características do referente que não são essenciais para a delimitação do mesmo. Não se sugere, no contexto, a existência de outro acidente, ou seja, não se delimita um subconjunto (“pequenos acidentes”) com outros elementos além do referente. O conjunto é delimitado, nesse caso, pelo substantivo (*acidente*). Assim, *pequeno* apenas qualifica o referente, sendo, portanto, um qualificador.

Examinando os dados do *corpus* desta pesquisa, verifica-se que a proporção de adjetivos subclassificadores é bem maior do que a de adjetivos qualificadores. Veja-se abaixo a tabela:

TABELA XIII

Função semântica dos adjetivos atributivos em sn referencial

Subclassificador	Qualificador	TOTAL
130 (90%)	14 (10%)	144 (100%)

Como a tabela acima demonstra, dos 144 casos de adjetivos atributivos em SN referencial, 130 (90%) são casos de adjetivo com função de subclassificador e apenas 14 (10%) são casos de adjetivos qualificadores.

No que se refere à posição do adjetivo em relação ao substantivo, há no *corpus* uma grande maioria de adjetivos pospostos ao substantivo, como se pode verificar na tabela abaixo:

TABELA XIV

Posição do adjetivo em relação ao substantivo

Posposto	Anteposto	TOTAL
133 (92%)	11 (8%)	144 (100%)

A tabela acima aponta 133 (92%) casos de adjetivos pospostos ao substantivo contra apenas 11 (8%) de adjetivos antepostos. Pode-se dizer, pelo menos no que diz respeito a narrativas orais, que há uma fortíssima tendência no sentido de se usar o adjetivo na posição posposta ao substantivo. Tal posição coincide com o lugar em que, de acordo com a segunda hipótese de Liberato (1997), apresentada acima, podem ocorrer tanto subclassificadores quanto qualificadores. Em outras palavras, essa posição seria livre em relação à função semântica, podendo alocar tanto uma quanto outra função.

Para verificar, então, essa segunda hipótese de Liberato (1997), cruzamos as duas variáveis, a função semântica de subclassificador ou qualificador, de um lado, e a posição anteposta ou posposta ao substantivo, de outro. Os resultados seguem na tabela abaixo:

TABELA XV

Função semântica do adjetivo e sua posição diante do substantivo

	Posposto	Anteposto	TOTAL
SUBCLASSIFICADOR	124 (86%)	6 (4%)	130 (90%)
QUALIFICADOR	9 (6%)	5 (4%)	14 (10%)
TOTAL	133 (92%)	11 (8%)	144 (100%)

De acordo com a tabela XV, há 124 (86%) casos de subclassificadores pospostos, 6 (4%) de subclassificadores antepostos, 9 (6%) de qualificadores pospostos e 5 (4%) de qualificadores antepostos. Os resultados demonstram a forte tendência de subclassificadores e qualificadores ocorrerem em posição pós-nominal, ao mesmo tempo que confirmam a segunda hipótese de Liberato (1997).

Na posição anteposta, ocorrem 5 casos de qualificador e 6 de subclassificador. Se olharmos mais de perto essas seis ocorrências de subclassificador posposto, veremos que há três casos de itens lexicais que seriam classificados por Liberato (1997) como localizadores (um caso especial de subclassificador, que ocorre anteposto), os adjetivos *atual* e *novo*; duas ocorrências do adjetivo *grande*, que consiste em um caso particular, pelo fato de mudar de sentido, se anteposto ou posposto; e uma ocorrência de superlativo relativo, que ocorre normalmente anteposto. Em síntese, todos esses casos foram previstos por Liberato (1997), não constituindo contra-exemplos à sua descrição das funções semânticas do adjetivo e de outros elementos do SN.

Abaixo segue um exemplo de subclassificador anteposto encontrado no *corpus*:

- (39) (...) ela uma veio com o namorado
e veio também o o pai éh:: o pai não o **atual** marido (...)
(N2: 152-153)

No que interessa mais de perto a este trabalho, pode-se atestar que o adjetivo em SN referencial exerce prioritariamente a função semântica de subclassificador, delimitando “uma subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição e que engloba outras

subclasses possíveis no contexto” (Liberato, 1997, p.85). Ele possui função restritiva, sendo essencial à delimitação do referente em questão.

Em consequência disso, ele está intimamente associado à introdução de novos referentes no discurso, pois é nesse momento que o falante tem de fazer uma delimitação precisa do referente, fornecendo todas as pistas necessárias para que o ouvinte possa identificá-lo com facilidade. Liberato (1997) afirma que “principalmente ao se introduzir um referente novo em um contexto discursivo, é preciso fornecer uma descrição mais detalhada” (Liberato, 1997, p.70).

No *corpus* deste trabalho, há 92 casos (64%) de adjetivos subclassificadores que ocorrem em SNs responsáveis pela introdução de novos referentes, 38 (26%) são subclassificadores em SNs que retomam referentes, 9 (6%) são qualificadores em SNs que introduzem referentes e 5 (4%) são qualificadores que ocorrem em SNs que retomam referentes. Veja-se a tabela XVI:

TABELA XVI

Função semântica do adjetivo atributivo e função discursiva do SN em que ele ocorre

	Subclassificador	Qualificador	TOTAL
Introdução de participantes	92 (64%)	9 (6%)	101 (70%)
Retomada de participante	38 (26%)	5 (4%)	43 (30%)
TOTAL	130 (90%)	14 (10%)	144 (100%)

Ainda com base na tabela acima, se analisarmos somente os adjetivos com função subclassificadora, notamos que, de um total de 130 adjetivos com função subclassificadora, 92 casos (71%) ocorrem em SNs que introduzem novos referentes e 38 (29%), em SNs que retomam referentes já introduzidos no discurso.

As duas funções, a função semântica de subclassificador e a função discursiva de introdução de referentes, estão associadas a tal ponto, que, muitas vezes, tem-se a impressão de que é o adjetivo o maior responsável pela delimitação desse novo referente. Há muitos exemplos de SNs que introduzem referentes, em que a informação nova é fornecida principalmente pelo adjetivo. Entre outros, podemos citar:

- (40) (...) aí nós viemos aqui pra:: Pampulha pra região da Pampulha...
pra ver se a gente encontrava algum lugar **descontraído**
pra senTAR...
bater um PApo... (...) (N12:289-293)
- (41) (...) aí o cara tirou o chapéu assim
aí o cara tinha um cabelinho todo **esquisito** (...) (N6:404-405)

Observa-se, no exemplo (40) acima, que é o adjetivo *descontraído* o maior responsável pela delimitação do novo referente introduzido no discurso, uma vez que o substantivo que o acompanha, *lugar*, é “vazio” informacionalmente. No caso de (41), a oração sem o adjetivo (*o cara tinha um cabelinho*) não é informativa, uma vez que o fato de ter cabelo, salvo em certos contextos bem específicos, não é uma informação pragmaticamente relevante, já que o normal é que pessoas tenham cabelo.

Thompson (1989) chegou a conclusão semelhante, quando investigou a função discursiva do adjetivo atributivo em textos conversacionais. Em seus dados, inclusive, a maior incidência de adjetivos atributivos verificou-se em SNs cujo núcleo não traz informação nova para o discurso (ou são termos anafóricos, ou palavras vicárias), sendo o adjetivo o principal responsável pela introdução do novo referente.

No *corpus* desta pesquisa, os dados com palavras não-informativas não ocorreram em número tão significativo quanto nos dados de Thompson (1989), constituindo uma minoria (apenas 9 casos, em um total de 101 ocorrências de adjetivo em SN que introduz participantes no discurso). Entretanto, não deixa de ser uma minoria interessante, por trazer à tona casos em que, surpreendentemente, é o adjetivo que desempenha o maior papel na delimitação do referente que está sendo introduzido.

Na tabela XVI, pode-se ver também que, além dos casos de adjetivos que contribuem (às vezes até de forma preponderante) para a introdução de referentes, encontrou-se ainda um número razoável de casos de adjetivo subclassificador em SNs que retomam participantes (38 casos ou 26% do total de adjetivos atributivos).

Analisando-se tais ocorrências, foi possível identificar, basicamente, três funções do adjetivo atributivo nesse tipo de SN:

a) o adjetivo especifica o referente que já havia sido introduzido:

- (42) (...) o show de tango foi lindo...
 acho
 que é uma das danças mais assim bonitas
 que eu já vi assim pelo menos ao vivo **MUITO** bonita
 apesar de que os bailarinos eram horROROSOS (risos) todos
 eles ué
 a gente tinha criado expectativa porque a guia
 porque a gente tinha dois guias o guia **brasileiro**
 que acompanhava a gente a viagem toda
 e a guia **local** né?
 guia local no caso era uma moça... argentina
 nascida em Buenos Aires (...) (N3:84-85)

Em (42), por exemplo, a narradora já havia introduzido no discurso o participante 'guia', mas ela sentiu necessidade de dizer que, na realidade, havia sempre dois guias durante a viagem, e não apenas um, e de especificar que um deles era um brasileiro, que acompanhava os turistas ao longo de toda a excursão, e o outro, um guia local, que mudava de um país para outro.

b) o adjetivo, juntamente ou não com o substantivo, resume o que já foi dito:

- (43) (...) quem quiser se aventurar a ver essas coisas de de
 profundidade montanhas e fendas e de:: enfim beleza **natural**
 (...) (N2:165)
- (44) (...) /NÓ JÁ TINHA ATÉ VISTO A ONÇA (RISOS)/
 JÁ:: todo mundo
 pegadas da onça mil pegadas... a onça já tinha virado onça
 preta depois pintada de novo
 nesse ínterim quer dizer éh:: cê vê as coisas mais **variadas** (...) (N8:152-155)

c) o adjetivo re-delimita o referente, muitas vezes distinguindo-o de outro possível candidato a referente presente no texto:

- (45) (...) tem uma igreja recen/ uma igreja nova lá
que ela ficou muito esquisita
eles derrubaram a igreja antiga de características barrocas
e construíram uma assim mais estilo:: neoclássico uma coisa
assim
só que essa igreja **barroca** que eles derrubaram a igreja de
Santo Antônio (...) (N7:186-190)
- (46) (...) e aí ele vai se envolver né?
vão durante o filme vão acontecendo coisas
eles vão se envolvendo ele com a namorada... com o rapaz
novo e com a namorada (...) (N10: 164-166)

Thompson (1989) não distinguiu essas ou outras funções do adjetivo atributivo em SN referencial, até porque, em seus dados, só foi encontrado 1 caso de adjetivo atributivo em SN que retoma participante já estabelecido no discurso, como já foi comentado acima. A autora apenas menciona, em seu artigo, que o fato de ter encontrado tão raramente adjetivos com a função de distinguir ou reidentificar referentes contrariou a expectativa que ela própria tinha antes de analisar seus dados. De acordo com sua intuição, estas seriam funções importantes do adjetivo atributivo, o que o *corpus* examinado, composto de textos conversacionais, não constatou.

Nos dados aqui pesquisados, extraídos de textos narrativos, o resultado foi bem diferente, como já foi comentado acima. Além de se ter verificado um número bem maior de casos de adjetivo atributivo em SNs que retomam participantes do que o encontrado por Thompson (1989), pôde-se distinguir bem nitidamente pelo menos essas três funções discursivas desempenhadas pelo adjetivo atributivo.

Nesses casos de retomada de participante, também encontram-se alguns dados (7 ocorrências) de adjetivos que acompanham substantivos não-informativos, à semelhança do que se verificou nos SNs introdutórios de novos participantes. Além do exemplo (44), acima, podemos citar também o exemplo abaixo:

- (47) (...) nas circunstâncias que eu consegui
arrumar a pensão
eu não consegui
arrumar coisa assim... **excelente** não sabe?
era um pouco:: era uma pensão pequena... (...) (N7:323-331)

Resumindo as conclusões obtidas nesta seção até agora, utiliza-se, preferivelmente, um adjetivo atributivo em SN referencial:

- a) no momento da introdução de um novo referente no discurso, quando a propriedade expressa pelo adjetivo é necessária para uma delimitação precisa desse referente;
- b) na retomada de um referente já estabelecido no discurso, com o intuito de especificar o referente já introduzido, resumir, em uma só classe, referentes anteriores, ou re-delimitar um referente, distinguindo-o de outro com o qual poderia ser confundido.

Em ambos os casos, o adjetivo auxilia na delimitação do referente que o falante deseja que o ouvinte identifique, seja na delimitação de um referente novo, que está sendo introduzido, seja na delimitação de um referente que está sendo retomado, para especificá-lo, distinguindo de outro ou para resumir referentes anteriores.

Do ponto de vista do processamento do discurso, diferentemente do que ocorre com os adjetivos predicativos, no caso da maioria dos adjetivos atributivos em SN referencial, é necessário que o falante forneça a informação dada pelo adjetivo no mesmo momento em que introduz ou retoma o referente, uma vez que ela é fundamental para a identificação desse referente pelo ouvinte. As duas tarefas – a de introduzir ou retomar o participante e a de atribuir-lhe uma propriedade – são realizadas de uma só vez. O falante prefere arcar com um custo maior de processamento da informação e de sobrecarga da memória em prol da precisão na delimitação do referente desejado.²⁴

Note-se que, em função disso, não é aberto um novo plano discursivo para expressar a subcategorização do referente, como se faz

²⁴ Cf. Du Bois (no prelo) sobre essas noções de “custo de processamento” e “sobrecarga de memória”.

no caso dos predicativos. Em vez disso, as duas tarefas são realizadas no mesmo plano discursivo, seja FIGURA ou FUNDO.

O menor número de qualificadores (10%) em relação ao total de subclassificadores (90%) pode ser explicado pelo fato de que, em geral, o falante fornece ao ouvinte apenas a informação necessária para que ele acesse o referente desejado, nem mais nem menos. A informação veiculada pelo qualificador não é necessária para enquadrar o referente na descrição, isto é, para delimitá-lo.

Um outro ângulo sob o qual os adjetivos focalizados podem ser analisados consiste em sua natureza subjetiva ou objetiva, à semelhança do que foi feito para os adjetivos predicativos. Como vimos na seção anterior, Maingueneau (1986) propõe uma classificação dos adjetivos, partindo da idéia de que eles se subdividem em adjetivos subjetivos e objetivos: enquanto estes descrevem o mundo de forma objetiva, aqueles expressam um julgamento de valor, uma opinião.

Já vimos também que os adjetivos predicativos estão predominantemente associados a adjetivos subjetivos. No caso dos adjetivos atributivos que ocorrem em SNs referenciais, grande parte é do tipo “objetivo”, que descreve entidades. É o caso dos seguintes exemplos, retirados do *corpus*: *comida mineira, sítios arqueológicos, beleza natural, residência presidencial, guia brasileiro, guia local, alfândega chilena, detalhes históricos, destino final, dança folclórica chilena, atividade pesqueira, cultura inca, tratamento médico, igreja barroca, estilo neoclássico, banheiro feminino, casa paroquial* etc.

Todos os adjetivos acima exercem função subclassificadora em seus contextos de ocorrência. Parece haver aqui uma confluência de características: do adjetivo “objetivo”, no sentido de Maingueneau, e da função semântica de subclassificador, na acepção de Liberato (1997). Não se deve esperar, entretanto, que todo adjetivo com função subclassificadora seja do tipo “objetivo”, nem o contrário, que todo adjetivo “objetivo” exerça tal função. O que os dados parecem ter demonstrado é uma tendência nos dois sentidos: de que adjetivos mais “objetivos” sejam subclassificadores e de que adjetivos subclassificadores sejam, em geral, objetivos e não subjetivos. Tal tendência de uso talvez se explique pelo fato de que um adjetivo “objetivo” se preste mais, por sua própria natureza, a subclassificar entidades do que adjetivos subjetivos.

Da mesma forma, a maior parte dos adjetivos atributivos com função qualificadora encontrada no *corpus* são do tipo “subjetivo” (assim como os adjetivos predicativos). Nos dados encontrados, os adjetivos qualificadores fornecem, em geral, características do referente que são de natureza mais subjetiva do que aquelas veiculadas pelo subclassificador. Servem principalmente à expressão de opiniões, impressões, julgamentos etc por parte do falante. Vejamos alguns exemplos:

- (48) (...) caminhei pela orla ali do Pacífico e tal
e a gente visitou um por::to
fez um “city-tourzinho” **legal**
paramos pra comprar alguns “souvenirs” (...) (N3:334-337)
- (49) (...) aí ele escreve um necrológio do cara
falando
que foi um colabro/ colabro/ co-la-bo-ra-dor do jornal (...)
e:: faz um necrológio super **bonito** (...) (N10:323-330)

Nos dois exemplos acima, os adjetivos *legal* e *bonito*, empregados pelo falante, não fornecem características relevantes para a delimitação dos referentes em questão. Em função disso, nesses contextos específicos, eles têm função qualificadora apenas. Além disso, pode-se constatar que ambos expressam uma avaliação subjetiva do falante em relação aos referentes de *city-tour* e *necrológio*.

A esse respeito, convém lembrar Liberato (1997), que adverte que sua proposta de classificação dos adjetivos em subclassificadores e qualificadores não deve “ser tomada como um traço inerente de cada adjetivo (...). Ao contrário, “cada adjetivo pode assumir uma ou outra função dependendo do SN em que ocorre e do enunciado em que se insere”. Ela observa, contudo, que “é possível (...) que certos adjetivos sejam sempre ou preferivelmente utilizados em apenas uma das funções, devido ao fato de se associarem apenas a um tipo de sentido” (Liberato, 1997, p.83).

Enfim, há uma série de características que parecem convergir, constituindo uma tendência de uso: em geral, o conteúdo dos adjetivos atributivos em SN referencial é mais “objetivo”, seu uso típico é de subclassificador (e não de qualificador), eles são utilizados prioritariamente na introdução de referentes. Todas essas características estão interligadas,

sendo difícil precisar o que é causa ou consequência. Fato é que adjetivos “objetivos”, mais descritivos, servem melhor à função subclassificadora de referentes do que à função qualificadora; adjetivos subclassificadores, descritivos, por sua própria natureza, são frequentemente utilizados na introdução de referentes.

Em outras palavras, há um feixe de propriedades que convergem no sentido de estabelecer um padrão típico de uso desses adjetivos, distinguindo-os, inclusive, dos adjetivos com função predicativa.

A seguir, na conclusão, a comparação entre os dois usos do adjetivo será feita de modo mais sistemático.

Conclusão

A análise realizada neste trabalho parece ter demonstrado que existem diferenças essenciais nos usos do adjetivo predicativo e do adjetivo atributivo, com tendência a uma certa complementariedade entre eles. Tais diferenças, entretanto, não são categóricas, mas representam tendências de uso do adjetivo em narrativas orais do português.

O que se segue resume as conclusões das seções anteriores:

- os adjetivos predicativos ocorrem muito mais frequentemente no FUNDO (taxa de ocorrência de 22%, considerando-se o número de orações da categoria discursiva) do que na FIGURA (taxa de ocorrência de 1%); os adjetivos atributivos ocorrem indiferentemente em uma ou outra categoria discursiva (taxas de ocorrência de 4% e 5%, respectivamente);
- utiliza-se o adjetivo predicativo, em 97% dos casos, após a introdução ou a retomada de um participante no discurso (os 3% restantes são alguns casos de adjetivo em construções com predicado verbo-nominal, em que o adjetivo predicativo é utilizado na mesma oração em que se retoma o participante); utiliza-se um adjetivo atributivo em SN referencial, preferivelmente (em 70% dos casos), no momento da introdução de um novo participante, podendo ser usado também no momento da retomada de um participante já estabelecido no discurso (30% dos casos);

- o adjetivo predicativo predica uma propriedade de um participante já estabelecido no discurso, acrescentando informação extra a esse participante; o adjetivo atributivo em SN referencial contribui (em 90% dos casos) para a delimitação de participantes do discurso, exercendo função semântica de subclassificador (cf. Liberato (1997)): seja para a delimitação de um novo participante, no momento de sua introdução (64% dos casos), seja para a delimitação de um participante já estabelecido no discurso, no momento de sua retomada, com o intuito de distingui-lo de outro, especificá-lo ou resumir referentes anteriores (26% dos casos);
- o adjetivo predicativo é, na maioria dos casos, “subjetivo”, avaliativo; o adjetivo atributivo em SN referencial é, em geral, “objetivo”, descritivo.

Assim, o padrão típico de uso do adjetivo predicativo pode ser sintetizado da seguinte maneira: utiliza-se o adjetivo predicativo, no FUNDO, para pregar uma qualidade de um participante já estabelecido no discurso (na grande maioria das vezes, um participante principal da narrativa), acrescentando-lhe informação extra, não necessária para sua delimitação enquanto participante. Na maioria dos casos, tais adjetivos são de natureza mais subjetiva, veiculando avaliações, impressões e julgamentos de valor por parte do falante.

Já o adjetivo atributivo tende a ser utilizado, no FUNDO ou na FIGURA, para delimitar um participante que está sendo introduzido (mais freqüentemente) ou um participante que está sendo retomado no discurso (menos freqüentemente). Em ambos os casos, ele é necessário à delimitação desse participante, possuindo função semântica de subclassificador (interpretação restritiva). Os adjetivos atributivos, em sua grande maioria, podem ser classificados como adjetivos “objetivos” (segundo Maingueneau (1986)), revelando uma natureza mais descritiva.

Espero, com esta pesquisa, ter sido capaz de responder às perguntas iniciais, relativas (1) à freqüência de uso dos adjetivos predicativos e atributivos em narrativas orais, (2) à sua distribuição nas duas categorias discursivas principais e (3) às funções discursivas dos dois “tipos” de adjetivo. Não se pode, entretanto, considerar totalmente

acabada a análise aqui apresentada. Há muitos pontos que, em função das limitações próprias a trabalhos desta natureza, não puderam ser tratados neste trabalho e que podem constituir promissores campos de estudo, como, por exemplo, a investigação da função discursiva dos adjetivos nas categorias DISCURSO DIRETO e FUNÇÃO, a comparação dos resultados encontrados em narrativas com aqueles obtidos em dados de outro gênero discursivo, a comparação entre as frequências de uso e as funções discursivas do adjetivo predicativo e atributivo em narrativas orais e escritas.

Como conclusão mais geral, o presente trabalho procurou contribuir para ilustrar, através do comportamento funcional do adjetivo em narrativas orais do português, a correlação, fundamental para a vertente funcionalista dos estudos lingüísticos, entre forma e função nas línguas naturais. No caso específico do adjetivo, corroborou-se tal hipótese, ao se demonstrar que adjetivos predicativos e atributivos exercem funções discursivas distintas.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, A. *Tempo, modo, e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BOLINGER, D. Adjectives in English. *Lingua*, n.18, p. 1-34,1967.
- CHOMSKY, N. *Language and mind*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc., 1968.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DU BOIS, J. W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. L. (Ed.) *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, New Jersey: Abex Publishing Corporation, 1980.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- DU BOIS, J. & THOMPSON, S. *Dimensions of a theory of information flow*. 1991. Mimeografado.

- DU BOIS, J. W. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language, vol. 2*, (no prelo).
- ENGLBRETSON, R. *Genre and grammar: predicative and attributive adjectives in spoken english*. University of California at Santa Barbara, sem data. Mimeografado.
- FERRIS, C. *The meaning of syntax: a study in the adjectives of English*. New York: Longman, 1993.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: Benjamins, v. 1, 1984.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: Benjamins, v. 2, 1990.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
- HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. *Language*, v. 59, n. 4, p. 781-819, 1983.
- HAIMAN, J. *Iconicity in syntax*. Amsterdam: J. Benjamins, 1985.
- HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (Ed.) *Syntax and semantics; discourse and syntax*. New York: Academic Press, v. 12, p. 213-241, 1979.
- HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, 1980.
- HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. The discourse basis for lexical categories in universal grammar. *Language*, v. 60, n. 4, p. 703-752, 1984.
- LIBERATO, Y. G. *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. 1997. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MAINGUENEAU, D. *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris: Bordas, 1986.
- PERINI, M. A. et al. O sintagma nominal em português: estrutura, significado e função. *Revista de Estudos da Linguagem, nº especial*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1996.
- SARAIVA, M. E. F. *"Buscar menino no colégio" – a questão do objeto incorporado em português*. Campinas, SP: Pontes, 1977.
- TAGNIN, S.O. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.
- THOMPSON, S. A discourse approach to the cross-linguistic category "adjective". In: CORRIGAN & ECKMAN & NOONAN (Eds). *Linguistic categorization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989.

Colaboradores

Iaci de Nazaré Silva Abdon
FALE – UFMG / UFPA

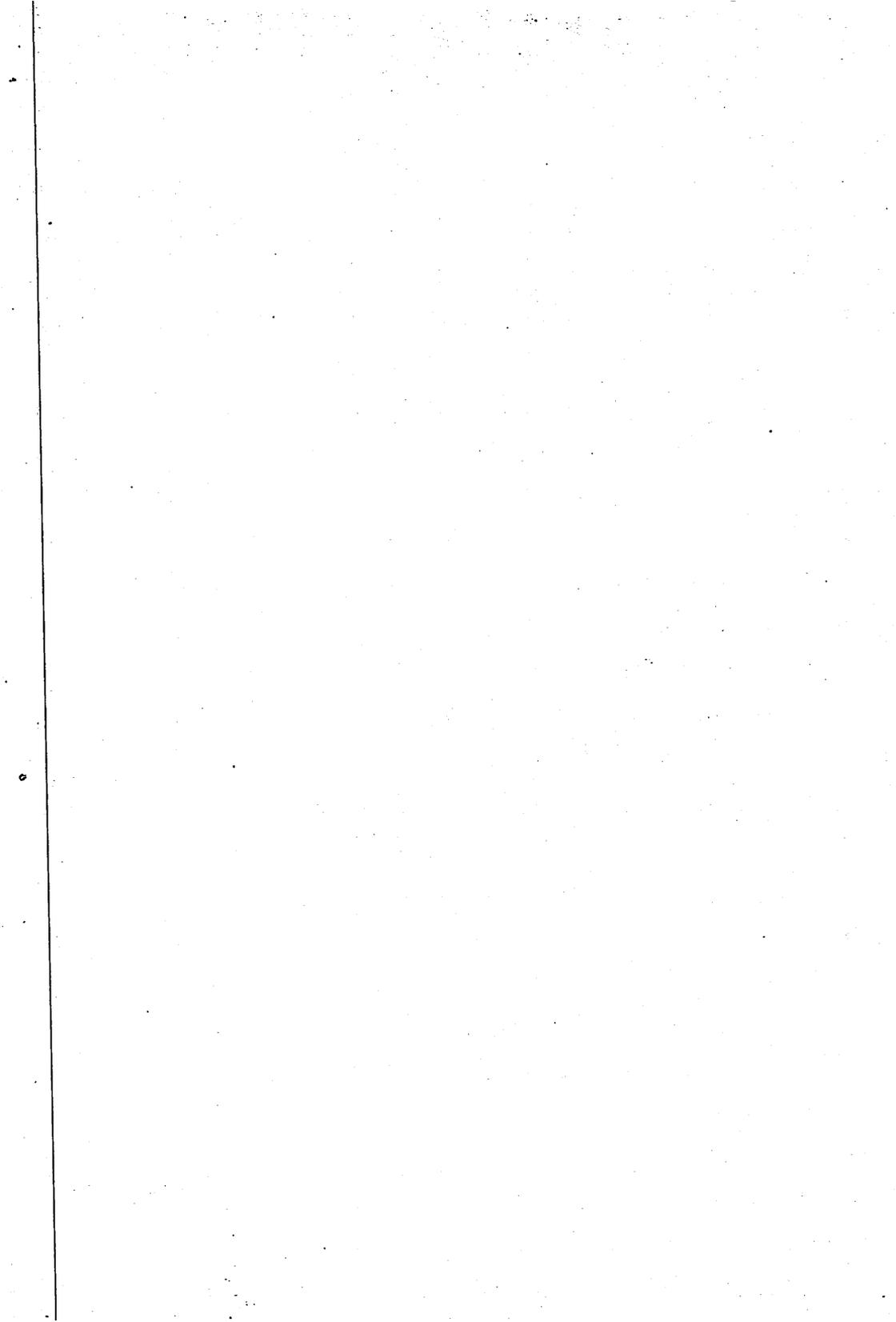
Janice Helena Chaves Marinho
FALE – UFMG

Juliana Alves Assis
PUC-MINAS

Luciana Camara Fernandes d'Araujo
Colégio de Aplicação – UFRJ

Luiz Francisco Dias
FALE – UFMG

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
FALE – UFMG



O Grupo de Estudos Funcionalistas da Linguagem (GREF), cadastrado no CNPq a partir de 2000, reúne pesquisadores da UFMG, PUC-Minas e UFJF, sob a coordenação das professoras Maria Elizabeth Fonseca Saraiva e Maria Beatriz Nascimento Decat. O objetivo central desse grupo é a descrição e análise de aspectos da gramática do português do Brasil, sob o prisma da abordagem funcionalista.

O Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU), também coordenado pela Profa. Maria Elizabeth Fonseca Saraiva, congrega, no âmbito da Faculdade de Letras da UFMG, pesquisas de temas variados que apresentam como ponto de convergência a prioridade dada ao estudo da língua portuguesa do Brasil em seu uso efetivo, em diferentes situações de interlocução. O referencial teórico-metodológico em que se apóiam as pesquisas representa abordagens que têm como principal interesse a explicitação do modo como as pessoas se comunicam eficientemente por meio da língua. Ainda é consenso nessas abordagens a concepção de que as formas da língua são, em grande parte, motivadas pelas funções que exercem na comunicação em situação social.

ISBN 85-87470-70-1



9 788587 470706